

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano VIII Nº 198

Brasília, sexta-feira, 29 de outubro de 1999

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Edimar Pireneus (PMDB)**Vice-Presidente:** Gim Argello (PFL)**1º Secretário:** Wasny de Roure (PT)**2º Secretário:** Daniel Marques (PMDB)**3º Secretário:** Benício Tavares (PTB)**Suplentes da Mesa:** César Lacerda (PTB) e Chico Floresta (PT)

I - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Anilcéia Machado (PSDB)**Vice-Presidente:** Renato Rainha (PL)**Membros Efetivos:** Sílvio Linhares (PMDB), Paulo Tadeu (PT),

Anilcéia Machado (PSDB), Wilson Lima (PSD), Alírio

Neto (PPS), Renato Rainha (PL), e Benício Tavares (PTB)

Suplentes: Daniel Marques (PMDB), Chico Floresta (PT),

Rajão (PSDB), Aguinaldo de Jesus (PFL), Rodrigo

Rollemberg (PSB), Agrício Braga (PL) e César Lacerda (PTB)

II - COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: João de Deus (PDT)**Vice-Presidente:** César Lacerda (PTB)**Membros Efetivos:** Daniel Marques (PMDB), Wasny de

Roure (PT), Aguinaldo de Jesus (PFL), Rodrigo

Rollemberg (PSB), João de Deus (PDT),

César Lacerda (PTB) e Xavier (PPB)

Suplentes: Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Anilcéia

Machado (PSDB), Alírio Neto (PPS), Maria José-Maninha (PT),

Benício Tavares (PTB) e Renato Rainha (PL)

III - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Lúcia Carvalho (PT)**Vice-Presidente:** Maria José-Maninha (PT)**Membros Efetivos:** Lúcia Carvalho (PT), Maria José-Maninha

(PT), Jorge Cauhy (PMDB), Agrício Braga (PL), Tatício (PSC),

Rajão (PSDB) e José Edmar (PMDB)

Suplentes: Chico Floresta (PT), Paulo Tadeu (PT),

Daniel Marques (PMDB), Renato Rainha (PL), Rodrigo

Rollemberg (PSB), Wilson Lima (PSD) e

Sílvio Linhares (PMDB)

IV - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: José Edmar (PMDB)**Vice-Presidente:** Chico Floresta (PT)**Membros Efetivos:** José Edmar (PMDB), Chico Floresta (PT),

Wilson Lima (PSD), Alírio Neto (PPS), Wasny de Roure (PT),

César Lacerda (PTB) e Sílvio Linhares (PMDB)

Suplentes: Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT),

Anilcéia Machado (PSDB), Rodrigo Rollemberg (PSB),

Lúcia Carvalho (PT), Benício Tavares (PTB) e

Daniel Marques (PMDB)

V - COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente: Xavier (PPB)**Vice-Presidente:** César Lacerda (PTB)**Membros Efetivos:** Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT),

Rajão (PSDB), Rodrigo Rollemberg (PSB), César Lacerda

(PTB), Xavier (PPB) e Renato Rainha (PL)

Suplentes: Daniel Marques (PMDB), Chico Floresta (PT),

Aguinaldo de Jesus (PFL), Alírio Neto (PPS), Benício Tavares

(PTB), Tatício (PSC) e Agrício Braga (PL)

Sumário

Atas	1
Decreto Legislativo	54
Redações Finais	54
Comissões	55
Mesa Diretora	60
Extrato de Contrato	62

Atas

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL, PARA DEBATER O TEMA "FÉRIAS REPARTIDAS E CALENDÁRIOS DIFERENCIADOS".

EM 16 DE SETEMBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Rodrigo Rollemberg.**SECRETARIA:** Deputado**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.**INÍCIO:** 9 horas e 50 minutos.**TÉRMINO:** 11 horas e 42 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Rodrigo Rollemberg):

- Declaro abertos os trabalhos da Comissão Geral destinada a debater as férias repartidas e calendários escolares diferenciados, conforme requerimento de autoria da Deputada Anilcéia Machado.

2 - COMPOSIÇÃO DA MESA

PRESIDENTE DA COMISSÃO E LÍDER DO PSB, Deputado Rodrigo Rollemberg.

COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DAS FÉRIAS REPARTIDAS, Deputado Federal Rubens Bueno.

PRESIDENTE DA CCJ E AUTORA DO REQUERIMENTO, Deputada Anilcéia Machado.

MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO DAS FÉRIAS REPARTIDAS, Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia.

SECRETÁRIO DE TURISMO E LAZER DO DF, Lourival Zagonel.

ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, Paulo Cavalcante de Oliveira.

VICE-PRESIDENTE DA ABAV-DF, Carlos Edil Fortes.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO, presidente da CCJ e autora do requerimento.

- Explica que a importância do assunto levou-a a organizar esta Comissão Geral.

- Entrega a pesquisa-relâmpago, realizada por solicitação desta Deputada, e passa-a às mãos do coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas.

- Agradece a presença do coordenador do Grupo, Deputado Federal Rubens Bueno e a dos outros participantes desta Comissão Geral.

Sr. LOURIVAL ZAGONEL, Secretário de Turismo e Lazer do DF.

- Declara que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, já previu a ocorrência de férias repartidas como forma de adequação dos calendários escolares.

- Relata que o Grupo de Trabalho conta com o apoio dos mais representativos partidos políticos de nosso país, assim como o do setor de turismo.

MARIA DE LOURDES ABADIA, Deputada Federal e membro do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas.

- Salaria a necessidade de fortalecer a área do turismo como geradora de empregos e maior fonte de renda para a cidade.

- Convida a todos para o seminário que discutirá a política nacional de turismo no país, a ser realizada no dia 6 de outubro do corrente ano, no congresso Nacional.

- Reafirma a importância das férias repartidas, não só para beneficiar os alunos mas também os setores ligados ao turismo.

RUBENS BUENO, Deputado Federal e coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas.

- Cumprimenta a Sra. Leila Pavanelli, companheira do Grupo de Trabalho, o presidente do PPS do DF, Sr. Amauri Pessoa e o Sr. Mauricio do Valle, presidente do Brazilian Convention Bureau.

- Revela que o relatório da Deputada Federal Zulaiê Cobra sobre a reforma do judiciário propõe a extinção dos recessos daquele Poder em julho e em janeiro.

- Informa ter apresentado emenda constitucional que propõe o fim do recesso de julho no Poder Legislativo

- Declara ter elaborado um relatório, sobre o impacto das férias escolares no desenvolvimento do turismo nacional, que contou com a aprovação da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

- Cita detalhes da pesquisa que orientou e deu subsídios à conclusão do relatório.

- Esclarece as vantagens, para alunos e setor de turismo, das férias repartidas.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG, Presidente da Comissão Geral.

- Agradece a presença de todos e ressalta a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e social de Brasília.

- Revela satisfação em ver o tema discutido de modo abrangente, com a preocupação de beneficiar aqueles que estão diretamente envolvidos no setor.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Rodrigo Rollemberg):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

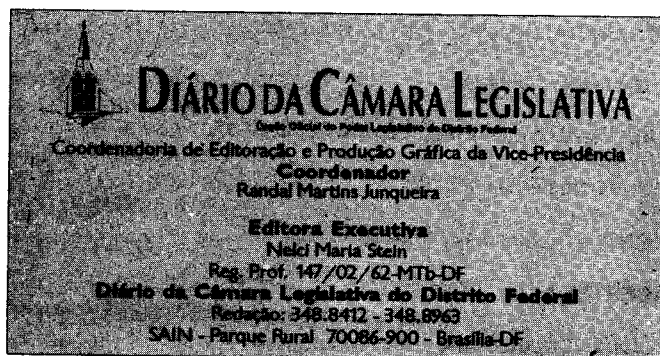


PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Cumprimento os companheiros do Departamento de Trânsito, que estão aqui lutando pela gratificação de risco e dedicação exclusiva, fundamentais ao bom desempenho das atividades. É uma reivindicação justa dos servidores do Detran. Tenho certeza de que esta Casa, como um todo, abraçará essa reivindicação e solicitará ao Governo do Distrito Federal o encaminhamento de projeto de lei a esta Casa, criando essa gratificação.

Agradeço a presença do pessoal do Detran e dos agentes de trânsito. Informo-lhes que a moção foi transferida para a sessão ordinária de terça-feira, quando, se Deus quiser, esta Casa, como um todo, aprovará a moção solicitando ao Governador que encaminhe a esta Casa gratificação de dedicação exclusiva aos servidores do Detran. É uma gratificação - quero informar aos nobres Parlamentares desta Casa - cujo custeio vem da própria autarquia do Detran. Portanto, não há necessidade alguma de recursos na dotação orçamentária do Distrito Federal.



Esta Presidência informa que a pauta da sessão ordinária de hoje fica transferida para a sessão ordinária de terça-feira e que em função da aprovação do Requerimento nº 534, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, esta sessão ordinária será transformada em Comissão Geral com a finalidade de discutir o tema: "Férias repartidas e calendários diferenciados".

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início, neste momento, à Comissão Geral, conforme Requerimento nº 534/99, de autoria da Exma. Sra. Deputada Anilcéia Machado, destinada a debater sobre as Férias Repartidas e Calendários Escolares Diferenciados.

Convidamos, para compor a mesa de honra, as seguintes autoridades: o Exmo. Sr. Líder do PSB nesta Casa, nesta oportunidade Presidente desta Comissão, Deputado Rodrigo Rollemberg; o Exmo. Sr. Coordenador do Grupo de Trabalhos das Férias Repartidas, Deputado Federal Rubens Bueno; a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e autora do requerimento que propiciou a realização desta Comissão Geral, Deputada Anilcéia Machado; a Exma. Sra. ex-Deputada Federal Constituinte, ex-Secretária de Turismo, ex-Deputada Distrital e membro do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas, Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia; o Exmo. Sr. Secretário de Turismo e Lazer do Distrito Federal, Lourival Zagonel; o Sr. Administrador Regional de Sobradinho, Paulo Cavalcante de Oliveira; o Sr. Vice-Presidente da Abav - DF, Carlos Edil Fortes.

Convido os presentes a cantarem o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Registro ainda a presença dos seguintes convidados: Sr. Cleber Elias Vitoriano; Sr. Avelino Neta Ramos; Sra. Marlene Barreto; Sra. Nair Cagni; Sra. Leila de Fátima Pavanelli Martins; Sr. Maurício do Valle; Sra. Nilda Rodrigues Bezerra; Sra. Hadba Japur Chalub Neta; Sr. Rui Fialho da Silva; Sr. Jorge Nassif Salomão; Sr. Francisco Albuquerque da Silva; Sr. Francisco Rios Portales; Sra. Dora Vianna Manata; Sra. Lucimar Barreto; Pedro Mauro Braga; Sibeles Lucchesi Barreto de Sá; Sra. Vera Lúcia Alexandre Marinho; Sra. Sandra Mara Gomes; Sra. Maria Eliza Corrêa Guedes; Sr. Sebastião Urcino; Sr. Lúcio Eduardo Lima de Souza; Sr. Samuel Magalhães Tavares; Sra. Lianca Janne G. Borges; Sra. Bárbara Marina de Oliveira; Sr. Anilson Araújo Machado; Sr. Antônio Alves de Souza; Sra. Verônica Varejão Freire; Sra. Eneida Luz Dantas; Sra. Lélia de Almada Horta Madsen; Sr. Eduardo Joaquim da Silva; Sra. Aparecida Maria Dias Magalhães; Sra. Maria Rosa de Oliveira Nascimento; Sr. Luciano Alves; Sr. João Amílcar Valle; Sr. Avelino Neto Ramos Júnior; Sra. Ilza Maria Pereira Santana e Sr. Paulo Castanheda.

Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Geral, Deputado Rodrigo Rollemberg.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Geral destinada a debater sobre as Férias Repartidas e Calendários Escolares Diferenciados, conforme requerimento de autoria da nobre Deputada Anilcéia Machado, a quem saúdo pela iniciativa que propiciou que a Câmara Legislativa do Distrito Federal debata tão relevante tema, de interesse geral da sociedade brasileira e da brasileira.

Concedo a palavra, neste momento, à autora do requerimento para realização desta Comissão Geral, Deputada Anilcéia Machado.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Geral, Deputado Rodrigo Rollemberg; Exmo. Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas, Deputado Federal Rubens Bueno; Exma. Sra. Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia; Exmo. Sr. Secretário

de Turismo e Lazer do Distrito Federal, Lourival Zagonel; Sr. Administrador Regional de Sobradinho, Paulo Cavalcante de Oliveira; Sr. Vice-Presidente da Abav, Carlos Edil Fortes; senhoras e senhores presentes a esta solenidade, cumprimentando a todos, quero aqui dizer que no dia 25 de agosto tive a oportunidade e a satisfação de participar de uma solenidade que ocorreu no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, para exposição das conclusões do relatório do Grupo de Trabalho das Férias Escolares e o Desenvolvimento do Turismo Nacional, aprovado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Participei também de um debate que lá ocorreu.

Por entender a importância do tema e a necessidade de esta Casa passar a discutir a proposta feita por esse grupo de trabalho, fizemos o convite ao coordenador do grupo, que prontamente nos atendeu, embora saibamos que há, hoje, um calendário bastante apertado, pois essa discussão está sendo levada a outros estados do Brasil. Temos a honra de contar com eles aqui.

Apresentamos um requerimento a esta Casa, que foi aprovado, e hoje queremos fazer um agradecimento todo especial aos Deputados Rubens Bueno e Maria de Lourdes Abadia por terem dedicado este tempo para esta Casa, que é a Casa do povo do Distrito Federal, onde as discussões são colocadas e ampliadas para que nós, Parlamentares e representantes legítimos da população do Distrito Federal, inteiramo-nos do vem sendo feito no âmbito do Congresso Nacional, e para que, no campo local, possamos nos posicionar e oferecer nossa humilde colaboração, fazendo com que as propostas aceitas e acatadas pela população sejam colocadas em prática.

Tomei, também, a liberdade de solicitar uma pesquisa - relâmpago sobre a questão das férias repartidas com calendários diferenciados, cujo resultado passo às mãos do coordenador do grupo de trabalho, Deputado Rubens Bueno, que fará menção aos números encontrados, os quais são muito animadores.

Quero fazer um agradecimento muito especial a vocês que aqui estão, nesta manhã. Espero que ampliemos essa discussão, que vocês possam apresentar suas posições e que nós possamos contribuir, de forma relevante, nesta proposta que vem sendo debatida no campo nacional.

Quero agradecer a presença de todos e, mais uma vez, dizer que para nós é motivo de muita satisfação termos, nesta Casa, a garantia do espaço da população que nos elegeram e que tem voz, realmente, no sentido de nos orientar quanto às nossas ações.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG) - Convido para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Secretário de Turismo e Lazer do Distrito Federal, Lourival Zagonel.

SR. LOURIVAL ZAGONEL - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Deputado Rodrigo Rollemberg; Exmo. Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas, Deputado Federal Rubens Bueno; Exma. Sra. Coordenadora do Trabalho das Férias Repartidas, Deputada Federal, Maria de Lourdes Abadia; amigo e companheiro, Vice-Presidente da Abav, Sr. Carlos Edil Fortes; Sr. Administrador Regional de Sobradinho, nosso companheiro Paulo Cavalcante de Oliveira, que representa aqueles que nós consideramos os nossos prefeitos de Brasília; ilustre Presidente do *Brazilian Convention Bureau*, Dr. Maurício do Valle; senhoras e senhores, permitam-me fazer uma rápida intervenção apenas para registrar que a idéia de férias repartidas é criativa e indolor, ou seja, não prejudica absolutamente ninguém.

Se alguém disser que prejudica, precisa ser melhor informado. Além disso, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, já previu isso com

bastante eficiência e não é novidade o problema da adequação dos calendários.

Dos seis estados pesquisados por esta Comissão, constituída de vários Parlamentares de diversos partidos, apenas no Distrito Federal se faz necessária a discussão, a aprovação e a modificação pelo Conselho de Educação.

O grupo de trabalho é constituído por Deputados do PPS, do PPB, do PSDB, do PL, do PFL, do PT e do PMDB e sua proposição foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Esta idéia tem a sintonia dos mais diversos representativos partidos que constituem o Congresso Nacional e a participação direta de todos os segmentos de turismo que estiveram na Comissão discutindo com detalhes os resultados positivos, não só para o turismo, mas para a economia e, principalmente, para a sociedade de modo geral. Agora, acabo de ser informado pela ilustre Deputada Anilcéia Machado, que solicitou uma pesquisa-relâmpago, que a idéia já foi extremamente bem recebida pelos professores e pelos trabalhadores. Verifica-se, realmente, que não há mais nada a fazer senão continuar apoiando essa belíssima idéia e trabalhar para que ela seja implantada o mais rápido possível.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG) -

Agradeço as palavras do Exmo. Sr. Secretário de Turismo e Lazer, Lourival Zagonel.

Tenho o prazer de passar a palavra para a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia, grande combatente do turismo, que está trabalhando na Câmara dos Deputados pelo desenvolvimento do turismo, não apenas no Distrito Federal, mas em todo o Brasil.

DEPUTADA MARIA DE LOURDES ABADIA - Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Geral, Deputado Rodrigo Rollemberg; Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Deputada Anilcéia Machado, companheira tuca, autora do requerimento que propiciou a realização desta Comissão Geral; Exmo. Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas, Deputado Federal Rubens Bueno; Exmo. Sr. Secretário de Turismo: Lourival Zagonel; Sr. Administrador Regional de Sobradinho, Paulo Cavalcante de Oliveira; Sr. Vice-Presidente da Abav-DF, Carlos Edil Fortes; Sr. Presidente do *Brazilian Convention Bureau*, Maurício do Valle; senhoras e senhores; funcionários desta Casa, primeiramente eu gostaria de cumprimentá-los, dando as boas-vindas, e dizer da satisfação de, pela segunda vez em Brasília, estarmos discutindo uma alternativa de emprego e melhoria de renda para a nossa cidade.

Acho até que seria dispensável dizer do meu compromisso nesta batalha de fazer do turismo do Distrito Federal e do Brasil a grande saída para geração de emprego e renda no nosso país, na nossa cidade. Acredito ser esse o maior desafio dos governantes, o maior desafio para os políticos e o maior desafio para a sociedade.

Estamos nesta cruzada de batalhar pelo fortalecimento do turismo no nosso país e no Distrito Federal. Quando passarmos a palavra para o Coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas, Deputado Rubens Bueno, S.Exa. informará que foi criada na Câmara dos Deputados, dentro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que tem como Presidente o Deputado Aluísio Mercadante, a Subcomissão Permanente de Turismo, da qual fazemos parte como titulares.

Somos um grupo muito coeso, e estamos trabalhando e viajando pelo Brasil todo para discutirmos uma política nacional de turismo, pois há um projeto que há dez anos tramita no Congresso Nacional. E já conseguimos que esse projeto fosse enviado ao Senado Federal, sendo o seu relator o

Senador Ney Suassuna, que nos prometeu dar a ele o encaminhamento de urgência urgentíssima.

No dia 6 de outubro convido a todos para um seminário que discutirá a política nacional de turismo no Congresso Nacional. Essa será uma oportunidade muito boa para discutirmos os roteiros turísticos, a questão do valor das passagens aéreas e a do turismo nacional.

Hoje estamos aqui para discutir sobre as férias divididas. Acredito que o Deputado Rubens Bueno vai discursar, mas quero apenas reafirmar a importância deste assunto aqui no Distrito Federal. Temos um clima seco e podemos mudar o calendário de férias da nossa cidade, se assim a sociedade e, principalmente, o Conselho de Educação e a Secretaria de Educação julgarem importante. Se tivermos essa parceria da hotelaria, do *Convention Bureau*, dos restaurantes, do Secretário de Turismo, dos políticos e de toda a sociedade, isso será possível. Eu acredito ser essa uma das saídas porque o que há hoje é a concentração de férias nos meses de julho e janeiro, e sabemos das dificuldades, dos acidentes nas estradas e da questão da lotação nos aeroportos. Muitas vezes, a população não tem a disponibilidade de hotelaria nesses dois meses para o turismo. Nessa época há uma lotação nos hotéis e nas estradas. Há um emprego pleno no setor e depois desse período há um vazio, esfriando essa participação.

Se os estados tiverem a sabedoria e a oportunidade de definir férias diferenciadas, poderá haver uma procura e um fortalecimento do setor de turismo. Essa é a nossa bandeira como defensores do turismo nacional, pois ela beneficia os professores, os pais, os trabalhadores e empresários que poderão ter suas férias divididas. É algo novo, mas posso dizer que estamos ouvindo todo o Brasil. É algo interessante que as pessoas não conhecem. É uma sementinha que estamos lançando e, felizmente, não percebemos resistência à idéia. Isso é muito positivo. Todos querem conhecer e debater sobre o funcionamento das férias repartidas.

Estamos cumprindo com nossa tarefa.

Agradeço à Deputada Anilcéia Machado pela feliz idéia de trazer o debate para a Câmara Legislativa e ao Deputado Rodrigo Rollemberg, ex-secretário de turismo. Nesta Casa lutamos para o fortalecimento do turismo. É uma pena que não tenhamos o privilégio de ouvir o parecer dos Deputados Distritais. Tivemos informações de que está sendo discutida uma pauta difícil para esta Casa. É uma pena porque seria uma oportunidade de discutirmos uma saída para geração de emprego e renda para a nossa cidade. Queremos ouvi-los.

Estamos com compromisso. Não queremos só criticar e lamentar. Temos a bandeira da esperança de conseguirmos saída para geração de emprego e renda com todos os segmentos da sociedade.

Parabéns às pessoas presentes a esta sessão.

Agradeço de coração à nossa companheira, Deputada Anilcéia Machado, pela feliz idéia, e ao nosso companheiro Deputado Rodrigo Rollemberg pelo seu compromisso e interesse no debate dessa questão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG) -

Agradeço as felizes palavras da Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia.

Quero registrar que a Sra. Leila de Fátima Pavanelli Martins está representando a Secretária de Educação Eurides Brito. Eu gostaria de registrar a presença do Presidente do PPS do Distrito Federal, o companheiro Amauri Pessoa.

Por falar em PPS, tenho o prazer de convidar para fazer uso da palavra o coordenador do Grupo de Trabalho das Férias Repartidas, o Deputado Federal Rubens Bueno, do Paraná, que faz parte desse partido.

SR. RUBENS BUENO - Bom dia a todos. É um prazer estar na Câmara Legislativa do Distrito Federal, nesta sessão presidida pelo Deputado Rodrigo Rollemberg, a convite e a requerimento da Deputada Anilcéia Machado, ao lado da nossa companheira de grupo de trabalho, Deputada Maria de Lourdes Abadia, figura pela qual temos o maior respeito há muito tempo. Cumprimento também meu amigo e conterrâneo, Secretário de Turismo, Sr. Lourival Zagonel; o Sr. Vice-Presidente da Abav do Distrito Federal, Carlos Edil Fontes, companheiro que participou do grupo de trabalho nesse período; e o Sr. Administrador Regional de Sobradinho, Paulo Cavalcante de Oliveira.

É bom que se diga ao público presente que a Sra. Leila Pavanelli foi uma ativa companheira nesse grupo de trabalho, juntamente com quatorze outros técnicos que nos ajudaram a elaborar o relatório final da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Estimado amigo e companheiro, ilustre Presidente do PPS do Distrito Federal, Sr. Amauri Pessoa, é um prazer tê-lo aqui, bem como o Sr. Maurício do Valle, que já participou também de outro debate conosco no Centro de Convenções.

Ontem procurei pessoalmente a Deputada Zulaia Cobra, que é mais uma tucana de São Paulo e uma grande amiga. Dizem que em São Paulo a poluição está acabando com as aves, com os rios, com a fauna e a flora, mas não acaba com os tucanos, não é? A Deputada Zulaia Cobra é uma grande pessoa, temos uma amizade muito grande. Fui conhecer o relatório que ela estava apresentando ao Presidente da Casa sobre a reforma do Judiciário. Aquele relatório, que também trata dos recessos de final de ano e do meio do ano, simplesmente liquida com este assunto, ou seja, isso não é mais matéria constitucional na medida em que sugere a ininterrupção de todos os trabalhos do Poder Judiciário. Evidentemente, o relatório será debatido e votado.

Estamos também com uma proposta de emenda constitucional que trata da questão do recesso do Poder Legislativo. Queremos acabar com o recesso de julho porque esta é uma cultura que vem do império, da família real e de todo um processo que acompanhou a elite dominante no País desde aquela época, que acabou ficando até hoje. Pretendemos fazer com que o Poder Legislativo possa dar a sua contribuição no sentido de que o recesso de julho seja repartido durante outros períodos do ano, não mais acontecendo exclusivamente no período de julho. Brasília sente isso nos seus negócios e nas suas atividades, quando o Poder Judiciário paralisa. Estão sediados aqui o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e também o Poder Legislativo local e federal, representado pela Câmara Legislativa e pelo Congresso Nacional, respectivamente.

Então, esse é um assunto que agora começa a ganhar corpo dentro do Congresso Nacional. Em início de março, propusemos um debate sobre o assunto, para dar início a uma discussão relacionada ao calendário escolar. A audiência pública aconteceu no mês de maio e desta audiência pública nasceu um grupo de trabalho, formado pelos Deputados João Pizzolati, de Santa Catarina; Maria de Lourdes Abadia, do Distrito Federal; Ronaldo Vasconcellos, de Minas Gerais; Rubem Medina, do Rio de Janeiro; José Machado, de São Paulo; Clementino Coelho, de Pernambuco; Múcio Sá, do Rio Grande do Norte e Edison Andrino, de Santa Catarina. Esses são os membros do grupo de trabalho.

O que nós queremos buscar? Saber qual o impacto das férias escolares no desenvolvimento do turismo nacional. Levantadas essas informações, elaboramos um relatório, em um período de sessenta dias, e no dia 4 de agosto o referido relatório foi aprovado, por unanimidade, pela

Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Lembrando Nelson Rodrigues, "toda unanimidade é burra". Porém, o relatório foi aprovado pela maneira com que nós tratamos o assunto.

Convidamos a Embratur, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, tão bem representada pela Sra. Leila Pavanelli, que esteve conosco durante todo o período; o Exmo. Sr. Secretário de Turismo, Lourival Zagonel, presente em todos os momentos, apoiando, incentivando e dando sugestões. A Deputada Maria de Lourdes Abadia foi a mais destacada Parlamentar do Congresso Nacional a atuar nesse período, junto com o Vice-Presidente da Abav, Sr. Carlos Edil, que também participou de todos os momentos do encontro. Lá estiveram também representantes do Ministério da Educação, do Ministério dos Transportes, enfim, todos que pudessem contribuir com dados para que chegássemos a um relatório final, mostrando o impacto que poderia prejudicar o desenvolvimento do turismo nacional.

E não foi outro. Setenta por cento dos turistas que gozam férias no Brasil e que, portanto, mexem na economia do turismo nacional, fazem isso no período das férias escolares. É bom destacar que, nesse período, conforme dados do Ministério dos Transportes, as rodovias congestionadas elevam em trinta por cento o número de acidentes com mortes em todo o País, especificamente nos meses de janeiro e julho.

Nós também tivemos dados levantados junto à Infraero e ao Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Em geral, os aeroportos, os aviões, os hotéis, enfim, os serviços apresentam preços mais altos e uma baixa na qualidade de atendimento nesse período, porque tudo fica superdimensionado, sem condições de dar o atendimento adequado.

Ao lado disso, nós procuramos mostrar que nos sete Estados pesquisados, incluindo o Distrito Federal, apenas trinta cidades brasileiras absorvem 34% de todo o turismo doméstico. Aí está o caso de Brasília. Por que, então, não se buscar desconcentrar o período de férias e as cidades, descentralizando isso de forma que o turismo cultural, o turismo histórico, o ecoturismo e o turismo rural tenham, efetivamente, uma contribuição para o desenvolvimento do turismo nacional?

O que isso pode provocar? Primeiro, o trabalhador é contratado durante os meses de dezembro, janeiro e julho, e dispensado em março, voltando a trabalhar no final de junho. É dispensado no início de agosto e volta a trabalhar no início de dezembro. Esse trabalhador que vive exclusivamente do turismo nacional tem um resultado negativo, até porque isso provoca essa temporalidade que traz um prejuízo muito grande não só para aquele que está trabalhando, mas para aquele que está no negócio que tem de treinar um trabalhador como esse, prepará-lo e depois demiti-lo porque o turismo entra no período de baixa estação, diminuindo o movimento. Desconcentrando o período de férias, haverá mais estabilidade e regularidade para aqueles que estão trabalhando e para os que lidam com o negócio; tanto para os empresários quanto para os trabalhadores. As relações de trabalho, efetivamente, tendem a melhorar.

Há 5,8 milhões de trabalhadores que dependem do turismo nacional, setor no qual compreendem cinquenta e quatro atividades. Nessas cinquenta e quatro atividades do setor, com 5,8 milhões de trabalhadores, podemos ver que a renda direta do turismo nacional hoje chega a 38 bilhões de dólares, que é o número de 1998. Esse número, comparado ao número mundial que a OMT publicou recentemente, mostra que a renda direta do turismo no mundo é de 3,6 trilhões de dólares e que emprega 265 milhões de trabalhadores. A projeção da OMT para 2005 é de que a renda direta do turismo seja de 7 trilhões de dólares. Ou seja, praticamente dobrará o número de 1998, e o ano 2005 está aí. Os 265 milhões de trabalhadores do mundo ficam projetados para 450 milhões de trabalhadores no setor no ano de 2005.

Se projetarmos esse número para o Brasil, veremos que, dos 38 bilhões de dólares que foi a renda direta de 1998, teremos algo superior a 70 bilhões de dólares na renda direta do turismo nacional no ano 2005. Os 5,8 milhões de trabalhadores do setor - dados de 1998 -, projetados com a mesma proporção da OMT, poderão superar a marca dos 8 milhões de trabalhadores no setor no ano de 2005. Teremos um número maior, de 2,2 milhões de trabalhadores nesse período. Para isso, precisamos de criatividade.

Este relatório mostra que para o trabalhador é bom; para o empresário é bom; para a escola é bom; para o professor e para o estudante, também é. Quer dizer, há todo um processo.

Temos debatido o tema cumprindo o calendário que foi decidido pela Comissão de Economia: já estivemos em Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte, Natal e Salvador. Estou saindo daqui direto para o aeroporto, porque tenho compromisso no Rio. Amanhã estaremos em Recife, segunda-feira em São Paulo e, no dia 8 de outubro, no Rio de Janeiro. São os Estados pesquisados para onde estamos levando agora a conclusão desse relatório aprovado pela Comissão de Economia.

No dia 21 de outubro teremos um grande evento nacional aqui em Brasília, promovido com todas as entidades vinculadas ao setor, para exatamente fechar esta Agenda Nacional.

A cada momento estamos encontrando o quê? A ampla maioria aprovando esta idéia. Do lado pedagógico, temos depoimentos do Diretor de Educação, Diretor da UnB - pena aqui não ter um vídeo para mostrarmos esses pronunciamentos - afirmando não haver nenhum prejuízo à questão pedagógica. Temos depoimentos da Secretária de Educação do Paraná, técnica especialista na área de educação, que nos mostra claramente que há até uma melhoria de qualidade, no sentido de que quanto maior for o período das férias repartidas mais demora haverá na recuperação pedagógica daquilo que foi ensinado anteriormente. Quanto mais curto o período de férias, mais rápida a recuperação do aluno.

Temos declaração do Presidente da PP-Sindicato do Paraná, mostrando claramente que não há nenhum prejuízo para o ensino e aprendizagem com as férias repartidas. Enfim, temos vários depoimentos da Fundação Getúlio Vargas, e outros.

Em São Paulo, no dia 20, uma das maiores autoridades da USP vai se pronunciar favoravelmente sobre a questão pedagógica em relação às férias repartida.

Esse é um conceito que veio da Europa. Portugal, Espanha, França, Alemanha estabeleceram este conceito sobre a questão das férias repartidas. Por que isso? Porque temos um período letivo que a lei determina - o Secretário Zagonel e a Deputada Anilcéia Machado falaram bem sobre esta questão. A própria LDB, de 1996, já diz isso. E foi muito mais avante em termos do processo moderno, no sentido de que cabe a cada lugar, a cada sistema estabelecer o seu calendário escolar, obedecendo a questão dos dias: duzentos dias-ano, em oitocentas horas, para ensino médio e ensino básico; duzentos dias apenas para ensino superior. Isto está na lei. Fora isso, cada lugar e cada sistema poderá fazer o seu calendário, obedecendo a questão do clima - há o caso específico de Brasília e de outras regiões do País -, a questão econômica. Está escrito na lei. Não estamos inventando nada. Estamos apenas abrindo o debate.

Para fechar essa questão das férias repartidas, apresentamos um projeto - e a Comissão de Economia o acatou por unanimidade, passando a ter uma tramitação mais rápida no Congresso Nacional, por ser um projeto da Comissão de Economia - para os trabalhadores contratados pelo regime da CLT. A partir desse projeto - e acreditamos que será aprovado, porque há unanimidade de apoio -, se o trabalhador contratado pelo regime da CLT desejar, poderá repartir suas férias em até três vezes, com, no mínimo, dez

dias cada. O trabalhador terá a oportunidade de escolher um dos quatro planos de férias: poderá ficar com os trinta dias corridos; poderá ter férias de vinte e dez dias; poderá ter duas férias de quinze dias; e ainda três férias de dez dias. Então, terá quatro oportunidades para planejar sua vida durante o ano, podendo ajustar os interesses familiares e o calendário de seus filhos em idade escolar. Este é o avanço que está se propondo para que possamos ter, efetivamente no País, situação que leve ao desenvolvimento do turismo nacional. Alguém pode perguntar, lá de Sobradinho ou de Gurupi, no Tocantins: o que eu tenho a ver com o turismo nacional se aqui eu não tenho nada a oferecer? Tem muito a ver. Na medida em que cresce a economia do País, cresce também a arrecadação dos Governos Estaduais e Federal, fazendo com que cresça o "bolo" que faz o fundo de participação dos Estados, aumentando o "bolo" do fundo nacional. Com esse aumento, evidentemente na redistribuição desses valores para os Estados e municípios, todos serão beneficiados, inclusive os municípios que não têm nada a ver com o turismo.

Então, é um projeto que visa claramente atender a questão educacional, que é o primeiro ponto. Sou professor, não sou empresário do ramo, não tenho atividade nessa área, tenho apenas um mandato de Deputado, transitoriamente. Terminando o meu mandato preciso voltar para o magistério. Então não há problema dessa ordem. O sentido é ver a situação do País, hoje com alto índice de desemprego em Belo Horizonte, chegando a 19%; Salvador, na Bahia, registrando o maior índice nacional de desemprego chegando a 25%; São Paulo com dois milhões de desempregados. É o País que está clamando, exigindo e cobrando políticas públicas que gerem empregos.

Temos aqui uma proposta a custo zero para os cofres públicos. Tenho dito que esse programa não é nenhuma Ford, na Bahia, que vai incentivar, havendo renúncia fiscal ou uma série de vantagens quando a empresa se instalar. Como a Renault, no Paraná, que teve uma série de vantagens para se instalar. Não, não é nada disso. A custo zero, estamos propondo o debate. Por isso nós viemos aqui, atendendo ao convite da Câmara Distrital, que atendeu ao requerimento da Deputada Anilcéia Machado, e com ajuda da Deputada Federal Maria Abadia na coordenação desse encontro aqui em Brasília.

Queremos dar ao País, criativamente, um modelo que ofereça emprego e renda, fazendo crescer economicamente o País como um todo. Até mesmo, treinar o trabalhador nesse setor a um custo mais barato. Investir por um emprego num setor industrial pesado custa U\$160.000 para o País e no setor de turismo esse custo é de apenas U\$40.000

Este é o número que temos para mostrar que este é um segmento que só tende a crescer, pelos números já divulgados, pelas projeções que temos para os próximos cinco anos e, com certeza, este é o caminho que temos a oferecer para Brasília, por ser uma cidade importante do ponto de vista do turismo nacional, e para outros pontos também - do Brasil como um todo, em termos de economia.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG.) - Agradeço ao Deputado Rubens Bueno pelas palavras. Registro, com prazer, a presença do nosso artista Toninho Souza; da Sra. Gerente Administrativa do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, Nair Cagni; da Sra. Diretora do Centro de Ensino Sete Estrelas, Professora Marlene Barreto; do Sr. Médico-Pediatra Avelino Neta Ramos; do Sr. Presidente da Juventude Popular Socialista do Distrito Federal, Cleber Elias Vitoriano, e também do nobre Deputado Agrício Braga, que nos prestigia com sua presença.

Quero agradecer a intervenção de todos, agradecer a presença do Sr. Carlos Edil; do Secretário de Turismo, Sr. Lourival Zagonel; da Deputada Anilcéia Machado, do Deputado Rubens Bueno, da Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia; do nosso Administrador Regional de Sobradinho, Sr. Paulo Cavalcante de Oliveira; e rapidamente fazer algumas considerações sobre o tema em debate.

Há poucos meses, essa Câmara Legislativa viveu, na minha opinião, o seu grande momento quando realizou um debate reunindo Parlamentares, autoridades do Governo, empresários, estudantes e população em geral, sobre a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e social de nossa cidade. Como muito bem disse o Deputado Rubens Bueno, não existe nenhuma outra atividade econômica capaz de gerar, a baixo custo, com baixos investimentos e com rapidez os empregos que nós tanto precisamos nesta cidade, neste país. Mas não são apenas os empregos, e sim, sobretudo, a geração de renda que a atividade do turismo, pela sua capilaridade e por suas oportunidades de trabalho em diversas atividades econômicas, realiza.

Deputada Anilcéia Machado, ficamos muito felizes com sua iniciativa de trazer a esta Casa mais um debate que vem contribuir para o desenvolvimento do turismo na nossa cidade e para que esta Casa possa exercer o papel que lhe é de direito: discutir os temas relevantes da sociedade, buscando soluções que melhorem a nossa qualidade de vida.

Fiquei também muito feliz porque a única dúvida que eu tinha em relação à questão das férias repartidas, a que sou amplamente favorável, é que não houvesse, por parte do legislador, a preocupação de que o trabalhador também possa parcelar as suas férias a fim de que tenha a oportunidade de viajar com seus filhos no período escolar. Fico muito feliz ao ver o Deputado Rubens Bueno, que vem assumindo a vanguarda dessa luta, preocupar-se com isso, preocupação já adotada pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados em um projeto que também permite aos trabalhadores a repartição de suas férias, o qual já está em adiantado processo de tramitação.

Não há dúvida de que isso contribuirá para dar oportunidade às pessoas que às vezes não têm condições de viajar por um mês, de viajarem por uma semana, quinze ou vinte dias, o que gerará empregos para uma série de trabalhadores ligados à atividade econômica do turismo que hoje têm emprego sazonal. Eles têm emprego em dezembro, em janeiro, mas, depois, a atividade cai e, aí, muitos desses estabelecimentos de turismo são obrigados a se adequar ao mercado, demitindo e diminuindo o seu quadro de funcionários.

Com soluções inteligentes como essa, que não trazem custo adicional nenhum para o Estado nem para ninguém, contribuiremos muito para a geração de empregos e para o desenvolvimento do turismo na nossa cidade e no nosso país.

No exercício da Presidência desta Comissão Geral, quero me congratular, em nome do Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Edimar Pireneus, com todos vocês que vieram aqui prestigiar este debate tão importante, especialmente com os membros da Mesa, como o Deputado Rubens Bueno - o qual tem uma agenda apertada -, a Deputada Maria de Lourdes Abadia e o Secretário de Turismo, Lourival Zagonel. Essas pessoas se dispuseram a vir a esta Casa hoje enriquecer este debate, que, sem dúvida nenhuma, veio trazer uma contribuição significativa para o desenvolvimento do turismo em Brasília e no Brasil, objetivo de todas as pessoas aqui presentes.

Ouviremos, agora, o Hino a Brasília.

(Hino a Brasília.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG) -
Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente Comissão Geral.

(Levanta-se a Comissão Geral às 11h45min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 59ª
(QUINQUAGÉSIMA NONA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

EM 16 DE SETEMBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Edimar Pireneus.

SECRETARIA: Deputados João de Deus, Daniel Marques e Gim.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 18 horas.

TÉRMINO: 23 horas e 39 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - COMUNICADOS DA MESA

- **Mensagem nº 345, de 1999**, do Governador do Distrito Federal.

Obs.: a Mensagem será publicada em Suplemento.

2 - ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 742, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências."

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Benício Tavares, com apresentação de emenda; acatando as emendas aditivas nºs 2, 5 e 6, as modificativas nºs 1, 3 e 4, as de nº 8 e 9, na forma da emenda nº 4, e rejeitando as emendas nºs 7, 10, 11, 12 e 13.

APROVADO com 15 votos favoráveis e 9 votos contrários.

- Parecer favorável do relator da CAS, Deputado Jorge Cauhy, nos termos do parecer da CCJ.

APROVADO por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

- Votação do projeto em 1º turno:

APROVADO com 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

3 - ENCERRAMENTO**Presidente (Deputado Edimar Pireneus):**

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

[Assinatura]
Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado João de Deus a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária☒ Extraordinária

SSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data: 16.09.99
Horário: 18:00

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRÍCIO BRAGA - PL	X		
AGUINALDO DE JESUS - PFL			
ALÍRIO NETO - PPS			
ANILCEIA MACHADO - PSDB	X		
BENÍCIO TAVARES - PTB	X		
CÉSAR LACERDA - PTB	X		
CHICO FLORESTA - PT	X		
DANIEL MARQUES - PMDB	X		
JORGE CAUHY - PMDB	X		
JOÃO DE DEUS - PDT	X		
GIM ARGELLO - PFL	X		
JOSÉ EDMAR - PMDB	X		
JOSÉ RAJÃO - PSDB	X		
JOSÉ TATICO - PSC	X		
LÚCIA CARVALHO - PT	X		
MANINHA - PT	X		
PAULO TADEU - PT	X		
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X		
RENATO RAINHA - PL	X		
SÍLVIO LINHARES - PMDB	X		
XAVIER - PPB	X		
WASNY DE ROURE - PT	X		
WILSON LIMA - PSD	X		
EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X		
TOTAL			

[Assinatura]
SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Estão presentes 22 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ANILCEIA MACHADO (PSDB) - Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero fazer um breve relato sobre o trabalho realizado nesta Casa, hoje, pela manhã, ao participarmos da Comissão Geral, com a presença do Deputado Rubens Bueno, do PPS do Paraná; da Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia, do PSDB do Distrito Federal, e dos nobres colegas Deputados Rodrigo Rollemberg, que presidiu a Comissão Geral, e Agrício Braga, os quais presenciaram e participaram do relatório apresentado nesta Casa sobre a questão das férias repartidas com calendário diferenciado nos diversos estados.

Quero dizer que para nós foi uma satisfação muito grande colher informações sobre um tema que vem sendo debatido em todo o País como resultado de um trabalho elaborado por um grupo suprapartidário de Deputados Federais, o qual propõe um calendário diferenciado nas férias escolares e também uma alteração na CLT, na legislação vigente, a fim de que os trabalhadores possam, também, fazer a opção pelo parcelamento de suas férias.

Então, nós realmente tivemos um marco nesta Casa. Entendemos que, a partir de toda a exposição feita aqui, temos condições de debater e discutir essa questão que provocará uma alteração, se for implantada, em todo o sistema não só da rede de ensino como das férias dos trabalhadores em todo o País.

Como V.Exa. estava participando de outro evento, queremos informar que o trabalho foi muito benéfico para esta Casa e agradecemos a todos os Parlamentares que aprovaram o requerimento, viabilizando a instalação da Comissão Geral que discutiu esse tema de tamanha relevância.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência agradece à Deputada Anilceia Machado e informa que ficou sabendo do resultado dessa Comissão Geral.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT) - Pela ordem. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está protocolando, nesta sessão, uma moção que hipoteca solidariedade ao *Correio Braziliense* e manifesta repúdio contra os ataques por ele sofridos cometidos pelo Governador Joaquim Roriz.

Gostaríamos de dizer, Sr. Presidente, que mais de uma vez usamos esta tribuna para fazer o nosso pronunciamento acerca dessa questão. Novamente, o Distrito Federal se surpreende com uma atitude de um dirigente político, governante desta cidade, que perde a paciência e coloca em manchetes nos jornais a sua visão sobre a liberdade de imprensa. Sabemos que todo dirigente, todo governante tem de ter paciência e tolerância a fim de aceitar as críticas que lhe são feitas.

Diante disso e por uma idéia do Deputado Wasny de Roure, além da moção que estamos aqui protocolando, também estamos convocando esta Casa para participar, na próxima terça-feira, às 11h, no auditório do Confea, de um ato em defesa da democracia e contra aquilo que hoje estamos vivendo nesta cidade: o cerceamento da liberdade de imprensa.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar a V.Exa. que

aceitasse o protocolo da moção que a bancada do Partido dos Trabalhadores está lhe entregando e que o colocasse em votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui procurado por uma comissão de jornalistas, na qualidade de integrante da Mesa desta Casa, para que estabelecesse um diálogo com V.Exa., como Presidente desta Casa, Poder Legislativo autônomo, a fim de promovermos um entendimento entre as entidades da sociedade civil e o Governo do Distrito Federal, com o intuito de que a liberdade de imprensa e o processo democrático da própria presença da imprensa na sociedade sejam preservados.

Entendo, Sr. Presidente, que esse é um momento ímpar para esta Casa não no sentido de tencionar de um lado ou de outro, pois a Câmara Legislativa tem a capacidade política de ser a síntese dos mais diferentes posicionamentos políticos dela. Então, solicito a V.Exa., como Presidente desta instituição, que esta Casa venha ao encontro dos anseios da sociedade, no sentido de preservar a democracia e o direito do contraditório. Estamos vivendo um momento singular, e esta Casa pode resgatar o seu papel histórico que justifica perante o povo brasileiro.

Faço esse apelo a V.Exa. Apesar de já haver um esboço, isso não significa que essa questão não possa ser negociada. O mais importante é que a Mesa Diretora, particularmente por intermédio da pessoa de V.Exa., possa ocupar politicamente esse espaço para preservar a democracia e a liberdade de imprensa em nossa cidade.

Solicito a V.Exa. o deferimento desta proposta apresentada por nós e pela nossa bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência pede uma prazo para dar a resposta.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer aqui o mais veemente protesto contra o ato descontrolado e desequilibrado do Governador Joaquim Roriz, que diz que vai fechar o *Correio Braziliense*. Parece que o Governador Joaquim Roriz acha que ainda vive no período da ditadura. Talvez seja por isso que S.Exa. fale em fechar jornais, como também quer acabar com as eleições diretas para diretores de escolas.

Trazemos aqui o mais veemente protesto do Partido Socialista Brasileiro. Estamos vivendo uma democracia e é responsabilidade do Governador respeitar a liberdade de expressão de todos. No momento em que faço isso, trago a minha solidariedade e a de meu partido ao jornal *Correio Braziliense*.

Solicito a V.Exa. que conste nos Anais desta Casa o editorial de hoje do *Correio Braziliense*, intitulado "Advertência ao Governador".

Muito obrigado.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG.)

Advertência ao governador

Caiu a máscara de democrata do governador Joaquim Roriz. E não foi ninguém que a retirou. Foi ele mesmo. Estamos, pois, diante de um gesto voluntário do governador. E, é de se imaginar, bastante amadurecido por ele desde que tomou posse no cargo há quase nove meses. Inconformado com a postura independente e crítica que pauta há anos nosso comportamento editorial, o sr. Roriz anunciou que conclamará o povo para que não leia mais o *Correio Braziliense*. Isso quer dizer: o sr. Roriz gostaria de fechar este jornal.

A irresponsável política fundiária esboçada pelo governador no seu atual mandato, a que este jornal se opõe, está na raiz do gesto que ele agora adota. O sr. Roriz foi eleito em larga medida com o voto das pessoas mais pobres do Distrito Federal. Elas acreditaram em diversas promessas irrealizáveis feitas por ele ao longo da campanha. Uma delas foi a de dar terra a quem não tem. Como se simplesmente oferecer um lote a uma pessoa fosse capaz de resgatá-la do estado de pobreza em que vive.

Não somos contra política alguma que de fato contribua para a elevação social dos mais desamparados. É de uma clareza solar que não somos, nem poderíamos ser. Pelo contrário: cobramos do governo federal, de todos os governos e da própria sociedade iniciativas concretas que diminuam o imenso abismo que separa ricos e pobres neste país. O Brasil exibe um dos mais vergonhosos e injustos perfis de distribuição de renda do mundo. Há que alterá-lo radicalmente se quisermos de fato construir um país moderno.

Também não somos contra ações de filantropia que buscam atender necessidades imediatas daqueles que passam fome ou que vivem ao relento. Tais ações não são capazes, sozinhas, de elevar ninguém de maneira sustentável. Mas são compreensíveis. E algum bem elas de fato promovem. O *Correio* destaca-se como um dos jornais que mais abrem espaço para divulgar ações meritórias dessa natureza. Contam-se às dezenas, somente neste ano, as reportagens que publicamos a respeito de pessoas ou comunidades que pedem socorro urgente.

Somos, isto sim, e continuaremos sendo contra políticas e ações, gover-

namentais ou não, que nos pareçam inócuas e nocivas. E que, ao seu término, acabam traindo interesses e objetivos eleitorais. Além de prejudicarem a sociedade como um todo, incluindo aí os mais pobres. A política de distribuição de lotes do sr. Roriz no governo anterior dele fez mal — muito mal — a Brasília. Porque atraiu para cá levadas e levadas de migrantes, inchou e degradou muitas cidades do Distrito Federal.

A política de distribuição de lotes que o sr. Roriz pretende desenvolver pelos próximos quatro anos em pouco ou nada difere da anterior. E por isso a combatemos. E continuaremos a combatê-la. As ameaças do governador não nos intimidam. Jamais nos intimidarão. Não temos compromisso com ele. Como não tivemos com o governador que o antecedeu. Como não teremos com o próximo governador. Nosso compromisso é com o bem-estar das pessoas que moram aqui e com o que nos pareça ser o melhor para o futuro do Brasil.

O sr. Roriz demonstra, uma vez mais, que é um político à moda antiga, prisioneiro de um estilo de administrar que pouco a pouco o país vem arquivando. O boicote que prega a este jornal revela o político saudosos dos tempos da censura à imprensa que ele verdadeiramente é. Parece deslocado numa Brasília que hospeda um presidente da República tolerante com todas as manifestações de desacordo com seu governo. Mais do que tolerante: um presidente que combateu o arbítrio e ajudou a restabelecer a democracia entre nós. E que, por isso, compreende que o exercício democrático se alimenta do sadio entrelaço de idéias.

Temos a convicção de que os leitores não esperam outra coisa do *Correio* que não seja a reafirmação diária de independência editorial. E também a reafirmação da postura serena com a qual já atravessamos tantos momentos delicados da vida deste país. Não perderemos a serenidade diante da provocação do governador. Não deixaremos de examinar com isenção e equilíbrio todos os seus atos, elogiando aqueles que mereçam elogios e criticando os que nos pareçam maléficos.

O sr. Roriz pode perder a postura se quiser. Nós não a perderemos. Mas que ninguém duvide: não nos acovardaremos jamais.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar meu apoio. Neste caso, não falo como líder do Governo, mas como Parlamentar desta Casa e também como um dos Deputados que mais sofreu nas mãos do *Correio Braziliense* e do Sr. Ricardo Noblat, que, inclusive, está respondendo nas varas dos tribunais pelas suas acusações injuriosas e que há de pagar pelas injúrias cometidas.

Quero destacar mais: as considerações feitas pelo Governador Joaquim Roriz já foram tardiamente colocadas. O Governador teve paciência durante todo esse tempo, tolerando a parcialidade que o *Correio Braziliense* sempre teve, tomando partido político, decidindo ou fazendo vista grossa, como foi o caso da Estrutural, e nunca divulgando a verdade. Muito pelo contrário, colocando a população de Brasília contra toda aquela população humilde da Estrutural, nunca publicando nenhuma decisão da Justiça. Por cinco vezes ganhamos na Justiça e nenhuma vez o *Correio Braziliense* publicou a notícia. Com esse fator de invasão que há em Brasília, certamente, se fosse o PT que tivesse feito a política habitacional, aí, sim, teria sido feita uma política habitacional. Por não ter sido o PT, e, sim, o Governador Joaquim Roriz, S.Exa. tenta tomar as vezes do partido que defendeu nas eleições e, de certo modo, chorou no dia em que foi publicado o resultado da eleição.

Portanto, venho aqui me solidarizar, particularmente, na qualidade de Deputado desta Casa, com o Governador Joaquim Roriz, que não se curva e não tem medo de uma imprensa mentirosa, que tem parcialidade e toma partido político. Em vez de ser independente e imparcial, fica na defesa de um partido político que foi derrotado. E assim também será derrotado aqui em Brasília, porque a população de Brasília já não consegue enxergar, no *Correio Braziliense* verdades e, sim, mentiras e injúrias que se colocam contra o Governador.

Muito obrigado.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, eu gostaria, neste momento, de repudiar as atitudes ditatoriais que vêm acontecendo no Distrito Federal desde o início deste Governo, quando se tentou acabar com as manifestações da Praça dos Três Poderes e houve uma perda por parte da Justiça, que condenou o ato autoritário do Governador Joaquim Roriz de tentar, por meio de decreto, impedir manifestações.

Registro também a postura ditatorial, quando se impede que os nossos companheiros trabalhadores participem de conselhos, de gestões do BRB, do Conselho de Cultura e de outros projetos referendados por esta Casa. Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que registre nos Anais desta Casa o editorial "Advertência ao Governador", que mostra a trajetória de um Governo que, em nove meses, "pariu" a ditadura, fez ressuscitar aquilo que há muitos anos militantes, inclusive do campo de V.Exa., vêm tentando destruir.

Quero mostrar a minha preocupação com relação a esta situação na galeria. Estamos percebendo claramente que as senhas dos que apóiam o projeto autoritário já entraram em número maior e que o lado dos manifestantes contrários está em número menor. Isso está revoltando os Parlamentares e os que estão se manifestando e pode causar conflito mais grave. Portanto, peço a V.Exa. que oriente os seguranças para que permitam quantidade igual dos dois lados. Então, eu gostaria que V.Exa., como

democrata que sempre defendeu ser, possa exercer a democracia e responder ao meu apelo, registrando nos Anais desta Casa esse editorial histórico que resgata as atitudes de nove meses de ditadura no Distrito Federal. Com certeza, daremos uma boa resposta antes do fim deste Governo.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer o meu registro a medida em que avança este Governo que se instalou no Palácio do Buriti desde o dia 1º de janeiro. Vem sistematicamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputado Paulo Tadeu, vou suspender a sessão por cinco minutos, pois a pressão lá fora está insuportável. Antes, porém, eu gostaria de dizer à Deputada Lucia Carvalho que a senha foi distribuída por igual. Essa pressão é para que haja perturbação no andamento da sessão, mas a sessão vai acontecer. Após as suas palavras vou suspender esta sessão até que as pessoas se acalmem.

Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o próprio Governador tem responsabilidade sobre esse clima que temos hoje nesta Casa. As agressões que cometeu contra um cidadão no Parque da Cidade, as agressões que ele tem feito ao movimento sindical, tirando a liberação de vários trabalhadores, e a agressão que fez ontem ao *Correio Braziliense* geram um clima de intranquilidade no Distrito Federal. Ontem, foi registrado por toda a imprensa que, atualmente, os Estados Unidos já classificam Brasília como a terceira cidade mais perigosa do País. O grande responsável por esse clima é o Governador Roriz, ou melhor, o Governador ditador e fascista, Joaquim Roriz, que tem adotado políticas e posturas de perseguição a diversos servidores do Distrito Federal. A política de retirar conquistas e programas históricos da sociedade tem gerado esse conflito.

Não tenho dúvidas que, neste momento, a Câmara Legislativa sofre pelo clima que o Governador irresponsável está fazendo acontecer no Distrito Federal. Há invasões de terra em Santa Maria. Ontem, ocorreu uma agressão contra o *Correio Braziliense* e houve a tentativa de jogar a sociedade contra esse jornal que é tão importante. Por isso, não dá mais. De fato, o Sr. Joaquim Roriz precisa urgentemente de um psiquiatra, precisa tratar-se, porque deve ter algum problema mental muito sério, pois agride cidadãos, entidades e, agora, acaba de agredir um jornal como o *Correio Braziliense*.

É importante dizer que tenho sido vítima, nas últimas semanas, de agressões de diversos jornais, a partir de uma mentira dita desta tribuna. Nem por isso estou sugerindo que os jornais sejam fechados e que a população não os leia. Podem ler o *DF-Notícia*, podem ler todos os jornais comunitários. O *Correio Braziliense* cria, neste momento, um sentimento importante na sociedade: o de ter a clareza e a visão do que representa hoje o Governador Roriz, que, na realidade, nada mais é do que um fascista a serviço de um projeto neoliberal.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Tadeu faz uma ofensa aos mais de 400 mil eleitores que votaram no Governador Joaquim Roriz. Nobre colega, quem perdeu as eleições e deixou esse caos que está aí não foi o Governador Joaquim Roriz, foi, sim, o Governador Cristovam Buarque, que deixou os problemas para que o nosso Governador resolvesse.

Eu gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa um artigo publicado na *Gazeta Mercantil*: "Tempo de Construir", que julgo um dos artigos mais bem produzidos dos assinados pelo Governador Joaquim Roriz.

Neste momento, meus amigos, sabemos que é natural o direito de quem perdeu as eleições reclamar. Obviamente, vamos viabilizar as propostas elaboradas durante a campanha. Essas propostas são compromissos assumidos e que deram a vitória ao Governador Joaquim Roriz. Portanto, essa proposta colocada aqui nada mais é do que a vitória nas urnas do atual Governador.

Toda essa chiadeira, essa movimentação, faz parte de uma estratégia para tentar denegrir a imagem do Governador Joaquim Roriz. Tenho certeza que, por meio de ações concretas pelo povo, pelos mais humildes, pelas pessoas mais necessitadas, por meio de programas sociais vinculados ao nosso Governador, estaremos revertendo esse grande quadro social que está deixando nossa população insegura.

Portanto, Sr. Presidente, essa proposta nada mais é do que um avanço de interesse de todos da nossa comunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato a solicitação de V.Exa.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO BENÍCIO TAVARES.)

Tempo de construir

Joaquim Roriz*

Quando Juscelino decidiu construir Brasília não faltou quem duvidasse da empreitada. Diziam que era um louco, que esvaziaria os cofres do Tesouro, que endividaria o País. Certamente, alguém lhe terá perguntado se já assegurara recursos para erguer, na imensidão do Planalto, a cidade do futuro, digna de ser capital de uma Nação que começava a acreditar em si mesma.

Erá um tempo de otimismo, naquele Brasil dos meados dos anos 50. Em sua peregrinação pelo País, na campanha eleitoral e depois de empossado, Juscelino passava a quem o ouvia, aquela "fé inabalável e confiança sem limites nos grandes destinos" da Pátria, como deixou gravado no mármore branco do pequeno museu da Praça dos Três Poderes.

Mas mesmo assim, quando Brasília ainda não saíra das pranchetas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, houve até um intelectual brilhante, depois

competente ministro de estado, que considerou o lugar inviável para a capital; no solo árido do Cerrado - afirmava - nada seria possível cultivar. Gostaria que ele visse hoje as quadras plantadas no meio dos bosques, os jardins floridos e, principalmente, a força da agricultura que construímos no solo que julgou infértil.

Se Juscelino recuasse ante os negativistas de sempre não teria desencadeado, com a construção da nova capital, o maior movimento de integração nacional desde as entradas e bandeiras.

Não pretendo equiparar-me a Juscelino, figura ímpar de estadista e político. Mas não posso deixar de comparar os que hoje tentam puxar para trás o Brasil, e Brasília, com os pessimistas que se opuseram à mudança da capital. E que mesmo depois do glorioso 21 de abril de 1960, quiseram retroagir no tempo e desmanchar o sonho de

Dom Bosco, fazendo retornar a capital ao Rio de Janeiro.

Ao contrário dos negativistas de agora, acredito que vivemos um tempo de construir. No Brasil, no Centro-Oeste e no Distrito Federal.

O Plano Plurianual recém-lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso é uma tomada de posição em favor da construção de um novo Brasil, finalmente liberto dos obstáculos ao crescimento, dos desequilíbrios inter-regionais e da injustiça social. O recente encontro dos governadores do Centro-Oeste, a instituição do Fórum dos governadores da região reflete nosso posicionamento em favor da cooperação para o desenvolvimento. E o programa de obras que iniciamos no Distrito Federal é a parte que nos cabe nesse processo.

Os brasileiros que, na década de 50, enfrentaram a escassez de recursos financeiros, a incompreensão, o pessimismo e decidiram interiorizar o progresso a partir da mudança da capital, não se detiveram ante as profecias de catástrofes. Não se intimidaram com questionamentos quanto a garantia de verbas. Não se atemorizaram com as ameaças e conspirações dos que não acreditaram no futuro do Brasil. Venceram, como sempre vencem os que apostam na tenacidade de nosso povo.

Hoje, repito, temos condições de dar um novo salto rumo ao futuro. No plano nacional, a estabilidade econômica, assegura-nos a base para empreendê-lo. E a sociedade está pronta para participar da retomada do desenvolvimento.

Na esfera regional vivemos um momento de cooperação e otimismo, fruto da consciência de que, juntos, podemos ajudar a transformar definitivamente o panorama deste País cuja integração passa, necessariamente, pela dinamização da economia do Centro-Oeste.

No âmbito do Distrito Federal, temos a oportunidade de superar os anos de omissão e inação. O plano de obras que anunciamos - e muitas já estão em pleno desenvolvimento - respondem, diretamente, às necessidades e anseios de nossas cidades, de nosso povo que precisa de vias capazes de suportar os crescentes fluxos de veículos, de urbanização que resgate as características ímpares da capital da República, de saneamento ambiental que defen-

da a natureza de intervenções irresponsáveis.

Tão importante quanto isso, o elenco de obras trará significativa contribuição para reduzir, no Distrito Federal, os efeitos do grande problema de nosso tempo - o desemprego. Serão mais de 18 mil ocupações produtivas, em grande parte na construção civil, sabidamente o segmento capaz de responder mais rapidamente na geração de empregos. E que terão, ademais, a capacidade de produzir efeitos indiretos sobre toda a economia do DF e de seu entorno, numa benéfica reação em cadeia que atingirá outros segmentos de indústria, do comércio e dos serviços.

Tenho afirmado, a propósito da urgência de gerar empregos, que eles não são criados pelos governos, mas pela iniciativa privada. Ao setor público, porém, cabe a responsabilidade de sinalizar aos empreendedores particulares os caminhos a seguir em busca do desenvolvimento; de induzir investimentos que dinamizem a economia, absorvam mão-de-obra e resultem em benefícios sociais.

Foi isto que planejamos quando submetemos a todos,

na campanha eleitoral, nossas idéias e planos para o desenvolvimento do Distrito Federal. E foram essas idéias e planos que mereceram a aprovação do eleitorado, que recusou a omissão, a inércia, os programas cosméticos e escolheu a alternativa francamente desenvolvimentista que defendemos.

Estamos, agora, cumprindo o que prometemos. Vamos completar Brasília, em sua escala monumental, executando os projetos concebidos por Oscar e Lúcio para o Plano Piloto. Estamos completando Brasília com as obras viárias que, no nosso tempo, correspondem àquelas planejadas pelos nossos fundadores para que o trânsito flua sem congestionamentos, as pessoas movimentem-se com segurança e conforto. Estamos completando Brasília ao promover a cooperação com os estados vizinhos em favor de progresso do Centro-Oeste e da região geoeconômica da capital. Estamos completando Brasília ao promover o desenvolvimento de empresas que dinamizem a economia local e regional, gerem empregos, promovam o

bem-estar de todos. Estamos completando Brasília ao implementar programas sociais que combatam os efeitos mais dramáticos da pobreza, resgatem a educação de qualidade que já tivemos e perdemos, restabeleçam a eficiência dos serviços de saúde, solucionem os crônicos problemas fundiários que nos afligem desde a criação da capital, proporcionem

habitação digna a todos, garantam a segurança de nossas famílias, ofereçam oportunidades de lazer, dinamizem nossa vida cultural.

Adredito, firmemente, que este é um tempo de fazer. Mais uma vez, Brasília está na vanguarda do processo que haverá de construir a nação próspera e justa que todos queremos.

Governador do Distrito Federal

PRÉSIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputado Wasny de Roure, esta Presidência não concederá a palavra pela ordem, visto que V.Exa. já fez uso dela.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, fico feliz porque sempre sou motivo de lembrança e sempre trago à mente de V. Exa. os acordos. Não sei se os outros os trazem.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu não tinha tempo para acompanhar os programas de campanha e, por isso, não sei se fazia parte também da campanha as agressões da imprensa. Creio que faz parte.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Nobre Deputado, esta Presidência não concedeu a palavra pela ordem. Temos um acordo e V. Exa. já usou da palavra.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aqui está a prova do que é um Governo fascista, do que é um Governo que confunde ganhar eleições com utilizar o poder público e a máquina pública para massacrar o povo. Infelizmente, nesta Casa, que é, inclusive, de responsabilidade de V.Exa., os Deputados eleitos pelo povo estão sendo agredidos de maneira covarde. Aquilo que a Segurança desta Casa tentou fazer com a Deputada Maninha não se faz, às vezes, nem em países declaradamente fascistas. Oito seguranças a cercaram e eu vi, inclusive, um deles desferir um soco no seu rosto. Ao procurar defendê-la, um, covardemente, atingiu-me por trás.

Está aqui a prova desse crime. Esta Casa não pode ser conivente com esse tipo de prática nem, muito menos, pode refletir aqui essa política do Governador Roriz, porque quando se vai à imprensa para atacá-la, na verdade está se atacando a democracia, está se sinalizando para que forças que imaginávamos já estarem sepultadas em nosso país tenham condições de se levantarem e, por meio da violência, tentarem impor suas vontades.

Não é apenas o exercício do voto em determinado momento que faz com que a população e a sociedade se cale. Então, o Governador Roriz é de um tempo do passado em que S.Exa. gostava muito da imprensa porque ela apenas dizia amém ao que os governantes faziam. Quando a imprensa não diz apenas amém e usa do seu papel, que é fundamental em qualquer democracia neste mundo, o Governador, com sua autoridade investida e conferida pelo povo, ataca a imprensa, que é e deve ser expressão dos anseios deste povo. Ao fazer isso, o Governador Roriz ressuscita a violência, e violência atrai violência. Está escrito isso, há muitos anos, na Lei de Talião.

Então, Sr. Presidente, nesta Casa, não podemos conviver com isso. Hoje temos um Governador pagando pelo pecado de suas falácias e mentiras eleitorais, que teve a coragem de, em Santa Maria, enganar o povo. Quatro mil pessoas foram lá, de boa fé, imaginando que iam ganhar lotes. Nós sabemos que não vai haver lotes, sabemos que S.Exa. não vai distribuir

nada, porque, se isso for feito, esta cidade vai ser inundada de gente e o nosso futuro estará comprometido, sem água e com o meio ambiente comprometido.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de pedir providências com relação aos seguranças que agrediram a Deputada Maninha e, em seguida, a mim. Peço a V.Exa. que faça isso, porque não podemos conviver com aqueles agressores. Se eu, ao passar pelos corredores, vir o meu agressor, qual será a minha situação? Eu, com um mandato, fora do momento da irritação e da ira, como conviverei com aquele que me agrediu?

Portanto, o Sr. Presidente tem o dever de assumir uma atitude, neste momento, para que esta Casa não seja conivente nem tenha ligações com o que o Governador Roriz está fazendo em nossa cidade.

Muito obrigado.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa. Informo aos Srs. Parlamentares que concederei uma única vez o pedido da palavra pela ordem para que a sessão possa transcorrer.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, uma vez que esta Casa discutirá hoje um tema polêmico, a Gestão Democrática, solicito a V.Exa., que é um democrata, que deixe todas as pessoas interessadas, independentemente de viés político, de concepção, ouvirem o debate e estarem presentes neste momento, seja no auditório, na galeria ou nos corredores.

Informo a V.Exa. que presenciei uma cena que há muito não via. Não estou aqui culpando ninguém da segurança, mas esta Casa, que tem o dever de zelar pela democracia, não pode tratar com truculência as pessoas que chegam aqui. Eu gostaria que V.Exa. verificasse a existência de sangue nas minhas costas. Não é meu, mas de uma professora que foi agredida.

Levei, não sei como, no momento, um safanão em meu rosto. Tudo bem, não tem importância. Apanhei da ditadura e posso novamente apanhar deste novo modelo de ditadura, mas vou reagir. Peço a V.Exa. que mande abrir as portas, porque, se não as abrir, poderá haver violência lá fora.

Endosso as palavras do Deputado Chico Floresta: esta Casa precisa refletir sobre o que está acontecendo nessas últimas sessões. A Casa é do povo e o povo tem o direito de participar daquilo que acontece aqui dentro. Portanto, eu gostaria que V.Exa. mandasse abrir as portas para que todos possam assistir à sessão.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas solicitar que V.Exa. determine a abertura de um inquérito para apurar os responsáveis pelas agressões a dois Parlamentares.

Estamos numa Casa em que é fundamental termos toda a tranquilidade e segurança para decidir conforme nossas consciências. Não é possível que as pessoas venham aqui usando de truculência, estimulados pelo Sr. Governador, a fim de transformar esta sessão num caos.

V.Exa. tem de manter a ordem e solicitar imediatamente a abertura de inquérito para identificar os responsáveis por essas agressões, o que não podemos admitir.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. pediu para retirar a faixa que as pessoas trouxeram para cá, no que foi atendido pelo nosso pessoal. Agora, estou estranhando, que não obstante isso ter sido um acordo das bancadas, os próprios Deputados estão apresentando, dentro do plenário, uma faixa, contrariando o acordo feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputados Rodrigo Rollemberg e Maninha, eu gostaria que V.Exas. me ouvissem agora. Não entendo por que V.Exa., Deputada Maninha, juntamente com o Deputado Chico Floresta, que foi agredido, e o Deputado Rodrigo Rollemberg, que me pediram para impor a ordem e ser contra a violência, agora estão, com esses gestos, incitando o pessoal. Estamos em plena sessão.

Deputada Maninha, V.Exa. quer realmente ter uma sessão tranqüila ou quer acabar com a sessão?

Não concederei mais a palavra pela ordem.

Item único:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 742, de 1999, que dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Autor: Executivo local

Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ
Deputado - CAS*

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

PARECER /99

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 742/99 que "dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Benício Tavares

I - RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 742/99, encaminhado a esta Casa por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 342/99, que dispõe sobre "a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências", com solicitação para que sua tramitação se dê em regime de urgência, conforme preceitua o art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto propõe, com base na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a gestão democrática das unidades públicas de ensino no Distrito Federal e define, no art. 2º, os seus objetivos. Estabelece que o preenchimento dos cargos em comissão de diretor das unidades escolares será por escolha do Governador do Distrito Federal em lista triplíce, encaminhada pela Secretaria de Educação, organizada após aprovação dos candidatos em processo seletivo.

O Projeto detalha os requisitos para a candidatura aos cargos, as etapas do processo seletivo, os locais de inscrição, bem como o tipo de provas e os conceitos que podem ser obtidos. Define, também, como será a escolha do vice-diretor, de assistentes e do secretário escolar das unidades escolares.

O Projeto trata, ainda, do Conselho Escolar, de sua composição e funções.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional das proposições em tramitação nesta Casa.

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, estabelece a gestão democrática da escola pública, explicita os seus objetivos e estabelece os moldes do seu funcionamento.

Não há óbices de natureza constitucional ou jurídica à proposta. Pelo art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa de leis que disponham sobre a "criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública".

O princípio da gestão democrática está posto na Constituição Federal, art. 206, inciso VI:

"Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;"

A Lei nº 9.394/96, ao traçar as "diretrizes e bases da educação nacional", estabelece no seu art. 3º, inciso VIII:

"Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;"

A proposta, conquanto detalhe questões que poderiam ser remetidas à regulamentação, não aborda a forma como será conduzido o processo seletivo para a posterior escolha pelo Senhor Governador. O que procuramos corrigir com a apresentação de emenda que cria uma comissão de alto nível designada pelo Secretário de Educação.

É recomendável, também, retirar a palavra "três" do inciso II, do art. 5º, do Projeto, por ser desnecessária.

Para atender ao acima exposto, apresentamos duas emendas ao Projeto.

Quanto à análise das emendas apresentadas ao Projeto por outros parlamentares, acatamos a Emenda Modificativa nº 04, de vários deputados, que modifica a redação do inciso V do art. 12, bem como a Emenda Modificativa nº 03, de autoria de vários Deputados, que altera a redação do parágrafo único do art. 8º, transformando-o em § 2º. Ademais, acatamos também as Emendas Aditivas

nºs 05 e 06, de vários deputados, que acrescentam os §§ 2º e 3º, respectivamente, ao art. 12 do Projeto, e transformam o parágrafo único do art. 12 em § 1º.

Ficam, também, aprovadas a Emenda Aditiva nº 02, que acrescenta o § 1º ao art. 8º, e a Emenda Modificativa nº 01, que altera a redação do art. 7º, § 1º do Projeto de Lei nº 742/99.

Dessa forma, considerando o exposto, nada temos a objetar quanto aos aspectos constitucional, legal e regimental. Pelo exposto nosso parecer é favorável à proposição, votando pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 742/99, nos termos das Emendas de Relator e as Emendas Modificativas nºs 01, 03 e 04, apresentadas por vários Deputados, bem como as Emendas Aditivas nºs 02, 05 e 06.

Ficam Rejeitadas as Emendas Modificativas nºs 07, 08 e 09.

EMENDA Nº 1 (ADITIVA DE RELATOR) I. FICAM REJEITADAS AS EMENDAS MODIFICATIVAS NºS 07, 08 E 09.

Acrescente-se parágrafo único ao art. 5º do Projeto:

Art. 5º...

Parágrafo único. O processo seletivo de que trata o caput deste artigo será conduzido por comissão de alto nível, designada pelo Secretário de Educação.

EMENDA Nº 2 (DE REDAÇÃO, DE RELATOR)

Dê-se ao inciso III do art. 5º a seguinte redação:

Art. 5º

III - análise da proposta pedagógica que será apresentada apenas pelos candidatos que comporão a lista triplíce.

Sala das Comissões

Deputada Anicéia Machado
Presidente

Deputado Benício Tavares
Relator

EMENDA MODIFICATIVA N° 01 de 1999
(VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 742/99, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Dê-se ao art. 7º, § 1º do Projeto de Lei n° 742/99 a seguinte redação

Art. 7º

§ 1º Os candidatos que acertarem, no mínimo, dois terços das questões formuladas, obterão o conceito satisfatório

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa promover uma adequação no Projeto de Lei ora em análise

Sala das Sessões, em de de 1999

Deputado JOSÉ EDMAR	Deputado ADÃO XAVIER
Deputado AGRÍCIO BRAGA	Deputado AGUIVALDO DE JESUS
Deputada ANILCEIA MACHADO	Deputado BENÍCIO TAVARES
Deputado CÉSAR LACERDA	Deputado DANIEL MARQUES
Deputado EDIMAR PIRENEUS	Deputado GIM ARGELLO
Deputado JORGE CAUHY	Deputado JOSÉ RAJÃO
Deputado JOSÉ TÁTICO	Deputado SILVIO LINHARES
Deputado RENATO RAINHA	Deputado WILSON LIMA

EMENDA ADITIVA N° 02 de 1999
(VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 742/99, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Acrescente-se § 1º ao art. 8º, do Projeto de Lei n° 742/99

Art. 8º

§ 1º Para a seleção de que trata este artigo, haverá necessidade de concorrerem no mínimo quatro candidatos

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa promover uma adequação no Projeto de Lei ora em análise.

Sala das Sessões, em de de 1999

Deputado JOSÉ EDMAR	Deputado ADÃO XAVIER
Deputado AGRÍCIO BRAGA	Deputado AGUIVALDO DE JESUS
Deputada ANILCEIA MACHADO	Deputado BENÍCIO TAVARES
Deputado CÉSAR LACERDA	Deputado DANIEL MARQUES
Deputado EDIMAR PIRENEUS	Deputado GIM ARGELLO
Deputado JORGE CAUHY	Deputado JOSÉ RAJÃO
Deputado JOSÉ TÁTICO	Deputado SILVIO LINHARES
Deputado RENATO RAINHA	Deputado WILSON LIMA

EMENDA MODIFICATIVA N° 03 de 1999
(VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 742/99, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Dê-se ao art. 8º, passando o Parágrafo único a § 2º, do Projeto de Lei n° 742/99 a seguinte redação

Art. 8º

§ 2º Os candidatos selecionados para compor a lista tripla anexarão, aos curriculum vitae, os fundamentos do projeto pedagógico que pretendem apresentar a discussão na unidade escolar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa promover uma adequação no Projeto de Lei ora em análise

Sala das Sessões, em de de 1999

Deputado JOSÉ EDMAR	Deputado ADÃO XAVIER
Deputado AGRÍCIO BRAGA	Deputado AGUIVALDO DE JESUS
Deputada ANILCEIA MACHADO	Deputado BENÍCIO TAVARES
Deputado CÉSAR LACERDA	Deputado DANIEL MARQUES
Deputado EDIMAR PIRENEUS	Deputado GIM ARGELLO
Deputado JORGE CAUHY	Deputado JOSÉ RAJÃO
Deputado JOSÉ TÁTICO	Deputado SILVIO LINHARES
Deputado RENATO RAINHA	Deputado WILSON LIMA

EMENDA MODIFICATIVA N° 04 de 1999
(VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 742/99, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Dê-se ao art. 12, inciso V do Projeto de Lei n° 742/99 a seguinte redação:

Art. 12.

V - seis representantes dos pais de alunos da unidade escolar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa promover uma adequação no Projeto de Lei ora em análise.

Sala das Sessões, em de de 1999

Deputado JOSÉ EDMAR	Deputado ADÃO XAVIER
Deputado AGRÍCIO BRAGA	Deputado AGUIVALDO DE JESUS
Deputada ANILCEIA MACHADO	Deputado BENÍCIO TAVARES
Deputado CÉSAR LACERDA	Deputado DANIEL MARQUES
Deputado EDIMAR PIRENEUS	Deputado GIM ARGELLO
Deputado JORGE CAUHY	Deputado JOSÉ RAJÃO
Deputado JOSÉ TÁTICO	Deputado SILVIO LINHARES
Deputado RENATO RAINHA	Deputado WILSON LIMA

EMENDA ADITIVA N° de 1999
(VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 742/99, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Acrescente-se § 2º ao art. 12, passando o Parágrafo único a § 1º, do Projeto de Lei n° 742/99

Art. 12

§ 2º O Conselho Escolar, excepcionalmente, poderá ser constituído com número menor de representantes do estabelecido nos incisos do artigo, quando a Unidade Escolar não dispuser de quantitativo suficiente.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa promover uma adequação no Projeto de Lei ora em

análise

Sala das Sessões, em	de	de 1999
Deputado JOSÉ EDMAR	Deputado ADÃO XAVIER	
Deputado AGRICHO BRAGA	Deputado AGUIRALDO DE JESUS	
Deputada ANILCE MACHADO	Deputado BENICIO TAVARES	
Deputado CÉSAR LACERDA	Deputado DANIEL MARQUES	
Deputado EDIMAR PIRENEUS	Deputado GIM ARGELLO	
Deputado JORGE CAUHY	Deputado JOSÉ RAJÃO	
Deputado JOSÉ TÁTICO	Deputado SÍLVIO LINHARES	
Deputado RENATO RAINHA	Deputado WILSON LIMA	

EMENDA ADITIVA N° de 1999
(VÁRIOS DEPUTADOS)

Ao Projeto de Lei n° 742/99, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Acrescente-se § 3º ao art. 12 do Projeto de Lei n° 742/99

Art. 12

§ 3º Em caso da Unidade Escolar não dispor de todos os segmentos previstos nos incisos do artigo 12, o Conselho Escolar poderá prescindir do segmento não representado.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa promover uma adequação no Projeto de Lei ora em

análise.

Sala das Sessões, em	de	de 1999
Deputado JOSÉ EDMAR	Deputado ADÃO XAVIER	
Deputado AGRICHO BRAGA	Deputado AGUIRALDO DE JESUS	
Deputada ANILCE MACHADO	Deputado BENICIO TAVARES	
Deputado CÉSAR LACERDA	Deputado DANIEL MARQUES	
Deputado EDIMAR PIRENEUS	Deputado GIM ARGELLO	
Deputado JORGE CAUHY	Deputado JOSÉ RAJÃO	
Deputado JOSÉ TÁTICO	Deputado SÍLVIO LINHARES	
Deputado RENATO RAINHA	Deputado WILSON LIMA	

EMENDA N° 07 /99 (MODIFICATIVA)
(Do Sr. Dep. ALÍRIO NETO)

Ao PL 742/99, que "dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Dê-se ao Art. 4º, § 2º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 2º No caso do parágrafo anterior e do inciso III deste art. o candidato deve comprovar a graduação da especialização ou aperfeiçoamento em Gestão da Escola Pública, em nível de pós-graduação.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se essa emenda em razão da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 64 estabelecer que "a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação".

A Resolução n° 3, de 8 de outubro de 1997 do Conselho Nacional de Educação, publicada no Diário Oficial da União no dia 13.10.97, ao fixar as Diretrizes do Plano de Carreira para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tomando por base disposições das Lei n° 91.31/95 e 9224/96 e do Parecer 10/97, homologado pelo Ministro de Estado da Educação e

do Desporto, em 25 de setembro de 1997, estabelece em seu Art. 4º, §1º que o exercício das atividades de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional exige como qualificação mínima a graduação em Pedagogia ou pós-graduação, nos termos do Art. 64 da Lei 9394/96.

Dai porque a necessidade da emenda, alterando a redação originária, já que para o exercício da função exige-se o diploma de graduação específica ou pós-graduação, também específica. A lei não permite que o simples fato de alguém se comprometer a matricular-se em curso, esteja autorizado a exercer uma atividade regulamentada.

Isto posto, solicito aos nobres Pares o devido apoio para aprovar a presente emenda.

Sala das Sessões,

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Partido Popular Socialista

EMENDA N° 08 /99 (MODIFICATIVA)
(Do Sr. Dep. ALÍRIO NETO)

Ao PL 742/99, que "dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Dê-se ao Art. 12º, Inciso IV do Projeto a seguinte redação:

Art. 12º...

IV – quatro representantes dos pais de alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a dezesseis anos, que tenha no mínimo o primeiro grau completo.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se essa emenda pelo fato dos pais dos alunos terem uma participação mais ativa e responsável nas decisões da Escola, colaborando sobremaneira para o fim maior que é a democratização.

Isto posto, solicito aos nobres Pares o devido apoio para aprovar a presente emenda.

Sala das Sessões,

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Partido Popular Socialista

EMENDA Nº 37/99 (MODIFICATIVA)
(Do Sr. Dep. ALÍRIO NETO)

Ao PL 742/99, que “dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Dê-se ao Art. 12º, Inciso V do Projeto a seguinte redação:

Art. 12º...

V – quatro representantes dos pais de alunos da unidade escolar.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se essa emenda pelo fato dos pais dos alunos terem uma participação mais ativa e responsável nas decisões da Escola, colaborando sobremaneira para o fim maior que é a democratização.

Isto posto, solicito aos nobres Pares o devido apoio para aprovar a presente emenda.

Sala das Sessões,

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Partido Popular Socialista

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Lucia Carvalho.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros auxiliares de educação, companheiros professores e educadores do Distrito Federal, eu gostaria de que nossa intervenção e o debate servissem como um momento de convencimento. Acredito ser desta forma que esta Casa Legislativa, neste momento, deve se comportar.

Primeiro, Deputado Benício Tavares, o autor do parecer, eu gostaria que só pudessemos votar sendo conhecedores das emendas que V.Exa., como Relator, apresentou.

Temos nove emendas que podemos acompanhar, mas as que V.Exa. apresentou não se encontram aqui. Portanto, nenhum Deputado pode votar sem entender quais foram as emendas que o Deputado Benício Tavares citou como encaminhadas para o texto. De repente não existe mais lista triplíce e nenhum tipo de processo de seleção. Portanto, é preciso analisá-las.

Segundo, Deputado Benício Tavares, é muito importante que V.Exa. tenha dado parecer. V.Exa. esqueceu uma lei de sua autoria e que eu gostaria de trazer ao conhecimento de todos os Deputados: a Lei Complementar nº 13, que trata dos projetos que tramitam na Casa, e dispõe que nenhum projeto de lei pode entrar nesta Casa tratando de assuntos para os quais já há lei sem se referir nominalmente e por número à lei anterior. A lei da gestão democrática foi votada nesta Casa Legislativa - eu tenho o acompanhamento do voto de cada um dos Parlamentares - no dia 8 de novembro de 1995, quando vários Parlamentares presentes votaram a seu favor. Este projeto de lei em pauta hoje fere um projeto de lei complementar que disciplina a tramitação dos projetos. Faço esse alerta porque isso vai ser mote para ação judicial.

Deputado Benício Tavares, temos um projeto de lei complementar de autoria de V.Exa., aprovado por todos nós em *quorum* qualificado, que em um dos artigos diz o seguinte:

Das normas de sistematização.

Art. 84.....

III - O mesmo assunto não poderá ser disciplinado por meio de uma lei, salvo:

- a) se lei posterior alterar lei anterior;
- b) no caso de lei geral e lei especial."

Especifica ainda a citação nominal e o número da lei. Além de dizer, por exemplo, que nenhum Parlamentar pode apresentar um projeto de lei sobre o DNA, já que eu já apresentei uma lei sobre essa matéria. Pode-se apresentar um projeto de lei alterando a lei do DNA.

Este projeto de lei foi apresentado nesta Casa como se nunca tivéssemos votado a Lei da Gestão Democrática nº 957.

Alerto V.Exas. de que este projeto de lei não é constitucional, é inconstitucional e antidemocrático. Mas, se V.Exas. quiserem ganhar no "tapetão", no enfrentamento com a Justiça, fazer com os juizes o que estão fazendo com a imprensa, podem fazê-lo, pois é o que falta à loucura do Governador Roriz e a de seus asseclas. Só o que falta é enfrentar a Justiça.

Acredito que aqui não existem bois ou vaquinhas de presépio. Nesta Casa temos pessoas conscientes de sua responsabilidade constitucional. Mostro a nossa lei complementar que está sendo ferida. É uma irresponsabilidade. Politicamente, o projeto retrocede quinze anos. Mas nós recuperaremos. A população não é boba e sabe fazer a democracia voltar a esta cidade.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a solicitação da Deputada Lucia Carvalho, solicito cinco minutos para que disponhamos as cópias das emendas.

Agradeço à Deputada Lucia Carvalho a sugestão da análise da L. Complementar nº 13.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se for concedido tempo ao Deputado Benício Tavares, solicito que S.Exa. analise as emendas que apresentamos ainda no âmbito da CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tendo em vista o pedido do Relator, Deputado Benício Tavares, e as emendas apresentadas pelo Deputado Renato Rainha, esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos a fim de que as emendas sejam apresentadas ao relator.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h42min, a sessão é reaberta às 19h06min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Relator, Deputado Benício Tavares, para complementar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 742/99.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, completando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 742/99, eu gostaria de informar a V.Exa. que foram apresentadas mais quatro emendas pelo Deputado Renato Rainha e mais uma emenda de relator, atendendo à questão levantada pela Deputada Lucia Carvalho.

Quanto às emendas apresentadas pelo Deputado Renato Rainha, a de nº 10 se reporta à questão da eleição, e por ferir frontalmente a proposta apresentada no referido projeto, nós a rejeitamos.

A de nº 11 aumenta o número de representantes de Jois para três, mudando o número que já havia sido acertado por parte do Governo. Portanto, também a rejeitamos.

A de nº 12 também a rejeitamos, por tratar de questão de número. A de nº 13 trata da questão de mandato, mas como não haverá eleição, não haverá mandato. Por isso, também rejeitamos a Emenda de nº 13.

Apresentamos uma emenda de relator que altera o *caput* do artigo, que passa de projeto de lei para projeto de lei complementar.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros que estão acompanhando esta discussão e votação, eu não gostaria de discutir meramente do ponto de vista da letra, e, sim, de trazer o meu entendimento da matéria dentro de uma construção histórica desta Casa, que consolidou uma conquista da sociedade civil.

É importante ressaltar que essa conquista recebeu respaldo de toda a sociedade, porque no momento em que os pais, os professores e os servidores se reúnem para discutir, para deliberar sobre a direção de uma escola, sem dúvida alguma, estabelece-se uma relação de parceria e de compromisso.

Assim sendo, qualquer um que assuma a responsabilidade da direção o fará com respaldo da comunidade, não apenas dos servidores e professores, mas da comunidade e da sociedade. O que hoje se pretende fazer com este projeto encaminhado pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal é retirar da sociedade civil essa conquista. O que é lamentável é que há cidadãos que não entendem que isso é uma conquista, haja vista que foi um projeto aprovado por esta Casa por unanimidade, porque esses cidadãos que hoje estão aqui não vieram naquela ocasião para pedir que tal projeto não fosse votado.

Ora, a sociedade respaldou, o Governador Joaquim Roriz era vivo quando o projeto veio a esta Casa e a própria Secretária de Educação, Eurides Brito, nem aqui veio e tinha uma bancada expressiva dentro desta Casa, que votou neste projeto que se transformou em lei. De maneira

sorradeira, por meio do Ministério Público, foram ao Tribunal de Justiça, num acordo preliminar, para poder cassar uma conquista da sociedade. É lamentável que aqui, hoje, haja cidadãos e Parlamentares que queiram viabilizar um projeto, que é a negação de uma contribuição histórica desta Casa para a sociedade civil.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que mais lamentado é a retirada de uma conquista da sociedade civil e da democracia para que prevaleçam o sistema do autoritarismo e o sistema daquele que ganha para se beneficiar, daquele que ganha e que tem um cargo no Governo para estar apoiando politicamente esta ou aquela posição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados, galeria presente, queria iniciar minha falação pelo fato ocorrido nesta Câmara Legislativa na data de 8 de novembro 1995, quando, em votação, em primeiro turno, aproximadamente dez Parlamentares aqui presentes votaram a favor do projeto de lei que, neste momento, estão tentando derrubar para ser mais preciso.

Quero citar nominalmente os Deputados que votaram a favor naquela época: Benício Tavares, César Lacerda, Daniel Marques, Edimar Pireneus, Jorge Cauhy, Lucia Carvalho, Maninha, Renato Rainha e Rodrigo Rollemberg. Não estavam presentes os Deputados João de Deus, Xavier e José Edmar.

Portanto, Sr. Presidente, fica claro para todos nós e para a sociedade que houve uma mudança de postura a partir da vitória de um Governo fascista e ditatorial e que a bancada do Governo não tem a menor compostura pois, em apenas quatro anos, muda seu posicionamento sem uma discussão mais ampla.

Por isso, Sr. Presidente, naquela sexta-feira, por volta das 14h, tentaram passar goela abaixo, para não dizer por baixo dos panos, esse projeto que altera a Gestão Democrática, que garante a qualidade do ensino para cada cidadão do Distrito Federal.

Evidentemente, acredito que esses Parlamentares que votaram a favor em 1995, mais precisamente no dia 8 de novembro de 1995, têm o compromisso de não virar as costas para aquela discussão feita com toda a sociedade, não virar as costas para aquela discussão democrática de fato e transparente do ponto de vista da escolha da melhor proposta.

Portanto, Sr. Presidente, chamo aqui todos os Parlamentares que votaram a favor e que discutiram para que hoje reflitam sobre seu voto a fim de não decepcionar a comunidade do Distrito Federal, para não decepcionar o povo do Distrito Federal, que votou "sim" nas eleições de 1998. Eu não acredito que esses Parlamentares mudariam tão rapidamente de opinião por causa de uma inserção do Governador do Distrito Federal.

Concluo, Sr. Presidente, chamando a atenção mais uma vez, porque esse clima de hostilidade que hoje vive o Distrito Federal é consequência do desequilíbrio do Governador Joaquim Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, galeria aqui presente, professores, trabalhadores do ensino, eu gostaria de começar o meu discurso lembrando o papel que esta Casa tem e o que representa a democracia no Distrito Federal.

Lutamos pela anistia política, lutamos para que esta Casa existisse e para que todos nós Deputados fôssemos eleitos, lutamos pela representação política do Distrito Federal. No entanto, esta Casa hoje vive mais uma vez um momento lamentável, um momento vergonhoso, porque temos aqui um exemplo clássico de como o Poder Executivo trabalha com a Câmara Legislativa. O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Educação, publica como matéria paga um editorial dizendo que a gestão democrática já foi para o espaço. Isso significa que os Deputados da Situação, de acordo com o Governador Roriz, são carneirinhos, não precisam votar, porque o projeto, na concepção deles, já foi aprovado e que o voto dos Deputados da Situação não significa absolutamente nada. Por isso, é lamentável que o Poder Executivo tenha a subserviência do Poder Legislativo.

Esta Casa, na concepção do Governador Roriz, não precisa existir, ele manda e desmanda, ele edita decretos, ele manda seus Deputados, como se fossem cordeirinhos, cumprirem a função que ele já determinou. Isso está escrito no jornal.

Portanto, é lamentável o papel dos Srs. Deputados do Governo neste momento, o papel de cumprir ordens, o papel de anular a votação anterior, como disse a Deputada Lucia Carvalho, e agora, simplesmente, dizem amém às palavras do seu Governador. É lamentável.

Mais uma vez esta Câmara Legislativa se mostra subserviente à ação do ditador Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer a posição do Partido Socialista Brasileiro dizendo que, neste momento, a Câmara Legislativa vive um momento lamentável do ponto de vista do conteúdo e dos meios. É lamentável que esta Casa, neste momento, esteja referendando um retrocesso como esse, num momento em que toda a sociedade conquistou o direito de eleger seus diretores com a participação de pais, alunos, funcionários e comunidade. Que Governo é este que tem medo do povo, que tem medo do voto? É lamentável que isso esteja sendo feito num clima de truculência como o que vimos, um clima como jamais vimos nesta Casa, com Deputados sendo agredidos covardemente, com uma Deputada sendo agredida covardemente. Quero ver quem é o democrata que concordará com esse tipo de situação. É um absurdo!

Sr. Presidente, fora da Casa não há um policial militar sequer que dê condições de segurança a essas pessoas quando saírem daqui, porque vemos a truculência ser estimulada pelo Governo do Distrito Federal, um Governo que não sabe conviver com a diferença e por isso persegue um Governo autoritário, incompetente e irresponsável, porque o que estamos vendo é a completa irresponsabilidade com o futuro de nossa cidade.

Vocês que estão agora batendo palminhas para o Governador Roriz sofrerão as consequências de uma cidade que está sendo inviabilizada pela incompetência e pela irresponsabilidade deste Governador.

É lamentável que alguns Deputados que votaram a favor deste projeto há quatro anos estejam agora mudando de posição. O que mudou? Nada mudou, mudou apenas o Governo e a ordem do Governador, que é para votar, porque nesta Casa quem manda é o Governador, esta Câmara não tem autonomia.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Para discutir. Sem revisão

do orador.) - Sr. Presidente, acho que neste momento está em discussão exatamente o conceito de democracia. Por meio deste projeto de lei o Governador Joaquim Roriz rasga tudo aquilo que foi conquista da população do Distrito Federal. Ele associa democracia à competência.

Inclusive, nesse projeto, diz que o diretor tem de ser competente. Pergunto: qual é a competência necessária para ser Secretário de Estado? É preciso ter título? É preciso ser administrador? Qual é a competência para ser reitor da Universidade de Brasília? Por acaso, alguém pediu que o reitor da UnB, PhD em Biologia, tivesse mestrado ou um diploma de administrador escolar?

Na verdade, isso é para mostrar a grande farsa que é este Governo, que não tem nada de democrático.

Hoje, assistimos aqui, claramente, pela truculência dos seus apaniguados, ao que significa um Governo que, chegando ao poder pelo voto popular, em menos de três meses rasga a vontade do povo ao não cumprir o que prometeu. A essência da democracia é o voto consciente, mas a reciprocidade da democracia é o governador eleito cumprir o que prometeu. Onde está a democracia do Distrito Federal? Ela não existe quando um governador ataca a imprensa, que é fundamental para a democracia. Ela não existe quando um governador apresenta um projeto de lei acabando com a democracia na escola, lugar onde os nossos filhos se preparam para a democracia. Ela não existe quando eu, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, sou agredido por um segurança. E alguns ainda têm a insensatez de dizer que era um segurança ligado ao PT. Ouvi esse comentário nesta Casa. Inclusive eu gostaria que quem falou tivesse a coragem de vir ao microfone. Ora, meus companheiros, estou há mais de vinte anos no Partido dos Trabalhadores. Conheço praticamente todos os militantes do nosso Partido e eles jamais agrediram um semelhante.

Estamos nesta luta pela democracia. Vocês, professores e diretores, estão respondendo aos anseios das escolas, dos pais, daqueles que não vão recuar jamais. A democracia em Brasília não será enterrada por atos de Governo, porque, na época da ditadura, quando os militares estavam com armas nas mãos não conseguiram deter o avanço da democracia.

Essa "democratura", instalada no Distrito Federal, será soterrada pela ação consciente e organizada da nossa população. Roriz e "democratura" jamais no Distrito Federal.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que, após as discussões, a votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar à bancada que discutisse no primeiro turno, para que pudéssemos agilizar a votação dos pareceres das Comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rajão.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente do Governo e da Oposição, pela capacidade de estarem aqui ouvindo e discutindo democraticamente um tema de tão grande importância, lerei algumas palavras que foram ditas aqui.

"Gestão democrática da escola. O ponto de partida é o fortalecimento da unidade escolar e a efetiva participação da comunidade. Essas medidas refletem os princípios básicos de uma política educacional, que procurava garantir um acesso e a permanência de todos a um ensino de qualidade. No entanto, colocá-la em prática exige a adoção de medidas capazes de enfrentar interesses pessoais e corporativistas ou as estruturas do poder já estabelecidas.

Embora em diferentes contextos sócio-políticos e por caminhos diversos, essas duas administrações procuram promover a democratização da gestão escolar, buscando uma escola de qualidade.

A proposta atual adota o princípio da gestão democrática e prevê que as principais decisões devem ser tomadas pelo conjunto de pessoas envolvidas no processo escolar. Nesse sentido, é dada ênfase ao conselho de escola como um órgão colegiado que deve contribuir para a autonomia da escola, definir seu projeto educacional, adequado às necessidades e ser coerente com as diretrizes da política educacional estabelecida pela Secretaria de um novo Governo que visa o interesse da escola e a qualidade de ensino."

Eu gostaria de deixar aqui o poema de Confúcio:

"Filosofia de Confúcio

Ricardo Paulino Mihich dos Santos

Conheci quem nada sabia,
pensando que tudo soubesse.
Conheci quem tudo soubesse,

sem saber que tudo sabia.

Conheci quem nada soubesse,
sabendo que nada sabia.

Conheci quem tudo soubesse,
sabendo que tudo sabia.

Quanto ao primeiro, fugi dele;
quanto ao segundo, o despertei.

O sábio, tratei de segui-lo;
ao terceiro, enfim, ensinei."

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho engraçado ver uma pessoa, como a Secretária de Educação, uma educadora, que se encontra reclusa na Liderança do PMDB, não ter coragem de mostrar sua cara aqui para seus colegas e dizer que ela está cometendo uma violência contra os professores do Distrito Federal. Isso é uma violência que o Governo e a Secretária Eurides Brito estão fazendo, e vão pagar bem caro. A história dirá isso, Sr. Presidente, pois estão apoiando o fim da gestão democrática. Amanhã, vocês verão que tínhamos razão. Depois de amanhã, vocês não terão pão e leite.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alirio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de tecer algumas palavras, mas serei o mais comedido possível.

Evidentemente, a proposta que até agora vigorava, a gestão democrática, é uma boa proposta, mas tenho certeza de que essa proposta que foi encaminhada pelo Governo traz cláusulas muito interessantes. Creio que o bom senso nos leva a fazer uma composição entre as duas idéias. Poderíamos aproveitar o critério técnico, que é apresentado pelo atual Governo, com a participação popular, que era a proposta do Governo anterior. Poderíamos ter a experiência dos cinco anos de magistério, que é exigido na proposta enviada pelo Governo, poderíamos ter o curso superior de Pedagogia, que está nesta proposta, e mais a experiência na área de administração escolar. As pessoas poderiam, vencendo as barreiras intelectuais ou de experiência, candidatar-se a uma gestão de uma escola pública. Essa seria, ao me ver, a proposta ideal, porque teríamos a participação da população na escolha e, ao mesmo tempo, a competência técnica comprovada por meio do ensino e do conhecimento.

Sr. Presidente, fica muito claro, hoje, aqui, que o radicalismo, seja ele de direita ou de esquerda, só leva a essa situação de conflito. O bom senso, a qualidade do raciocínio claro, o bom entender da população, que é quem tem que sair ganhando nesse processo, não está sendo levado em consideração. As pessoas procuram radicalizar o seu pensamento ideológico e esquecem de pensar no principal, que é a conquista social, que é a nossa população tão sofrida que já não tem um ensino de qualidade. Essa é a verdade.

Esse estado de radicalismo que vivemos hoje em nossa cidade só comprova que fizemos a escolha correta e concreta ao optarmos pela eleição de uma terceira via naquela ocasião.

Quero deixar bem claro que manteremos a posição por uma participação popular. Deixo ainda mais claro que o PPS, Partido ao qual pertencço, tem a opinião - inclusive deixada no Governo passado - de que deve haver eleições até para administradores regionais, não só para diretores de escolas. Isso vai ficar bem claro aqui. Nossa opinião é pela participação da população na escolha com critérios evidentemente qualificativos, como foi proposto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO de parecer de CJT ao Projeto de Lei n.º 742/99
transformado em PL 343/99

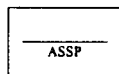
Data 16/10/99

Autor: Deputado (a):

Relator: Deputado (a): Renato Tavares

☒ Executivo

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRICIO BRAGA - PL	.				
DEPUTADO AGUIBALDO DE JESUS - PFL	.				
DEPUTADO ALIRIO NETO - PPS		.			
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB	.				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	.				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	.				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT		.			
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	.				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	.				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT		.			
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	.				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	.				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC	.				
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT		.			
DEPUTADA MANINHA - PT		.			
DEPUTADO PAULO TADEU - PT		.			
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	.				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL		.			
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB		.			
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	.				
DEPUTADO XAVIER - PPB	.				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT		.			
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	.				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	.				
TOTAL	15	09			



[Assinatura]
SECRETÁRIO

ASSP
PLC nº 343, 99
Fl. 247

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 9 votos contrários.

O parecer está aprovado.

A sessão está suspensa.

Peço que permaneçam em plenário somente os Srs. Deputados.

(Pausa.)

(Suspensão às 20h40min, a sessão é reaberta às 22h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a sessão.

A Presidência pede que a imprensa se retire do plenário.

A Presidência pede, em primeiro lugar, que os seguranças esvaziem a galeria para que possamos dar continuidade aos trabalhos desta Casa.

Por gentileza, peço aos seguranças que retirem a imprensa, em primeiro lugar, sem violência.

Sras. e Srs. Parlamentares, esta Casa quer votar. A imprensa tem liberdade de imprensa, mas não aqui dentro do plenário.

Pela última vez, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de obter a compreensão de todos. Esta Casa foi invadida. Não posso permitir que sejamos impedidos de votar.

Peço que os assessores e os representantes da OAB se retirem do plenário e que permaneçam aqui somente os Srs. Deputados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Peço a atenção dos Srs. Deputados. A sessão extraordinária irá continuar. O projeto será votado.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Lucia Carvalho, que indique relator para a matéria.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, avoco a relatoria. Ao mesmo tempo, solicito a V.Exa. prazo regimental de uma sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência pode conceder até duas horas. Esta Presidência concede cinco minutos a V.Exa.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, o prazo regimental é de duas horas.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Até duas horas.

Esta Presidência suspende a presente sessão por tempo indeterminado.

A sessão está suspensa.

(Suspensão às 22h36min, a sessão é reaberta às 23h30min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo acordo que fez com a Oposição, pois foi a decisão mais acertada para que houvesse o esvaziamento do plenário e a continuação desta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Agradeço as palavras do nobre Parlamentar.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar esta Presidência pela capacidade de direção no sentido de resolver os problemas da maneira mais tranqüila. Enquanto nós estávamos exaltados, V.Exa. nos acalmava.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que entrasse com queixa crime contra aqueles que invadiram este plenário, porque esta é nossa Casa, e que levasse também um pedaço grande de concreto que foi trazido aqui para dentro por um dos elementos desse Sindicato dos Professores. Veja bem, Sr. Presidente, são esses que querem educar as crianças de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência agradece as palavras de V.Exa. e solicita ao Deputado Gim Argello que nos auxilie nos trabalhos.

Como é regimental o encaminhamento do orçamento, por parte do Governo na data certa, como foi feito, peço ao Sr. Secretário que faça a leitura da mensagem referente ao orçamento para ficar registrado que o Governo encaminhou o orçamento para a Câmara Legislativa no momento correto.

DEPUTADO GIM ARGELLO - "Mensagem nº 345 do Executivo. Brasília, 14 de setembro de 1999. Srs. membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal, encaminho à apreciação de V.Exas., em cumprimento ao disposto no art. 150, § 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal, projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa as despesas do Distrito Federal para exercício financeiro do ano de 2000". Do Sr. Governador do Distrito Federal.

EXPEDIENTE

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Antes de iniciar a votação, esta Presidência quer, em primeiro lugar, agradecer à Coordenadoria de Segurança desta Casa. Passamos por um momento difícil, impar. O interessante é que já passamos aqui por um momento difícil com o

pessoal da Estrutural, um povo simples e humilde que ficou em volta desta Casa, mas que respeitou o santuário sagrado do povo, que é o plenário.

Quero agradecer também ao comando da PM e a sua tropa, que veio a esta Casa para garantir a democracia. A democracia é o direito de votar contra ou a favor, o direito de ter idéias contrárias. Aqui há, como dizem, Parlamentares de oposição e situação; nós nunca coibimos a negociação. Quero dizer aos Parlamentares que não estavam presentes que tivemos, sim, uma negociação, foi conversado e mostrado, e a maioria é que realmente manda. Então, não houve, em nenhum momento, por parte desta Casa, uma atitude ditatorial. Agradeço a Deus por ter iluminado a todos nós para que resolvêssemos a questão da maneira como foi resolvida.

Muito obrigado a V.Exas., Parlamentares, que mais uma vez deram um voto de confiança a esta Presidência, principalmente na maneira de conduzir os trabalhos. Que Deus nos ilumine e continue nos dando esta tranquilidade. Esta é a nossa diferença: fazer a democracia por meio dos pensamentos, não da violência. Lutei contra a ditadura, que tenta impedir-nos de votar, de exercer nossos pensamentos, de sermos diferentes, visto que queremos liberdade. Hoje, quiseram impor a ditadura nesta Casa, impedindo V.Exas. de exercerem livremente o pensamento, mas V.Exas. têm o direito de ter opinião contrária.

Graças a Deus, vamos exercer, neste momento, a nossa democracia, a democracia do voto. Eu agradeço a atenção de V.Exas.

Como foi pedido vista do projeto pela Deputada Lucia Carvalho, mas S.Exa. não está presente, solicito ao Relator, Deputado Jorge Cauhy, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 742/99, de autoria do Executivo, que "dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais está de pleno acordo e vota pela aprovação desse projeto de lei, bem como as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, a Comissão de Assuntos Sociais está favorável ao Projeto de Lei nº 742/99, transformado em Projeto de Lei Complementar nº 343/99.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 343/99, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado José Edmar.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, deixo registrado nesta Casa Legislativa que, desde o primeiro momento em que este projeto chegou a esta Casa, o nosso entendimento é o seguinte: na gestão anterior, quando tivemos a oportunidade de apreciar o projeto enviado pelo ex-Governador Cristovam Buarque, entendíamos, naquela ocasião, dentro de um consenso, que nós, mesmo sendo Deputados de Oposição, deveríamos dar ao Governador Cristovam Buarque a oportunidade de governar, sem prejudicá-lo e sem tentar impedir que aplicasse sua metodologia de ensino nas escolas.

Assim foi o entendimento e uma experiência foi feita com a eleição de diretores de escola.

Neste momento, apreciamos este projeto, que, de certo modo, tira a eleição de diretores de escola, mas ao mesmo tempo, reforça, na eleição, o Conselho Escolar, propiciando um maior número de membros no Conselho Escolar de pais e alunos. Haverá um conselho escolar muito mais forte e que passa a ser um ato democrático e ter uma fiscalização muito mais forte da comunidade em cada unidade escolar do Distrito Federal.

Portanto, o Governador Joaquim Roriz, primando pela excelência do ensino, querendo aplicar uma metodologia própria, tem o mesmo direito que teve o ex-Governador Cristovam Buarque. Lamentamos que a Oposição não tenha, neste momento, a compreensão que tivemos no passado e nem mesmo tenha participado desta votação, entendendo que o Governador Joaquim Roriz foi eleito pela vontade soberana do povo e tem todo o direito de aplicar uma metodologia de ensino própria, que S.Exa. acredita que será o melhor para o ensino do Distrito Federal, buscando com isso uma excelência que, pelos dados que temos, foi prejudicada pelo baixo nível de escolaridade apresentado por alguns institutos de pesquisas.

Sr. Presidente, neste momento, fico satisfeito de novamente votar por esta modificação do ensino para uma nova metodologia que aumenta a força do Conselho Escolar e dá condições à população de fiscalizar e acompanhar todo o ensino aplicado no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

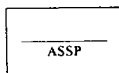
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PL 343/99

Data: 16/10/99

Autor: Deputado (a):
Relator: Deputado (a): ☒ Executivo

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	X				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	X				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT					
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ TÁTCIO - PSC	X				
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT				X	
DEPUTADA MANINHA - PT				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT				X	
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL				X	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X				
DEPUTADO XAVIER - PPB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT				X	

DEPUTADO	WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO	EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL		15			09	



SECRETÁRIO

ASSP
DC Nº 343/99
Fls. 26
Nº 6

ITEM INCLuíDO: Discussão da **redação final do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências." **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Gim Argello a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item único:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 1999, que 'dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Executivo local"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª
(SEXAGÉSIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 16 DE SETEMBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Edimar Pireneus.

SECRETARIA: Deputado Gim.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 23 horas e 40 minutos.

TÉRMINO: 23 horas e 58 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 343, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências."

APROVADO com 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária☒ Extraordinária

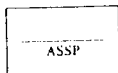
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 2º turno do PL nº 343/99

Data: 16/09/99

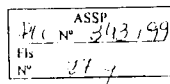
Autor: Deputado (a): _____ ☒ Executivo
Relator: Deputado (a): _____

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	☒				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	☒				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				☒	
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB	☒				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	☒				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	☒				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				☒	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	☒				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	☒				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT				☒	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	☒				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	☒				
DEPUTADO JOSÉ TÁTCO - PSC	☒				
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				☒	
DEPUTADA MANINHA - PT				☒	

DEPUTADO PAULO TADEU - PT					
DEPUTADO RAJÃO - PSDB					
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB					
DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL	15			24	



SECRETÁRIO



PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado José Rajão para declaração de voto.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, jornalistas presentes, cumprimento o Presidente desta Casa pela condução tranqüila e serena de toda essa negociação. V.Exa., como Presidente e representante digno desta Câmara, sabe que hoje esta Casa foi agredida.

O Deputado José Edmar muito bem falou ao dizer que a Oposição no Governo anterior apoiou o Governo Cristovam em uma plataforma de ensino. Sabemos que agora temos novo Governo, novas metas, novos objetivos. O Governador Roriz quer imprimir novo ritmo ao ensino. A nossa Secretaria de Educação precisa exercer sua autoridade e a Gestão Democrática é muito ampla. Quando falamos em democracia, pensamos nos Estados Unidos, que é algo diferente do Brasil, mas, às vezes, falam em democracia tomando como base países ditatoriais como Cuba, onde tive o prazer de estar. Lá vi o seu povo sofrido e lutador.

A democracia é um direito do povo, mas tem de vir acompanhada de ordem e respeito às autoridades.

Sr. Presidente, a partir da próxima semana, com todo o respeito que tenho a V.Exa., a esta Casa e aos demais Deputados, estarei presente ao início da sessão; mas enquanto não tivermos segurança no plenário, como grades nos vidros ou algum tipo de proteção, eu não permanecerei em plenário.

Aprovamos uma lei para o Governo que apoiamos. Evitamos que acontecesse uma tragédia aqui dentro. As pessoas que adentraram este recinto foram apoiadas pela OAB e até por um Senador. Aqui é a Câmara Legislativa. Não temos nada a ver com o Senado ou a Câmara dos Deputados.

Acho que a imprensa em geral e os jornais de circulação em nossa cidade deveriam divulgar o que aconteceu aqui dentro. Como seria se os Deputados invadissem uma escola e atrapalhassem o desenrolar das aulas daquela escola? Seria terrível.

Hoje, saio daqui triste. Fui militar do Corpo de Bombeiros, estudei no Colégio Pedro II, fui estudante, corri da polícia. Sei da missão do policial. Eu, como oficial do Corpo de Bombeiros, fui ordenado a jogar água em estudantes e nunca cumpri essa ordem. Até preso fiquei.

Acho que a democracia não é isso. Quando a população vota em um Parlamentar, não vota apenas naquele que obedece a tudo, ela vota no Parlamentar que tem posição. Isso é muito importante.

Temos muito respeito pelos sindicatos, pela CUT, mas eles não têm o direito de invadir este recinto. Quanto aos Parlamentares da Oposição

que incentivaram isso, que se dizem democratas, eu questiono essa democracia. Muita gente tem saudade da ditadura - eu não tenho nenhuma saudade, mesmo sendo militar -, mas se nós não tomarmos cuidado, essa ditadura vai voltar. Temos de tomar muito cuidado.

Esta é uma Casa de respeito, e esse respeito deve começar pela Oposição, sendo uma Oposição saudável, que saiba ganhar e perder. Acho que esse é um direito de todos nós.

Sr. Presidente, eu saio daqui, no dia de hoje, orgulhoso de ter V.Exa. como Presidente. Eu, como Presidente, talvez tivesse tido uma reação totalmente diferente da de V.Exa. Talvez eu agisse de uma forma que pudesse ser trágica, mas não agiria dessa maneira.

Confesso a V.Exa. que sou muito sincero. Falo à imprensa pois não tenho medo dela, que podem tirar fotografias, podem registrar. Apoio o papel da imprensa, que é esse, mas temos de levar a verdade a quem compra o jornalzinho. Quem compra o jornalzinho? A democracia é o direito do povo, para o povo, respeitando todas as organizações e instituições legais.

Sempre falo que a forma mais elementar de estudar o fogo é o "triângulo do fogo". Nós temos o calor, o oxigênio e o combustível. Quando tiramos um desses elementos acaba o fogo. A nação organizada é a mesma coisa, ela tem o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Quando tiramos um desses elementos, acabamos com a nação organizada e surge a baderna, a anarquia e o que aconteceu hoje nesta Casa. Isso não pode mais acontecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Linhares para declaração de voto.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, assessores, imprensa presente, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o serviço, o trabalho, o profissionalismo dos integrantes da Segurança Pública, da nossa segurança, que fez também a segurança do público, hoje, com um número bastante reduzido. Antes de qualquer coisa, quero dizer que a condução dos trabalhos de segurança visaram à não-violência, porque senão nós estaríamos com uma página negra na história da nossa Câmara Legislativa.

Quero parabenizar cada vez mais o nobre Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, porque eu era um dos que não estavam entendendo nada. Eu não estava entendendo o que acontecia nesta Casa do povo. Cada voto que ganhamos para representar o povo do Distrito Federal, representou uma gota de suor tanto do Parlamentar quanto da sua equipe de trabalho. Depois conquistamos a confiabilidade dos nossos eleitores para que aqui pudessemos representar os anseios da segurança, da saúde, do campo social e, principalmente, da educação.

Durante quatro anos foi respeitado pelo Governo, pelos adeptos e pelos seguidores de Joaquim Roriz o esquema de educação implantado no Governo passado. E por que tirar do Governador o controle, também, da nossa Educação? Isso não era difícil de ser entendido por ninguém, já era algo esperado.

Quem manda na empresa é o proprietário, é o presidente da empresa; quem manda no governo é o governador; quem manda no município é o prefeito, ele é que tem de ter as pessoas certas nos momentos certos. Qualquer ser bem esclarecido saberia que isso teria de acontecer.

Agora, o que me deixou pasmo foram as pessoas que têm discursos tão bonitos - eu já estou de saco cheio de uma pessoa vir para tribuna e pregar a democracia - chamarem-nos de fascistas, de impositores. De repente, vemos a Casa do povo, representada por 24 Deputados, ser

invasão, e nós nos tornamos reféns.

Lá dentro do "cafezinho" fiquei analisando a situação. Pela primeira vez me senti do outro lado do meu emprego. Eu, que já tive oportunidade de cobrir tantos sequestros, pela primeira vez me senti seqüestrado, me senti dentro de minha casa, impotente, vendo a negociação e cinco pessoas dizendo que não saiam da Mesa, que não saiam do plenário, e não podíamos dar seqüência à nossa obrigação de Parlamentar. Confesso, já o fez o Deputado Rajão, que eu teria outra atitude.

Em um canto da parede eu ficava pensando: "O que o Presidente está imaginando? Os caras tomaram as nossas mesas, tiram a nossa sala, nos tiraram de lá de dentro, S. Exa., o Presidente, tem a força policial do lado de fora, tem os nossos seguranças e fica nessa impassividade?" Só que, no final, vi que o Presidente tinha razão, porque poderíamos hoje, aqui, quem sabe, ter um número registrado em uma guia no Instituto de Medicina Legal.

Sr. Presidente, V. Exa., com a sua sabedoria, com a sua inteligência, com a visão do que poderia acontecer mais à frente, impediu tudo isso. Realmente, para mim, foi um aprendizado muito grande, principalmente depois da negociação com a Oposição, quando ficou certo que os manifestantes das galerias sairiam e poderíamos, então, fazer o nosso trabalho.

Sinceramente, Deputado Edimar Pireneus, tenho de bater palmas para V. Exa. Hoje, V. Exa. foi, para mim, um professor, um mestre muito diferente daqueles mestres que estavam na galeria e dos que invadiram o plenário.

Parabéns! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Xavier para declaração de voto.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, abro mão do uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 1999, que dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências".

Autor: Executivo local"

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Silvio Linhares pelo discurso que S. Exa. pronunciou com toda a grandeza de espírito, porque isso traduz o que S. Exa. representa para todos nós, Deputados. Acredito que S. Exa. e o Deputado Rajão tenham falado por todos nós.

Parabéns, Deputado Silvio Linhares e Deputado Rajão! V. Exas. expressaram tudo. Quero deixar registrado, Sr. Presidente, que os nossos seguranças foram agredidos e derrubados dentro deste plenário.

Muito obrigado.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a atitude da Presidência na condução dessa negociação. Tudo ocorreu muito bem.

Quero, também, solicitar a V. Exa. que mande pagar a hora-extra dos servidores que trabalharam até esta hora.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência agradece a todos e, em especial, ao Deputado José Edmar que estava na hora da negociação. Muito obrigado a todos os Deputados.

Com a proteção de Deus, que sempre está conosco, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão à 23h58min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 47ª
(QUADRAGÉSIMA SÉTIMA)**

**SESSÃO SOLENE DE OUTORGA DO
TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA
A VICTOR JOSÉ MELO ALEGRIA LOBO,**

EM 16 DE SETEMBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wasny de Roure

LOCAL: Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 16 horas e 15 minutos

TÉRMINO: 17 horas e 20 minutos

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

Realiza-se nesta data a sessão solene de outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília a Victor José Melo Alegria Lobo conforme projeto de decreto legislativo de autoria do Deputado Geraldo Magela.

2 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO, PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CLDF E AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Wasny de Roure;
 - **HOMENAGEADO**, Victor José Melo Alegria Lobo;
 - **DEPUTADO FEDERAL**, Geraldo Magela;
 - **EMBAIXADOR DA ROMÊNIA**, Ioan Bar;
 - **EMBAIXADOR DE PORTUGAL**, Francisco Knopfli;
 - **PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DF E CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA**, Cel. Afonso Heliodoro dos Santos.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO FEDERAL GERALDO MAGELA.

- Lembra o período em que presidiu a CLDF.
- Destaca que esta homenagem se estende aos que acreditaram na cultura.
- Fala da vida, do trabalho e da contribuição de Victor Alegria para a promover a cultura no DF.

VICTOR ALEGRIA, homenageado.

- Conta sua história de vida, salientando a opressão e o preconceito enfrentados à época das ditaduras de Portugal e do Brasil, em virtude de seu posicionamento político.
- Defende a preservação das bibliotecas e do hábito da leitura para o progresso da sociedade.
- Comenta o livro *Histórias de Luzia Teresa*.
- Critica o consumismo propagado pela televisão.
- Esclarece o significado do título de Cidadão Honorário de Brasília para sua vida.
- Presta informações a respeito do lançamento do programa *Livro na Rua*.
- Chama a atenção para o compromisso dos artistas e dos políticos, quanto ao legado que deixarão para as gerações futuras.
- Exorta a liberdade de expressão e a preservação da cultura escrita.
- Ressalta a importância da publicação *DF Letras*.
- Julga que a globalização destrói a auto-estima dos povos.
- Cita o trabalho que a Embaixada de Portugal vem realizando em prol do resgate da história e da cultura portuguesas como exemplo para as autoridades brasileiras.
- Divulga a exposição *Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade* que será realizada em maio de 2000, na Romênia.
- Reafirma ser um homem sem partido e defensor da união de todos em busca do progresso, especificamente na área da cultura.
- Acredita que uma solução para o desemprego em Brasília é a promoção de atividades culturais.
- Expressa preocupação com o futuro da Amazônia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão, primeiro-secretário da CLDF e autor do requerimento.

- Registra que a iniciativa desta homenagem partiu do Deputado Geraldo Magela.
- Enumera as contribuições e os trabalhos de Victor Alegria em benefício de Brasília, desde a sua fundação, destacando a *Feira do Livro*.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

- Declara encerrada a sessão.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, boa-tarde. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Damos início à sessão solene proposta pelo Deputado Wasny de Roure para outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Victor José Melo Alegria Lobo, nosso amigo Victor Alegria, cujo decreto legislativo é de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Geraldo Magela.

Convidamos, para compor a Mesa de Honra desta sessão solene, as seguintes autoridades: o Exmo. Sr. Primeiro-Secretário desta Casa, Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure; nosso homenageado desta tarde, um dos grandes baluartes em defesa da cultura de Brasília e um dos idealizadores da Feira do Livro, nosso amigo Victor Alegria; o Exmo. Sr. autor do decreto legislativo que concedeu este título, Deputado Federal Geraldo Magela; o Exmo. Sr. Embaixador da Romênia no Brasil, Ioan Bar; o Exmo. Sr. Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Knopfli; o Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e também Cidadão Honorário de Brasília, Cel. Afonso Heliodoro dos Santos.

Convido os presentes a cantarem o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIA - Registramos a presença dos seguintes convidados: Sr. José Manuel Monteiro G. Costa; o Sr. Diretor da Associação Nacional de Escritores, Afonso Ligório de Carvalho; Sr. José Santiago Naub, escritor; Sr. Armindo Ferreira, professor; Sra. Albanisa R. Lima, funcionária do TST; Sr. Anderson Braga Horta, advogado; Sra. Terezy Fleuri de Godoi, professora; Sr. Carlos de Santanna Emm; Sr. 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Luiz Carlos de O. Coqueiro; Sra. Joanicy Brito Gonçalves, Relações Públicas; Sra. Edniz Maria Cintra, comerciante; Sra. Maria Ires de Mello Ferreira, empresária; Sra. Maria Ises Bezerra de Mello, bibliotecária; Sra. Rosa Maria Gastal de Menezes, bibliotecária; Sra. Adriana Oliveira de Brito; Sra. Maria Penuá Nogueira do Lago, funcionária pública; Sra. Márcia Leal Ferreira de Mello; Sr. Economista Fernando Werneck Magalhães; Sr. Geraldo José Arrobas Hallsten Tjader; Sra. Maria de Jesus Evangelista, professora; Sra. Stella Rodopoulos, escritora e empresária; Sra. Presidente da Associação dos Bibliotecários de Distrito Federal, Iza Antunes Araújo; Sr. Cidadão Honorário de Brasília, Newton Rossi; Sr. Cidadão Honorário de Brasília, Walter Albuquerque Mello; Sra. Presidente da Associação Nacional de Escritores, Branca B. Goês Bakaj; Sr. Presidente Câmara do Livro do Distrito Federal, Valter da Silva; Sr. Cidadão Honorário de Brasília, escritor e professor universitário, Cassiano Nunes Botica; Tenente Coronel Rynald Reis; Cel. Aviador Reformado Ivan Zanoni Hausen; Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras, Antônio Carlos Osório; Sr. Cidadão Honorário de Brasília e historiador, Adirson Vasconcelos; Sr. Joel Bello Soares, assessor de música; Sr. Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal, Márcio Miranda; Sra. Maria Alcina Ventura, conselheira social; Sr. Romário Schettino, jornalista; Sr. Paul Stanciu, diplomata; Sr. Marian Justin Firincă, diplomata; Sra. Nair Andrade, professora representando a Secretária de Cultura.

Com a palavra o Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Declaro aberta a sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, proposta pelo Deputado Wasny de Roure conforme projeto de decreto legislativo de autoria do Deputado Geraldo Magela, que se destina à outorga de título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Victor José Melo Alegria Lobo.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Federal Geraldo Magela a fazer a entrega do título ao homenageado junto comigo.

(Entrega do título.)

Concedo a palavra ao Deputado Federal Geraldo Magela.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO MAGELA - Exmo. Sr. Primeiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal e Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure; caro amigo Victor José Alegria, que muito nos honra com o recebimento deste título, hoje, na Câmara Legislativa do Distrito Federal; Exmo. Sr. Embaixador da Romênia no Brasil, Ioan Bar; Exmo. Sr. Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Knopfli; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Cel. Affonso Heliodoro dos Santos, também Cidadão Honorário de Brasília, eu quero ser bastante objetivo em minhas palavras nesta sessão, porque vivemos, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, um dia, de certa forma, atípico, com a convocação de sessão extraordinária para a discussão de projetos polêmicos. As senhoras e os senhores tiveram a oportunidade de, ao entrar, verem o quanto esta Casa é a Casa do Povo.

Estou retornando a esta tribuna já não mais pertencendo a esta Casa, a qual, aliás, tive a honra, a satisfação, de presidir por dois anos. Hoje, graças a Deus e à vontade do povo de Brasília, estamos representando o povo do Distrito Federal no Congresso Nacional.

De fato, o dia é atípico. Mas é com muita satisfação que venho participar desta sessão, primeiramente porque estamos aqui buscando fazer justiça.

Quando nós apresentamos alguma proposta como esta de concessão de um título de cidadão honorário de Brasília, nós o fazemos pelo reconhecimento ao trabalho que alguém tenha feito por Brasília, pelo Distrito Federal e, principalmente, pelo seu povo. No caso de Victor Alegria, eu acho que a homenagem é para Brasília. Brasília, de fato, está sendo homenageada e, mais do que Brasília, os homens e mulheres que sempre acreditaram na cultura como fonte de libertação.

Nós temos a satisfação de, ao estar aqui fazendo esta homenagem, estar também homenageando a cultura. Quem é Victor Alegria? É um trabalhador da cultura. Isso, por si só, para mim, pareceria suficiente para justificar esta homenagem num Brasil que, infelizmente, tão pouco reconhece e valoriza a cultura. Brasília tem Victor Alegria com a sua luta, com a sua história, com a sua vida, com a vida da sua família, lutando pela cultura, pela democracia e pela liberdade, como fez no final da semana passada, na porta da Embaixada da Indonésia, gritando pelo respeito à soberania do povo timorense. (Palmas.)

Nós temos diversos prazeres na vida, nos mais diferentes aspectos, e o de estar aqui, sendo autor de um título que concede a cidadania de Brasília a Victor Alegria é um deles. Essa concessão é desnecessária, porque o senhor já a conquistou. Ninguém teria o direito de concedê-la porque o senhor a conquistou, mas torná-la oficial dá-me um prazer e uma satisfação muito grande, pois fiz isso em nome do povo do Distrito Federal, já que aqui o estava representando, bem como a esses homens e mulheres que aqui estão, lutadores e trabalhadores da cultura brasileira. Estamos fazendo isso em nome de todos esses amigos que estão aqui hoje homenageando-o.

Poderíamos até ter alguma inveja de Portugal, nossa terra mãe e irmã, mas hoje passamos a não ter mais por recebê-lo como filho e cidadão. Nós o queremos, sim, cidadão português, mas, sobretudo, cidadão do Distrito Federal e cidadão de Brasília. Sentimo-nos orgulhosos e homenageados por isso.

Faço da garra, da obstinação e da determinação do Victor Alegria pelo livro, pela literatura, pela cultura, uma bandeira nossa. Não vou relatar quantas vezes estivemos juntos, trabalhando ou lutando pela cultura. Isso hoje pouco importa. O que importa é quanto ainda lutaremos e andaremos

juntos. A homenagem que estamos prestando aqui, hoje, conforme eu já disse, em nome do povo do Distrito Federal, é pelo que já foi feito, sim, mas é muito mais que isso. Tenho certeza de que ainda há muito o que ser feito com o nosso companheiro, amigo e hoje cidadão de Brasília, Victor Alegria. Brasília agradece pelo senhor tê-la escolhido como a sua cidade e agradece, sobretudo, pelo que o senhor pensa, pelo que o senhor fala e pelo que o senhor faz. Dá-nos muito orgulho tê-lo como Cidadão Honorário de Brasília, Victor Alegria.

Muito obrigado! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em nome do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, eu gostaria de cumprimentar as autoridades representantes das Embaixadas de Portugal e da Romênia. Agradeço também a presença da presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, Sra. Iza Antunes Araújo; do Cidadão Honorário de Brasília e vice-Presidente da Academia Taguatinguense de Letras, Sr. Newton Rossi; do Cidadão Honorário de Brasília, Sr. Walter Albuquerque Mello; da presidente da Associação Nacional de Escritores, Sra. Branca Góes Bakaj; do presidente da Câmara do Livro do Distrito Federal, Sr. Valter da Silva; do querido escritor, professor universitário e Cidadão Honorário de Brasília, Sr. Cassiano Nunes Botica; do Tenente-Coronel da reserva do Exército, Sr. Rynald Reis; do Coronel-Aviador reformado do VI Comar, Sr. Ivan Zanon Hausen; do presidente da Academia Brasiliense de Letras e Cidadão Honorário de Brasília, Sr. Antônio Carlos Osório; do historiador e Cidadão Honorário de Brasília, Sr. Adirson Vasconcelos; do assessor de música do Instituto Camões da Embaixada de Portugal, Sr. Joel Bello Soares; do Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal, Sr. Mário Miranda; da Conselheira Social da Embaixada de Portugal, Sra. Maria Alcina Ventura; do jornalista e representante do Sindicato dos Jornalistas, Sr. Romário Schettino; do Diplomata da Embaixada da Romênia, Sr. Paul Stanciu; do Diplomata da Embaixada da Romênia, Sr. Marian Justin Firincã; e da representante da Secretaria de Cultura, Profa. Nair Andrade.

Concedo a palavra ao nosso homenageado, Sr. Victor Alegria, para fazer o seu pronunciamento.

SR. VICTOR ALEGRIA - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Federal Geraldo Magela, autor do decreto legislativo que me concede o título de Cidadão Honorário de Brasília; Exmo. Sr. Embaixador da Romênia no Brasil, Ioan Bar; Exmo. Sr. Embaixador de Portugal, Francisco Knopfli; Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e Cidadão Honorário de Brasília, Coronel Affonso Heliodoro dos Santos.

É um bocado complicado falar num momento desses, porque a gente se sente profundamente comovido. Talvez pela primeira vez em minha vida eu tenha alinhavado umas linhas, porque não sabia se encontraria as palavras necessárias para dizer o quanto me comove receber esse título e, acima de tudo, porque nós estamos vivendo um momento difícil na história de um país. Esse país é o Brasil, um país tão grande e com tão grandes problemas, que necessita da força do seu povo e de grandes homens para ter seus problemas resolvidos. Infelizmente esse povo não tem tido, ao longo da história, a oportunidade de se manifestar em toda a sua plenitude.

Nos últimos anos, malgrado as tempestades que se abatem sobre o Brasil no nível internacional, principalmente ligadas aos problemas econômicos, o Brasil vive uma democracia. Como eu nasci dentro de uma ditadura e passei a minha juventude dentro de uma ditadura, não tinha condições de ler um livro de Jorge Amado sem esconder a capa da obra, isso era proibido no meu país. Quando cheguei ao Brasil, apesar de uns breves momentos de liberdade, enfrentamos, infelizmente, outra ditadura.

Isso foi algo que me marcou. Eu nunca fui um homem de partido, nunca, em minha vida, pertenci a qualquer partido político, mas já recebi o apelido de subversivo. Aqui em Brasília, conheci certas pessoas que passavam para o outro lado do passeio quando me viam. Ao fim de algum tempo, tendo conhecido as prisões do regime Salazar, conheci também as prisões do regime militar no Brasil. Muita gente pensa que sou um homem partidário, não o sou. O que faço é tentar dar uma lição dirigida principalmente àqueles que gerei - os meus filhos -, de cidadania e de presença de espírito diante dos problemas que enfrentamos.

Acredito que nada pode ser feito sem pensarmos no problema cultural e educacional. Isso é algo que enfrentei desde garoto pois eu tinha dificuldades para estudar, era um problema. Em Portugal, o emprego, naqueles tempos, era tão difícil quanto é hoje. Na verdade era pior, porque Portugal vivia sob num regime obscurantista. Essa foi a luta de minha juventude, sempre voltada para a liberdade de expressão e ligada a uma conotação cultural.

Meu prazer foi fundar uma livraria - que existe até hoje na cidade do Porto -, a Livraria Leitura. Depois, aqui no Brasil, eu nunca consegui afastar-me dos livros e isso me marcou muito. Não acredito - ao mesmo tempo é uma esperança que nós temos - que uma estrutura audiovisual vá mudar a nossa opinião. Sem o livro, sem a atividade reflexiva, como nós poderemos ter uma nação que saiba se debruçar sobre os seus mais ingentes problemas e possa vencer o desafio do subdesenvolvimento e de enormes massas da população que não têm acesso à cultura? Então, é o livro e a biblioteca. Tenho pena de que os nossos Deputados, por causa desses incidentes atípicos, como bem disse o Deputado Geraldo Magela, não possam ouvir o apelo que eu gostaria de fazer a todos, da Oposição, da Situação, do Centro, da Esquerda, sobre o esforço que todos teriam de fazer.

Temos de dar as mãos para progredirmos, porque não acredito que haja alguém que seja contra uma biblioteca. Durante toda a minha vida - quero firmar isso - defendi as bibliotecárias - sou casado com uma e já fui casado com outra. O que quero dizer a todos os Deputados, sejam distritais ou federais, é que o povo não tem condições de progredir a não ser por meio de uma biblioteca moderna que dê o acesso a todos aqueles que querem se elevar.

Então, a biblioteca, hoje, no nosso estágio e provida dos meios extraordinários - como, por exemplo, o caso da Internet, em que se tem acesso ao conhecimento global -, é algo fundamental. Oxalá os nossos políticos saibam que ao deixarem seus nomes ligados a uma biblioteca talvez estejam legando um dos maiores monumentos em homenagem ao povo brasileiro.

É essa a estrutura de olhar a divulgação da cultura, de prestar atenção à situação dos professores que estão ali protestando, certos ou errados, pois isso não compete a mim discutir. O professor brasileiro ainda é um herói, e é a ele que nós temos de confiar a nossa juventude. Temos obrigação de dar-lhes melhores salários e também exigir melhor qualidade de ensino. Caso contrário, eles serão vítimas daquela enorme estrutura do consumismo. Ou seja, melhores salários para comprar objetos. O objeto, em si, passa a ter um valor que não é o de um conteúdo espiritual.

Neste momento, vou ler o meu "papelinho", porque obviamente, ao falar de improviso, arriscamo-nos a dizer muitas coisas erradas. Anotei algumas que são muito importantes para mim. A leitura não será longa, porque a cronometrei rigorosamente dadas as limitações do tempo.

Fiquei admirado com uma coisa no Brasil, e aos meus patrícios que aqui estão digo o seguinte: como é fantástico encontrarmos, no Brasil, o prolongamento da minha terra. Eu jamais pensaria que hoje quem quisesse estudar folclore português, por exemplo, tem de vir ao Brasil, porque em

Portugal ele morreu. Nem os grandes historiadores folclóricos de Portugal estão vivos. Eu e um grande folclorista fomos pesquisar. Eu tinha um professor que se chamava Oscar Lopes. Ele disse: "Bom, mas agora é um problema, estão todos velhinhos". E hoje temos no Brasil a Luzia Teresa.

O meu orgulho de português, de lusófono e de brasileiro, ficou bastante excitado quando, no ano passado, em Santiago do Chile, Félix Coluccio, membro da Unesco e Presidente da Comissão Internacional Permanente de Folclore da Argentina, ergueu um livro por mim editado em Brasília, o livro *Histórias de Luzia Teresa*, e disse: "Ela é nossa!" Isso me arrepiou, porque ele, um argentino, ao dizer isso, dizia que era uma expressão da latinidade, e é impressionante ver que essa mulher que morreu obviamente à mingua, essa senhora, Luzia Teresa, paraibana, resumia toda aquela imagística fantástica que era a imagística ibérica, a imagística africana, a imagística indígena do Brasil. Ela é um Einstein de saias.

Mas como santo de casa não faz milagres, obviamente a nossa imprensa, que em grande parte, infelizmente, é muito submissa a estruturas que não são as melhores para o povo brasileiro, acha, talvez, vergonhoso falar em uma mulher simples, do povo, que é um gênio para a sua riqueza e folclore. Por outro lado, encontrei na família que constituiu, - aliás, mais que uma - algo maravilhoso: aquela tradição da família, onde encontramos consolidadas todas as velhas virtudes cívicas que são ainda o apanágio, talvez não tanto nas grandes cidades, mas no interior do Brasil. Ela representa uma das forças do povo brasileiro.

Essa é uma relação que aprendi com minha família brasileira, relação de amor, de fraternidade e de amizade. Eu, naquilo que puder, quero sempre chamar a atenção, porque, apesar de tudo, na nossa família, de todos nós, reside ainda a grande força contra a anarquia que diariamente nós verificamos na telinha da televisão, que todo dia joga diante de nossos jovens tudo o que é negativo e muito pouco de positivo. Isso é uma massificação tremenda perante uma juventude que é levada ao consumismo num país onde não pode haver o consumismo; que é levada a gastar, não podendo gastar; que é levada a ver os sentimentos mais negros e negativos colocados como sendo absolutamente fundamentais para a vida, o que não é verdade.

É difícil ter, em minha longa existência, uma experiência como a que hoje vivo: receber da cidade que adotei como meu lar, minha terra, uma homenagem como esta. Talvez para alguém menos avisado este título signifique apenas um quadro na parede, mas não o é para mim. Este título me cria uma obrigação de lutar na área onde atuo, a cultural, pela difusão do conhecimento junto aos menos favorecidos, àqueles que não podem comprar um jornal.

Estamos lançando agora um programa, que foi aprovado por mim, chamado "Livro na Rua", para o qual, graças à generosidade de muitos dos presentes, tenho tido uma colaboração maravilhosa. Dentro em breve creio que lançaremos em Brasília um programa que pode ser um marco definitivo na tentativa de divulgarmos a leitura.

Este título também cria em mim a obrigação de quebrar o silêncio que assassina todos que nesta cidade se dedicam à palavra escrita. Estamos fazendo uma estatística dos "cadernos 2", e dentro de dois meses nós revelaremos como é difícil encontrar em nossos jornais e em nossas revistas a divulgação de livros e de nossos autores. Isso não é para dizer que o autor

que pertence a um pequeno círculo é um bom autor, é um gênio, mas o problema é que ninguém diz se ele é bom ou mau. Quantos aqui que têm cabelos brancos como eu sabem muito bem que existia uma pessoa - chamava-se Hugo Allan -, que fazia crítica de arte? Ele morreu, e nunca mais apareceu nada nos jornais criticando até mesmo uma simples pintura. Havia também, embora não lembre agora do nome, infelizmente, uma pessoa que

fazia crítica de música, que não anunciava o que aconteceria, mas o que aconteceu? Ela morreu e ninguém mais dá uma nota sobre a qualidade de um espetáculo musical. Certamente, o problema da cultura não é só o espetáculo, mas aquilo que de permanente fica, e é a esse problema que eu quero chamar a atenção dos nossos políticos. É fundamental pensar no que se perpetua e não apenas naquilo que é factual, naquilo que fica por uns breves minutos, às vezes, por interesses meramente eleitoreiros. O deputado que hoje atravessa para o 3º milênio será olhado pela história com um olho muito mais crítico do que o foi até hoje.

Este título também cria em mim a obrigação de lutar pela dignidade de todos os que acreditam na força de espírito e das idéias progressistas que sempre movimentaram o mundo. Ele me cria a obrigação de dizer aos aqui presentes e àqueles que comigo comungam pela liberdade de expressão que essa não é para mim uma mera figura de retórica, mas um direito inalienável do ser humano.

Ver amigos de todas as idades - e quanta juventude há nesta cidade -, aqueles que, há décadas, lutam por se expressarem é algo inefável. Vejo aqui um dos nossos decanos, Coronel Affonso Heliodoro, que tem 83 anos. Qual é o jovem que tem a coragem de fazer o que ele está fazendo?

(Palmas.) O homem acredita em Juscelino Kubitschek como se ainda estivesse vivo. Venera a imagem desenvolvimentista de S.Exa. como se ele existisse hoje. Essa é outra grande lição, a grande virtude da amizade. A pregação de Newton Rossi, também Cidadão Honorário de Brasília - o qual conheço há mais de trinta anos -, é de tolerância, de amizade com todos e de abrir espaço a todos aqueles que, por contrários, acreditam que é possível melhorar o mundo.

E que dizer dos poetas? Desculpem-me se eu fizer alguma injustiça, mas temos presentes, neste plenário, vários poetas: o nosso Antônio Carlos Osório, Presidente da Academia Brasiliense de Letras, poeta de nível internacional; o nosso decano Cassiano Nunes, que todos conhecem, exemplo de amor fantástico à literatura; Anderson Braga Horta - será que há alguém com mais prêmios nesta cidade ou no Brasil do que ele? Será que existe algum superior a Anderson Braga Horta? Será que alguém conhece a profundidade da poesia e da extraordinária capacidade de José Santiago Naud?

Se Deus me der vida e saúde, no ano 2000 terei o prazer de ver todos esses poetas reunidos nas suas antologias pessoais, como uma homenagem desta cidade. Estamos propondo uma homenagem da cidade de Brasília a todos aqueles que, há mais de quarenta anos - como o Ligório, e se há mais alguém que não citei, desculpe-me - lutam pela preservação da palavra escrita. Com a colaboração da Presidente da Associação Nacional de Escritores, Branca BuKaj, também outra lutadora, vamos fazer uma sessão - a qual já propusemos ao Governo -, vamos procurar uma assembléia de pares, sem políticas, para homenagear aqueles que aqui se dedicam à palavra escrita, como o Sr. João dos Santos, com 90 anos, que estará lançando um livro de novelas dentro de quinze dias, como o José Godoy Garcia, que tem cinquenta anos de atividade na poesia, e por aí afora. Fiz uma ligeira pesquisa e encontrei vinte e quatro pessoas, com mais de 65 anos, que há anos se dedicam à literatura - não são escritores mediocres, mas escritores de nível.

Isso mostra que Brasília é ainda desconhecida e esperamos o apoio dos escritores da Câmara Legislativa, onde vi tanta coisa interessante - por exemplo, qual é a assembléia do Brasil que tem uma revista chamada *DF Letras*, a qual promove a literatura desta cidade em vez de promover os Deputados, que a apoiam independentemente de seus partidos políticos? É isso que acho importante. (Palmas.)

Nesta cidade há coisas maravilhosas e tenho um orgulho tremendo de participar nessa construção. Eu e meus filhos, que, felizmente, são muito solidários com a minha atividade -, também minha esposa e minha ex-esposa, as quais me aturaram - porque é muito difícil aturar uma pessoa como eu. As mulheres vão dominar o terceiro milênio, então, todos temos de nos preparar para poder, como se costuma dizer, trazer a "viola no saco". Elas não acreditam nisso, mas elas vão dominar o mundo.

Ao Sr. Embaixador de Portugal, que muito me honrou por ter vindo a esta sessão, quero dizer que sinto prazer e orgulho de ser português - posso dizer também que sou homem do povo; meu pai era funcionário público, e agora, aos 89 anos, está cheio de saúde, parece meu irmão -, quero transmitir o quanto espero do trabalho dos nossos diplomatas em mostrar as nossas tradições de trabalho, honradez e coragem. Tenho orgulho de todos os portugueses cujas mãos ajudaram a criar esta unidade nacional brasileira, que também é nossa e que nós portugueses temos a obrigação de defender. Os ataques vergonhosos e insidiosos à nossa língua e às nossas mais puras tradições são as formas da globalização comandada não por governos - não se esqueçam disso, pois as pessoas não têm ainda a visão do que está acontecendo -, mas pela grande finança internacional para que percamos a nossa auto-estima. Vejam que, por exemplo, no dia 25 conseguimos reunir, num jantar, cem escritores. E é fantástico; tive até de escrever, porque é difícil: fomos ao La Vechia, que fica no Corporate Center ao lado do Liberty Mall, junto ao Trade Center, tudo nome estrangeiro. Quer dizer, onde está a nossa auto-estima? Como não há vergonha disso? Eu, como português, sinto imensa vergonha. (Palmas.)

Aos nossos políticos eleitos pelo povo cabe a missão de, no terceiro milênio, colocar na História do Brasil o seu patriotismo pelo amor à língua nacional. E isso eu verifico na liderança do nosso embaixador, e que eu não me canso de elogiar. Portugal, nos últimos anos, está mudando o perfil. Nós agora estamos vendo coisas que jamais víamos na embaixada, - ela era ótima para ir lá comer bolinhos de bacalhau: agora ela está mostrando as raízes, a nossa cultura, está mostrando o quanto sofreram - não vou saber se o Brasil foi descoberto por acaso ou se não foi, isso não interessa mais -, como ... formou essa identidade nacional. Essa embaixada está fazendo um belíssimo trabalho.

Eu agradeço ao Sr. Embaixador de Portugal de todo o coração, como português e como brasileiro.

Ao Sr. Embaixador da Romênia, meu querido amigo Ioan Bar, quero agradecer publicamente - ele merece um título de Cidadão Honorário de Brasília - o amor que tem à cultura brasileira e ao nosso povo e fazê-lo saber que, com a ajuda da nossa Câmara Legislativa do Distrito Federal, haveremos de tornar Brasília cidade-irmã de Bucareste.

Em 15 de maio de 2000, oitenta escritores, jornalistas, políticos, músicos e artistas levarão para a Romênia a exposição "Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade", bem como livros para as bibliotecas onde se estuda Português. Içaremos e seremos as bandeiras brasileira e romena na praça Oídio para comemorar os setenta anos da generosa oferta de um porto livre no Danúbio para os produtos brasileiros. É, mais uma vez, a língua latina que nos une, ilha de latinidade nesse mar eslavo da Romênia democrática que ama o Brasil, país ao qual dedicamos muito do nosso amor.

Saúdo a luta do Deputado Geraldo Magela, hoje Deputado Federal, pela cultura. A tenacidade e o envolvimento de S.Exa. com a nossa causa, sem demagogia, foi uma constante no mandato de S.Exa. e não apenas um interesse eleitoreiro de que sou testemunha. Durante muito tempo, eu pensei: "Magela... PT... partido de esquerda... oposição..." e dizia: "que coisa interessante!" Ao longo do tempo, fui me aproximando de S.Exa. e

verificando que faz parte dele esse interesse, essa luta pela cultura, pelo livro e por tudo o que é importante para a nossa cidade crescer e isso não me cansa de dizer aqui, hoje. É terrível eu vir aqui porque foi um Deputado do PT que me concedeu esse título. Teve gente que não veio porque ficou com medo. Não sei o porquê. Mas eu não tenho partido político e acho fantástica essa luta. Acho que qualquer partido que se diga progressista, seja ele qual for, tem de dar as mãos aos outros. A atividade do Deputado Geraldo Magela foi uma coisa que me sensibilizou porque nunca o vi fazer a menor discriminação. Ele nunca me perguntou como eu penso, eu também nunca lhe perguntei como é que ele pensa, até porque ele diz abertamente. Isso é uma coisa que sensibiliza a mim e a todos que estão aqui. Temos aqui a fina flor da nossa intelectualidade, alguns até ficaram assustados com essa grande manifestação, que não é para mim.

Como homem sem partido, - tenho as minhas simpatias que são pessoais e, acima de tudo, sou um homem que luta pelo progresso - rendo a minha admiração pelo seu trabalho com o Deputado Edmar Pireneus. Os dois sempre colaboraram - e olhem que coisa maravilhosa - eles deram exemplo de que a posição partidária não é incompatível com a nossa luta cultural. Por que não? Por que o homem que está em um extremo e outro que está no outro extremo não vão dar as mãos por uma causa que é do povo? Então, não justifica que o povo tenha votado neles. E essa grande plataforma de encontro é a cultura que nos une para construir uma nação mais justa e mais preparada para o terceiro milênio.

Recentemente, acho que há umas três semanas, vim aqui e estavam os Deputados Gim Argello e João de Deus. Foi maravilhoso, de repente, eu descobri que um é descendente de português, que o outro é português e verifiquei um amor de todo mundo por Portugal. Isso é terrível porque cria em mim a obrigação de dizer: olhem, meus filhos, este é o seu país, façam o possível para lutar por ele e para o melhorar.

Esta casa do povo, com este jornal, mostra que a sensibilidade à causa cultural é de todos os representantes do povo.

Nesse momento em que é necessário gerar empregos, quero chamar a atenção de todos e, principalmente, daqueles que lidam com a área política, para o estudo da Fundação João Pinheiro. A atividade cultural gerou algumas vezes mais empregos que as montadoras de automóveis. E se vamos falar do nosso grande irmão do Norte, há 18 milhões de pessoas ligadas à atividade cultural. É o setor terciário e isso é uma coisa muito importante, porque o que vamos pôr aqui? Indústrias? Vamos trazer para cá indústrias poluentes? Vamos assassinar este país que possui uma natureza exuberante e que está sendo queimada de norte a sul? Um país que é reserva de tudo o que existe de bom para a humanidade e que é responsabilidade nossa defender?

Brasília tem a vocação de ser uma cidade de cultura, o coração brasileiro. E essa cultura vem de todos os cantos do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de todos os povos que para aqui vieram e dos povos que aqui já estavam. É essa riqueza de miscigenação que está ainda gerando o homem brasileiro - participante na beleza do viver fraterno, que adere às grandes causas e enfrenta com uma resistência ímpar as vicissitudes dessa economia global e liberalizante que não vê o ser humano senão como um consumidor alienado e descartável. A falta de emprego, problema do mundo inteiro, é sinal de que o ser humano passou a ser descartável, e nós, principalmente aqueles aposentados, não temos mais consciência do que isso representa. É muito grave e, por isso, temos de repensar a nossa maneira de agir, porque não há o menor interesse em se promover o crescimento intelectual dos povos, porque dentro em breve vamos ter uma estrutura de satélites geoeletrônicos dominados pela Warner Bros e pelo Sr. Mordoke, que vão

difundir em todo mundo uma atitude muito bonita: compre coca-cola, coma Mac Donald's. É isso que se pretende numa escala global. O ser humano é algo que pode produzir nos balanços das grandes empresas aliadas aos bancos - que obtiveram recorde histórico - alguns de vocês devem ter visto a matéria nas páginas dos jornais de hoje. Que bonito para o povo!

O terceiro milênio está aí. Todos somos responsáveis pelos seus rumos. Hoje temos aqui uma plêiade de cabeças pensantes, gente que ainda não está submersa nos ditames da mídia castradora do pensamento. Hoje, constituímos uma minoria que quer ter voz. Uma minoria que não quer ver o Brasil ser dividido, nem seus filhos perdendo a vida na luta para preservar a nossa Amazônia - grande objeto de cobiça internacional. Tenho muito medo de que os nossos filhos, no caso, até nossos netos, tenham de defender a Amazônia, porque o que se prepara na arena internacional é um enorme golpe: criar a cooperativa dos países amazônicos. Eu, como português, e creio que todos os portugueses estarão ao meu lado, acho que a integridade do Brasil é fundamental. A Amazônia é um recurso que é da humanidade, mas é um recurso que pertence ao Brasil.

Temos gente que quer participar do milênio da luz pelo conhecimento acessível a todos; gente que acredita na missão de nossos professores de ensinar mais e melhor, e nos sacrifícios que temos de fazer para pagar bem a eles, para, assim, eles serem dignos de uma vida melhor sem serem obrigados a trabalhar em três ou quatro lugares para dar aulas; gente que acredita que a nação se fará com homens e livros; gente que acredita no progresso do ser humano; gente que acredita no diálogo construtivo dos contrários; gente que acredita no Brasil; gente que acredita em Brasília.

Meus amigos, este título não é meu, é seu pelo direito conquistado de terem sabido me dar as mãos.

Eu sou de vocês por tudo o que fiz e nós seremos o futuro pelo exemplo que daremos a nossos filhos e a todos os jovens.

Eu sou alguém que pensa que para além da sobrevivência pessoal há um ideal a defender, a preservar e a ampliar: o da cultura brasileira, o da cultura lusófona, o da cultura latina.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Mesa recebeu o pronunciamento do Deputado Gim Argello, tendo em vista que S.Exa. encontra-se ausente. Acolhemos o pedido de S.Exa. de considerá-lo como feito nesta sessão de homenagem e entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Victor Alegria.

PREZADO EDITOR VÍCTOR ALEGRIA, QUERO SAUDÁ-LO, EM PRIMEIRO LUGAR, EM NOME DA REVISTA LITERÁRIA E CULTURA "DF LETRAS", QUE É EDITADA AQUI NA CASA SOB A RESPONSABILIDADE DA MINHA VICE-PRESIDÊNCIA E MAIS DIRETAMENTE SOB A BATUTA DO JORNALISTA E POETA LUIS TURIBA, SEU AMIGO E PARCEIRO DE MUITAS JORNADAS.

IIÁ UMA RAZÃO PARA QUE EU FALE PRIMEIRO EM NOME DA NOSSA "DF LETRAS".

AFINAL, O SENHOR É UM HOMEM DE CULTURA, UM SER DOS LIVROS, DAS LETRAS, DO SABER, DA CRIAÇÃO E DE MUITAS POLÊMICAS.

NÃO É QUALQUER CIDADÃO QUE PODE CARREGAR O TÍTULO DE EDITOR E O SENHOR FEZ DA SUA VIDA UM CONSTANTE EDITAR DE LIVROS.

EM SEGUNDO LUGAR, FALO COMO CIDADÃO PORTUGUÊS PORQUE NAS MINHAS VEIAS TAMBÉM CORRE O SANGUE LUSITANO. SOU FILHO DE MÃE PORTUGUESA, TENHO PASSAPORTE PORTUGUÊS, TENHO UM CARINHO ESPECIAL POR AQUELE TERRA DOS NOSSOS ANCESTRAIS EUROPEUS.

É UM ORGULHO PARA NÓS, PORTUGUESES, TÊ-LO NA CÂMARA LEGISLATIVA RECEDENDO O TÍTULO DE CIDADÃO DE BRASÍLIA.

PARA SAUDÁ-LO, PEGO EMPRESTADO ALGUMAS INFORMAÇÕES E PALAVRAS DA JORNALISTA DANIELLE ROMANI, QUE EDITOU NO JORNAL "GAZETA MERCANTIL" UM BELLO TEXTO A RESPEITO DA VOSSA PESSOA E DO SEU TRABALHO EM PROL DA CULTURA EM BRASÍLIA.

DIZ A JORNALISTA:

A história cultural de Brasília está associada a do editor português Victor Alegria. Radicado na cidade há 33 anos, Victor, dono da editora Thesaurus e fundador da ex-Livraria Encontro - uma das pioneiras do Distrito Federal - já é considerado patrimônio histórico candango.

Não se pode falar em livros, edições e polêmicas brasilienses, sem citar esse luso-brasileiro falante, poético e simpático, que adotou Brasília como sua cidade e que considera o Lago Norte, onde mora, "um dos melhores lugares do mundo".

A Livraria Encontro, inaugurada em 1965 nas dependências do Hotel Nacional é um marco. Durante uma década, foi um pólo irradiador de cultura na recém-criada Brasília. Vanguardista como a nova capital, ela se fechava a meia noite, ou quando saísse o último cliente. Por muitos anos se transformou em ponto de encontro de artistas e políticos.

"O senador José Sarney, Franco Montoro, Alencar Furtado, o ex-ministro Jarbas Passarinho e até o presidente Costa e Silva, entre muitos outros, frequentavam a livraria", lembra Victor, que incentivava a realização de exposições, eventos e debates. "Eu fui o primeiro a colocar em prática o conceito de que uma livraria deve ser um espaço para outras artes, o que hoje é plenamente adotado", diz.

Quando começa a falar de literatura, poesia, livros e histórias - inclusive as suas - os olhos brilham, e as lembranças e pensamentos correm rápido. Sentado em seu gabinete, na verdade uma caótica sala onde se misturam papéis, livros, cinzas de cigarro, fichários, adesivos de todas as espécies, esse homem de 63 anos se transforma. E com razão. Suas idéias e convicções são apaixonadas, e sua vida uma verdadeira tragi-

comédia-lírica, digna de se transformar num romance, editado, quem sabe, por alguém como o próprio Victor.

O seu nascimento, por exemplo, é um capítulo à parte. Seu parto aconteceu dentro do convento de Arouca, no dia de Natal. Jovem, foi morar no Porto, e inaugurou a primeira livraria de sua vida, a Divulgação. "Sempre tive essa mania de fundar livrarias", brinca o editor, que era contrário ao regime salazarista e foi preso, durante seis meses, em 1957.

Perseguido pelo salazarismo, em 1963 teve que arranjar uma forma de sair do país, e aí viveu um outro episódio engraçado. Veio para o Rio de Janeiro, para organizar o laboratório do mata-ratos Brumaline. "Um mata-ratos por atração sexual!", ri o próprio editor, que dois anos depois mudaria-se para o Distrito Federal.

"Quando vi Brasília, achei que era uma cidade maravilhosa, cheia de espaço, cheia de sol, com pouca chuva, à noite um clima sempre fresco. Pensei comigo: eis o meu lugar!", relembra Victor, que imediatamente instalou a Livraria Encontro no Hotel Nacional.

A lua de mel com o Brasil, e até mesmo com os militares, durou pouco tempo. Apesar de ter Costa e Silva como cliente - "uma vez viajei até o Rio apenas para trazer-lhe um exemplar de luxo do poeta Luis de Camões" - a paz entre Victor Alegria e os militares durou pouco. Foi preso, em 1972, por ter editado a primeira versão comentada do Diário de Che Guevara. "Fui levado para o Rio, e encarcerado, primeiro na Ilha das Cobras, depois na das Flores. Um militar chegou e me disse: "Estás na cela onde foi preso Tiradentes", brinca.

A segunda prisão, em 1975, não ataca o lado brincalhão de Victor. Acusado de estar montando uma gráfica clandestina - na verdade uma gráfica legal, que montava em Formosa - foi preso novamente. Julgado e absolvido, no dia em que saiu da prisão foi raptado por grupos paramilitares. "Foi um inferno de 15 dias apanhando. Junto a mim, estavam duas pessoas do Itamaraty, acusadas de roubar segredos atômicos; um japonês que era diretor da ARUC e outros tantos, que não tinham nada a ver com nada, como eu". Victor, que garante jamais ter sido comunista ou ateu - sou católico, nacionalista e democrata - atribui suas prisões a um fator. "O engraçado é que nunca pertenci a partidos. Isso mostra que a cultura é mais perigosa do que a atividade política".

PORTANTO, RECEBA AMIGO E PATRÍCIO VICTOR ALEGRIA, NOSSOS PARABÉNS PELO TÍTULO DE CIDADÃO BRASILIENSE QUE A CÂMARA LEGISLATIVA LHE CONCEDEU, TÃO MEREcidAMENTE.

É COM MUITO ALEGRIA QUE RECEBEMOS O VITOR. PARABÉNS

GIM ARGELLO

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, em meu nome pessoal e em nome do meu partido - o Partido Socialista Brasileiro, saudar a belíssima iniciativa do Deputado Geraldo Magela de conceder o título de Cidadão Honorário de Brasília ao nosso Victor Alegria.

Victor, sem trocadilho nenhum, é uma grande alegria vê-lo aqui nesta Casa e ver o entusiasmo com que o senhor fala de livros, de biblioteca, de educação. Todos sabemos que para consolidarmos, de fato, a nossa democracia, é fundamental que invistamos em educação e não se investe em educação num país se as pessoas não tiverem acesso aos livros e à leitura.

Percebemos que no mundo cada vez mais globalizado, onde se exige das pessoas mais qualificação e especialização, a pessoa que não tiver acesso aos livros e à escola terá um caminho certo para a exclusão social.

Por isso nós, do Partido Socialista Brasileiro, queremos cumprimentar todos os poetas e escritores presentes aqui hoje e trazer o nosso voto de louvor à iniciativa do Deputado Geraldo Magela de reconhecer o trabalho de uma pessoa que tanto vem contribuindo para a cultura de Brasília, do Brasil e de Portugal.

Parabéns, Victor!

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (Pela ordem.) - Sr. Presidente, falo em nome das pessoas que já conhecem o Sr. Victor há bastante tempo. Lembro-me das vezes em que nós fomos à gráfica dele rodar jornais clandestinos sem que o Victor soubesse. Isso aconteceu durante a época de chumbo do movimento estudantil, mas foi muito importante na nossa luta, na luta que travamos aqui na nossa cidade.

Lembrou bem Monteiro Lobato ao dizer que "um país se faz com homens e livros". Eu acrescentaria, se o nosso mestre permitisse, que um país se faz com homens, livros e com quem os produz. E Victor Alegria produz livros, faz com que as pessoas tenham acesso a eles. Hoje, no nosso mundo globalizado, como bem disse o nosso companheiro Deputado Rodrigo Rollemberg, e cada vez mais "tecnificado", muitos já não sabem mais qual o prazer de ter um livro nas mãos, de ver sair daquelas páginas sensações tão estranhas, mundos tão novos, vivências tão diferenciadas que são impregnadas pelo ato visual da leitura e pelo ato complementar da consciência do cérebro trabalhando. Transportamo-nos, por meio dos livros, a situações inusitadas. A técnica, a cibernética e a computação, hoje, de certa forma, precisam existir e devem continuar, mas não podemos prescindir jamais deste prazer secular da humanidade: a leitura.

Acho que Gutenberg, ao inventar a imprensa e a tipografia, não imaginava quanta alegria e, principalmente, quanta consciência e mudança ele geraria com a sua invenção. Victor, representante de Gutenberg e de tantos outros, merece o nosso apoio e nosso aplauso. Brasília, na verdade,

deve muito a Victor e este título é apenas uma pequena parte daquilo que devemos retribuir à sua trajetória em nossa cidade.

Parabéns, Deputado Geraldo Magela, batalhador da cultura, como bem lembrou o nosso Victor! Isso não é nenhum casuismo. É uma coisa que o acompanha desde antes de ser Deputado, durante a militância do Partido dos Trabalhadores, em movimentos em cineclubes. Conheço o Deputado Geraldo Magela há muitos anos - e realmente a sua trajetória é voltada para a questão da luta dos trabalhadores, sem se esquecer jamais de que a cultura - como dizia Paul Lafard, no seu direito à preguiça - neste nosso novo milênio é exatamente o instrumento que os trabalhadores têm para o seu deleite.

Parabéns, Deputado Geraldo Magela, por esta iniciativa ao nosso Victor! A nossa cidade continua a lhe dever.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Muito obrigado, Deputado Chico Floresta.

Eu gostaria ainda de registrar a presença da esposa do nosso Cidadão Honorário de Brasília, Sra. Maria Isis Bezerra de Melo, e dos seus filhos Victor Pagori de Melo e Alegria e Manoela Raquel de Melo e Alegria, bem como registrar os nomes de seus dois outros filhos, ainda que não estejam presentes: Marcelo Araújo de Melo Alegria e Andréia Araújo de Melo Alegria. Registro também a presença do seu genro Bruno Garcia Moura e do seu neto Daniel Alegria Garcia.

Ao encerrar esta sessão em nome do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, eu gostaria inicialmente de saudar o nosso Cidadão Honorário de Brasília, Victor Alegria, como também o autor desta proposta, meu colega de Partido e de jornada nesta Casa, Deputado Geraldo Magela. Saúdo também o Embaixador da Romênia no Brasil, Sr. Ioan Bar; o Embaixador de Portugal no Brasil, Sr. Francisco Knopfli; o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e Cidadão Honorário de Brasília, Sr. Afonso Heliodoro dos Santos.

Sinto-me honrado e feliz ao participar desta sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não apenas por estar presidindo-a, mas também pelo fato de ter sido indicado pelo Deputado Geraldo Magela a apresentar, junto à Mesa Diretora, a realização deste evento.

A iniciativa da concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília a Victor Alegria, todos sabemos, coube a este ilustre Parlamentar, referência indubitável de idoneidade e respeitabilidade e ex-Presidente desta Casa, hoje Deputado Federal na Câmara dos Deputados, Deputado Geraldo Magela. Quanto a mim, nesta oportunidade, eu gostaria de tecer algumas palavras de consideração ao nosso homenageado.

Victor Alegria reside e trabalha em Brasília há quase trinta e cinco anos, desde a sua fundação. Sua contribuição à cidade e à população brasileira é extremamente rica, principalmente no campo das letras e da cultura em geral.

Na qualidade de Presidente da Câmara do Livro e da fundação de Incentivo à Cultura, criou o programa O Livro na Rua, em parceria com a Associação Brasileira de Indústrias Gráficas e o Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal.

Desde 1993, Victor Alegria, coordena a realização da Feira do Livro de Brasília, acontecimento bastante conhecido na Cidade e muito prestigiado pela população.

Neste instante, quero manifestar ao ilustre homenageado meus melhores parabéns, estendendo-os aos seus familiares aqui presentes e dizer-lhe que a outorga deste título traduz não só o reconhecimento de seus méritos pessoais mas, por uma questão de justiça, o agradecimento do povo do Distrito Federal, beneficiário maior do trabalho fértil, edificante e necessário de Victor Alegria.

Muito justa, feliz e oportuna, portanto, a iniciativa do Deputado Geraldo Magela ao propiciar a todos este momento festivo que, com certeza, ficará gravado em nossas lembranças e em nossa memória.

Convido todos a ficarem de pé para ouvirmos o Hino a Brasília.

(Hino a Brasília.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Declaro encerrada a presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h20min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO
PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 48ª
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)**

**SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 78
ANOS DE NASCIMENTO DO EDUCADOR E
CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA POST
MORTEM, PROFESSOR PAULO FREIRE,**

EM 20 DE SETEMBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wasny de Roure

LOCAL: Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 20 horas e 30 minutos

TÉRMINO: 22 horas e 1 minuto

1 - ABERTURA

Realiza-se nesta data sessão solene em homenagem aos 78 anos de nascimento do educador e Cidadão Honorário de Brasília *post mortem*, Professor Paulo Freire.

2 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- PRESIDENTE DA SESSÃO E PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CLDF, Deputado Wasny de Roure;
- DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UnB, Prof. Genuino Bordignon;
- CO-AUTOR DO REQUERIMENTO E LÍDER DO PSB NA CLDF, Deputado Rodrigo Rollemberg;
- COORDENADORA PEDAGÓGICA DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UnB, Maria Luíza Angelim;

COORDENADORA DO GTPA/DF DO PARANOÁ, Maria
Cruza Evangelista de Aquino;
VICE-PRESIDENTE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PAULO
FREIRE, Osmar de Oliveira Aguiar.

P R O N U N C I A M E N T O S

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG, co-autor do
 requerimento e líder do PSB.

- Justifica a ausência da Deputada Maninha, co-autora do
 requerimento que possibilitou a realização desta sessão.
- Registra a presença do DCE da Universidade de
 Brasília e da Associação dos Alunos de Baixa Renda da
 Universidade de Brasília.
- Lamenta a quantidade de pessoas excluídas do
 processo de educação no Brasil, apesar de o País possuir
 renomados educadores.
- Distribui a cartilha de sua autoria "SOS ÁGUA".
- Alerta para a necessidade de organizar um mutirão para
 erradicar o analfabetismo.
- Julga Paulo Freire um gênio da Educação.
- Descreve o método de educação criado pelo
 homenageado.
- Comenta as iniciativas do PSB relacionadas a projetos
 populares de alfabetização.
- Cita o exemplo de Alexandra Maria de Jesus, que
 alfabetizou os seus pais.

HELEN NEVES DA SILVA, professora.

- Ministra aula demonstrativa do Método Paulo Freire de
 Alfabetização.

OSMAR DE OLIVEIRA AGUIAR, vice-presidente do Centro de
 Educação Paulo Freire.

- Cita dados históricos do trabalho de alfabetização no
 Distrito Federal.
- Solicita ao Sr. Valdivino Ferreira que exiba a placa
 comemorativa à visita do Professor Paulo Freire ao CEPAPRE
 e ao GTPA.

MARIA LUÍZA ANGELIM, Coordenadora Pedagógica do
 Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos no Distrito
 Federal e Entorno da Faculdade de Educação da UnB.

- Cita frase do homenageado.
- Acredita que, quando a CLDF homenageia Paulo Freire,
 vislumbra-se uma oportunidade de levantar o projeto de
 sociedade socialista.

GENÚINO BORDIGNON, Diretor da Faculdade de Educação
 da UnB.

- Destaca o significado da homenagem ao Prof. Paulo
 Freire.
- Comenta o papel da Faculdade de Educação da UnB no
 Distrito Federal e Entorno.
- Enaltece a presença de lideranças comunitárias e
 alunos nesta sessão solene.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, presidente da sessão e
 primeiro-secretário da CLDF.

- Cumprimenta os Deputados Rodrigo Rollemberg e
 Maninha, autores do requerimento que propiciou esta sessão
 solene.

- Ressalta a contribuição histórica do Prof. Paulo Freire
 para o Brasil.
- Destaca momentos da vida do homenageado
 relacionados com o Distrito Federal.

4 - ENCERRAMENTO

II - DETALHAMENTO

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Boa-noite, senhoras e senhores. É
 com muita honra e satisfação que esta Casa recebe os senhores.

Damos início, neste momento, à sessão solene alusiva aos 78
 anos de Nascimento do Educador e Cidadão Honorário de Brasília, *post*
mortem, Professor Paulo Freire, conforme requerimento de autoria do
 Deputado Rodrigo Rollemberg.

Convidamos para compor a Mesa de Honra desta sessão solene
 as seguintes autoridades: o Exmo. Sr. Primeiro Secretário desta Casa, neste
 ato presidindo esta sessão, Deputado Wasny de Roure; o Sr. Diretor da
 Faculdade de Educação da UnB, Prof. Genuíno Bordignon; o Exmo. Sr. Líder
 do PSB desta Casa e autor do requerimento que propiciou a realização desta
 sessão solene, Deputado Rodrigo Rollemberg; a Sra. Coordenadora
 Pedagógica do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos no Distrito
 Federal e Entorno da Faculdade de Educação da UnB, Profª. Maria Luíza
 Angelim; a Coordenadora do GTPA/DF do Paranoá, Sra. Maria Cruza
 Evangelista de Aquino e o Vice-Presidente do Centro de Educação Paulo
 Freire, Sr. Osmar de Oliveira Aguiar.

Convido os presentes a cantarem o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Registro as seguintes a presenças:
 Sr. Valdivino Ferreira da Silva; Presidente do PSB/DF, Sr. Gustavo Balduino;
 Presidente do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia, Sr. Gilberto
 Ribeiro do Nascimento; Presidente da Associação dos Alunos de Baixa
 Renda da UnB, Sr. Alexandre Crispi; Sra. Leila Celestina Lopes; Sra. Sandra
 do Nascimento; Sra. Vivian Lourenço; Sra. Alessandra de Jesus; Sra. Suelly
 Alves Silva; Sra. Clauzene Lima da Silva; Sr. José Ramos; Sra. Carla de
 Araújo; Sra. Venécia Brito; Sra. Lucia Ana Elias; Sra. Maisilene Silva; Sr.
 Adelci Marques; Sra. Inês Portela; Sr. Manoel Gomes; Sra. Maria de Paiva;
 Sra. Marly Ferreira de Sousa; Sra. Ercília Rosa de Jesus; Sr. Antônio Luiz
 Rodrigues Silva; Sr. Valdivino Ferreira da Silva; Sra. Ivonete Barbosa; Sra.
 Maria Aparecida Martins; Sra. Eva da Silva; Srs. Militantes da Consulta
 Popular de 10 Estados do Brasil; Educador Popular do Centro de Educação,
 Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho, Sr. José Ramos; Sr. João
 Batista Filho; Sr. José Antonio; Presidente da Associação Vila Basevi, Sr.
 José Haroldo; Diretor do Sindiser, Sr. Cícero Rola; Presidente do Sindser, Sr.
 Francisco Alves de Souza; Diretor do Sindser, Sr. José Alberto; Presidente do
 Conselho de Defesa da 3ª Idade do Varjão, Sr. Rafael; Diretor Administrativo
 do Cepacs, Sr. Jairo Ananias e Presidente da Asejo e da futura prefeitura da
 expansão do Setor "O", Sr. Veridiano.

Com a palavra e a Presidência dos trabalhos desta sessão solene,
 S.Exa. o Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Declaro
 aberta a sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que, em
 atendimento a requerimento do Deputado Rodrigo Rollemberg, se destina à
 comemoração dos 78 anos do nascimento do educador e Cidadão Honorário
 de Brasília *pos mortem*, Professor Paulo Freire.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Líder do PSB, Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Exmo. Sr. Presidente desta solenidade, Deputado Wasny de Roure; Ilmo. Sr. Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Prof. Genuíno Bordignon; Sra. Coordenadora Pedagógica do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos no Distrito Federal e Entorno, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-UNB, Pro^{fa} Maria Luíza Angelim; Sra. Coordenadora do GTPA do Paranoá, Maria Creuza Evangelista de Aquino; Sr. Vice-Presidente do Centro de Educação Paulo Freire e Educador Popular, Osmar de Oliveira Aguiar; Sr. Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Distrito Federal, companheiro Gustavo Balduino; meus amigos e amigas aqui presentes, antes de começar as minhas palavras, eu gostaria de justificar a ausência da companheira Deputada Maninha, co-autora do requerimento que possibilitou a realização desta solenidade, que está em reunião da executiva regional do PT.

Agradeço a todos que contribuíram para a realização desta sessão solene. Aproveito para registrar a participação do DCE da Universidade de Brasília, da Associação dos Alunos de Baixa Renda da Universidade de Brasília e de todos aqueles que contribuíram para esta sessão.

Sinto-me muito feliz de ser um dos autores desta solenidade, que faz com que a Câmara Legislativa do Distrito Federal receba uma quantidade tão significativa de pessoas do povo da nossa cidade, para homenagear um dos maiores humanistas que este país já teve, nosso mestre educador, Paulo Freire.

No dia 8 de setembro, Dia Internacional da Alfabetização, o Brasil podia comemorar o fato de ter alguns dos maiores educadores do País, como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire. Embora alguns dos maiores educadores sejam brasileiros, é lamentável que tenhamos ainda um número muito grande de pessoas excluídas do processo da educação. Só no Distrito Federal, segundo matéria publicada neste domingo pelo *Correio Braziliense*, temos cerca de cento e vinte mil analfabetos. É inadmissível que num país como o nosso tenhamos ainda um número tão grande de analfabetos! Se o analfabetismo é inadmissível num mundo menos desenvolvido, o mundo em que vivemos hoje é um absurdo e mostra a injustiça de um país, porque as pessoas que não têm acesso à educação deixam de ter acesso às informações e à cidadania.

Falar em cidadania é falar do mestre Paulo Freire, por tudo que ele representou na conquista da cidadania. O nascimento de Paulo Freire, setenta e oito anos atrás, é uma data a ser comemorada por todos nós e deve ser um momento para reflexão.

A melhor maneira de fazê-lo é pensar na nossa condição de brasileiros, de pessoas que vivem em um dos países que tem a mais injusta distribuição de renda do mundo nas definições do momento presente, quando estão em jogo recursos naturais de valor incalculável como a água e os recursos genéticos.

Solicito a algum assessor do meu gabinete que distribua para todos os presentes a nossa cartilha "SOS Água". Chega a ser tão óbvia que nem é percebida a importância de se educar a geração atual do povo brasileiro para garantir a qualidade de vida das gerações futuras. Se os jovens e os adultos de agora forem bem educados, estaremos preparando os que nos sucederão para enfrentar uma sociedade que será ainda mais exigente do que a atual em termos de especialização.

Não podemos aceitar a existência de analfabetos em nossa sociedade. É preciso um mutirão para erradicar o analfabetismo. É impressionante como são atuais as teses do educador Paulo Freire. O

diálogo, o amor, os círculos de cultura preconizados. Como o método Paulo Freire, embora aplicado há tantos anos, cada vez mais mostra-se atual.

Paulo Freire foi um gênio da educação. Seu trabalho tem a genialidade das coisas simples. A simplicidade do método que propôs permite que todos aqueles que queiram trabalhar pela libertação por meio da educação possam fazê-lo nas condições em que vive essa gente pobre do terceiro mundo.

A educação proposta por Paulo Freire deve ser ancorada no mundo em que vive o alfabetizando. O alfabetizando, juntamente com os outros que partilham a mesma realidade, devem discutir o mundo que os cerca, devem refletir sobre a sua realidade, devem expressar o seu modo de ver este mundo. Nesse sentido, tudo pode ser objeto de estimulação para a discussão. Não é à toa que as salas de aula de alfabetização pelo método Paulo Freire são chamadas círculos de cultura.

Para Paulo Freire ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão. Por isso, a libertação, segundo Paulo Freire, é um parto, um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores/oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor ou oprimido, mas um homem libertando-se.

Aos olhos de Paulo Freire, ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo. A palavra-chave para entender as idéias de Paulo Freire é amor. Para entender a essência de seu método pedagógico, é diálogo. As trocas entre o homem, os outros homens e a natureza são regidas pelo diálogo. O diálogo é a essência da educação como prática da liberdade. A palavra é mais do que um meio para que o diálogo aconteça. A palavra tem duas dimensões: ação e reflexão. Essas duas dimensões estão em uma interação tão radical que, se uma das partes é sacrificada, a outra se ressentirá imediatamente.

A existência - porque humana - não pode ser muda, silenciosa, tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras com que os homens transformam o mundo, sim. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos, a fim de que eles de novo se pronunciem.

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo - que é um ato de criação e recreação - se não há amor que o infunde. Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer, de criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, o que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.

Todas estas palavras são de Paulo Freire: "Não existe diálogo, tampouco, sem esperança. A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-nos a uma eterna busca que, como já vimos, não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os homens, que é impraticável numa situação de agressão. Finalmente, não há o verdadeiro diálogo se não há, nos seus sujeitos, um pensar verdadeiro, pensar crítico, pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade".

É fundamental que nós, políticos - e este compromisso estamos assumindo em nome do Partido Socialista Brasileiro - assumamos o perfil pedagógico dos partidos políticos. Será, segundo Paulo Freire, a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, por meio de certas contradições, sua situação existencial concreta, presente,

como problema que, por sua vez, o desafia e assim lhe exige resposta, não só em nível intelectual, mas em nível de ação. É fundamental, no método Paulo Freire, no processo de alfabetização, um processo de conhecimento do mundo, de problematização do mundo, em que os problemas são levantados e a comunidade tem as condições de se organizar para, organizada, resolver esses problemas.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre nossa visão e também a dele. Temos de estar convencidos de que a visão que ele tem do mundo, a qual se manifesta nas várias formas de ação, reflete a situação em que ele se encontra no mundo.

A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer bancária ou de se pregar no deserto. Por isso mesmo, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. Os movimentos populares, ainda segundo Paulo Freire, são os momentos de educação política do povo. Na verdade, eles são os melhores momentos de criação das melhores situações para que essa educação se realize. A própria idéia da prática, segundo Paulo Freire, cabe aí. Ela é um trabalho político consciente, solidário, acompanhado sem cessar de uma persistente reflexão feita por todos.

Nós do PSB temos procurado desenvolver uma ação educativa. No momento em que fazemos esta homenagem a Paulo Freire e trazemos um grupo de alfabetizandos e alfabetizadores que trabalham com o método Paulo Freire, objetivamos que essas pessoas ocupem um espaço nesta Casa. É importante que nós aproveitemos este momento para fazer uma reflexão sobre a importância de um mutirão pela educação.

Vivemos num país que conquistou a democracia formal, mas consideramos que a democracia não se restringe ao fato de termos eleições periódicas e regulares. A democracia é muito mais do que isso. A democracia é fazer com que todos os brasileiros tenham direito à educação, à terra, a empregos e à cidadania. Enquanto tivermos milhares de pessoas desempregadas, milhares de jovens fora da escola, milhares de idosos analfabetos, não teremos uma democracia neste país; esta é a democracia que o PSB quer contribuir para consolidar, conquistar, fortalecer e construir. É por isso que estamos decididos a apoiar isso, e já vínhamos há algum tempo apoiando o projeto de alfabetização de jovens e adultos, apoiando o Cepas em Sobradinho e o Cepafre na Ceilândia. É objetivo nosso buscar recursos na iniciativa privada, no sentido de conseguir financiar os projetos populares de alfabetização coordenados pela Maria Luíza Angelim e Paulo José Ramos; enfim, todos esses projetos de educação popular que estão sendo desenvolvidos com tanta responsabilidade no Distrito Federal.

Eu gostaria de contar uma história que ocorreu recentemente em Sobradinho, no Cepac. A jovem Alexandra Maria de Jesus, que está presente a esta sessão solene, recém-formada em Magistério, teve a primeira experiência como alfabetizadora, emocionada e nervosa, como nos foi relatado, educando os próprios pais, o Sr. Alcides Inocêncio de Jesus e a Sra. Maria do Amparo de Jesus, que também estão presentes neste local.

Que conclusões podemos tirar dessa história? Que mulheres e homens analfabetos lutaram com fibra e determinação para permitir à filha o que lhes foi negado pela sociedade, tal a importância que sabem ter a educação na vida do trabalhador e do cidadão.

Eu espero que o exemplo da Alexandra seja um exemplo aos jovens desta cidade e deste País, que têm a missão e o papel de cumprir e resgatar a dignidade de nossa vida social.

Agradeço à Alexandra, ao Sr. Alcides e a Sra. Maria. Ao

agradecer-lhes, homenageio todos os presentes que compreendem a importância de se envolver no processo de alfabetização. E ao saber que estão todos envolvidos no processo de alfabetização pelo método Paulo Freire, na verdade, estão envolvidos na transformação do mundo e na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e sobretudo mais generosa.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Agradeço ao Deputado Rodrigo Rollemberg. Tenho a honra de anunciar a presença do Sr. Presidente do PSB, companheiro Gustavo Balduino; do Sr. Presidente do Cepafre, companheiro Gilberto Ribeiro do Nascimento; do Sr. Presidente da Associação dos Alunos de Baixa Renda da UnB e Coordenador do cursinho Pré-UnB, Alexandre Crispi; da Sra. Coordenadora do CEPACS, Pro^{fa}. Lélia Celestina Lopes; da Sra. Coordenadora do CEPACS, companheira Sandra do Nascimento; da Sra. Coordenadora do CEPACS, companheira Vivian Lourenço; da Sra. Coordenadora do CEPACS, da Alessandra de Jesus; da Sra. Coordenadora do Cepafre, Sueli Alves Silva; da Sra. Supervisora do Cepafre e Cláurene Lima da Silva; do Sr. Supervisor do CEPACS, José Ramos; da Sra. Observadora do CEPACS, Carla de Araújo; da Sra. Observadora do CEPACS, Venécia Brito; da Sra. Observadora do CEPACS, Luciana Elias; da Sra. Observadora do CEPACS, Maisilene Silva; do Sr. Observador do CEPACS, Adelci Marques; da Sra. Observadora do CEPACS, Inês Portela; do Sr. Alfabetizador da Fundação Educacional do Distrito Federal, Prof. Manoel Gomes; da Sra. Alfabetizanda do ACESO - Associação Comunitária da Expansão do Setor "O", Maria de Paiva; da Sra. Alfabetizanda da Aceso, Marly Ferreira de Sousa; da Sra. Alfabetizanda da Aceso, Ercília Rosa de Jesus; do Sr. Alfabetizando da Aceso, Antônio Luiz Rodrigues Silva e do Sr. Alfabetizado da Cepafre, Valdivino Ferreira da Silva.

Convido a Professora e Coordenadora Helen Neves da Silva para ministrar uma aula sobre o Método Paulo Freire de alfabetização de Jovens e Adultos.

Concedo a palavra à Pro^{fa}. Helen Neves da Silva.

(Aula demonstrativa do Método Paulo Freire de Alfabetização.)

SRA. HELEN NEVES DA SILVA - Bem, hoje foi uma aula, como eu disse no princípio, um círculo-demonstração. Normalmente, os círculos-demonstração duram de duas a duas horas e meia, os debates duram trinta minutos, os cartazes que mostramos são explorados coletivamente, individualmente e em grupos, para que todos possam trabalhar bem, lendo as sílabas.

Por último, nós entregamos a ficha de descoberta - esse último cartaz - que traz a família das palavras e serve para formar as palavras no caderno. Posteriormente, as correções são feitas no quadro. Num dia trabalha-se só a formação de palavras e no dia seguinte é feita a correção dessas palavras com a participação dos alfabetizandos.

É só.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Eu gostaria de agradecer à Pro^{fa}. Helen Neves da Silva pela aula-demonstração do Método Paulo Freire de Alfabetização de Jovens e Adultos e aos participantes dessa aula.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Centro de Alfabetização Paulo Freire, o Educador Popular Osmar de Oliveira Aguiar.

SR. OSMAR DE OLIVEIRA AGUIAR - Inicialmente, boa-noite a todos os componentes da Mesa. Na qualidade de Vice-Presidente do Centro de Alfabetização Paulo Freire, representando também o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal - GTPA/DF, citarei dados históricos do trabalho de alfabetização no Distrito Federal.

Inicialmente, esse trabalho de alfabetização de jovens e adultos começou em 1985, por iniciativa de um grupo de alunos do Mestrado em Educação da Universidade de Brasília, dentro da Escola Normal de Ceilândia, recebendo a adesão dos próprios alunos da escola. O trabalho iniciou com as turmas de alfabetização que funcionavam dentro da Escola Normal de Ceilândia e prosseguiu. Em 1986, tivemos problemas com o diretor do Complexo Escolar A de Ceilândia, que é a denominação de algumas escolas daquela área. Devido a esses problemas, esse diretor foi exonerado e o trabalho não pôde mais continuar nas escolas da Fundação Educacional em Ceilândia. A partir daí, grupos jovens, como o Jeban da Igreja Católica, assumiram o trabalho, que passou a ser realizado com grupos da sociedade civil organizada em Ceilândia.

Esse trabalho cresceu em Ceilândia e se expandiu para várias cidades do Distrito Federal, inclusive com outras iniciativas - é o caso do Paranoá, que já existia nessa época -, indo para o Gama, Pedregal, Samambaia, Santa Maria e outras. Com isso, esses grupos de alfabetização de jovens e adultos formaram um grupo único denominado Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal, hoje GTPA. Trata-se de um grupo que não tem registro, endereço ou CGC. Simplesmente é um grupo que está aí para discutir a problemática da alfabetização no Distrito Federal, propor soluções aos órgãos governamentais, ao Legislativo e Executivo, no sentido de implementar não somente uma política de alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, mas também uma estratégia e uma ação efetiva para alfabetizar jovens e adultos no Distrito Federal.

Esse grupo, que na verdade surgiu em 1989, já atuou no Executivo e Legislativo, dentro da Comissão do DF que existia no Senado. Essa atuação no Legislativo vem bem antes da formação oficial do grupo, já propondo uma política de alfabetização de jovens e adultos. Essa primeira experiência com o Legislativo serviu para o amadurecimento desse trabalho de alfabetização de jovens e adultos.

Em 1990, o GTPA realizou no Distrito Federal vários encontros de alfabetização de jovens e adultos para, justamente, discutir toda a política de alfabetização no Distrito Federal. Foram vários encontros, tanto em Ceilândia como no Gama e em outras cidades do Distrito Federal. Em 1991 e 1992, por iniciativa do GTPA, conseguimos colher algumas assinaturas e propor uma emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, a qual se tornou realidade, criando o Programa Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos no Distrito Federal, o contido no art. 225 da Lei Orgânica e no art. 45 das Disposições Transitórias da mesma Lei Orgânica. Isso é fruto de um trabalho do GTPA junto ao Legislativo, no sentido de obter uma resposta à problemática da alfabetização. Inclusive, o próprio Deputado Wasny de Roure aqui presente foi um dos Parlamentares que muito nos ajudou na aprovação dessa emenda. O GTPA, atualmente, é composto de diversos órgãos, não somente aqueles que trabalham diretamente com a alfabetização de jovens e adultos, mas também órgãos governamentais, universidades públicas e privadas, diversos tipos de associações de moradores, grêmios estudantis, DCEs, sindicatos, igrejas e associações religiosas, movimentos de educação, escolas; enfim, hoje o GTPA é um grupo amplo que conta com a participação de diversos grupos.

Durante os anos de 1985 a 1988, o GTPA atuou junto ao Governo local com diversos projetos, no sentido de conseguir apoio financeiro para a realização desse trabalho. Trabalhamos na criação e implementação do PRÓ-ALFA - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos e do FUNALFA - Fundo de Alfabetização de Jovens e Adultos para o Distrito Federal, mas até hoje não conseguimos obter uma resposta imediata com relação à efetiva questão financeira gerada pelo Funalfa. Fizemos uma pressão junto ao

Executivo local para conseguir, pelo menos, a aprovação e existência desse programa e desse fundo de alfabetização.

Hoje, temos um projeto de várias entidades que trabalham com a alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, no sentido de conseguir recursos para que possamos continuar com esse trabalho que já tem 14 anos de existência no Distrito Federal. Esse projeto envolve nove entidades - desde entidades públicas, associações, embaixadas, etc. - e esperamos a sua aprovação - faremos a seguir uma melhor exposição do que representa esse projeto - para que consigamos recursos para o GTPA.

Um dos momentos mais marcantes da história do Cepafre e GTPA foi a vinda de Paulo Freire em 1996 à cidade de Ceilândia. Conseguimos que Paulo Freire colocasse as mãos em uma placa de cimento feita pelo Sr. Valdivino, que foi alfabetizado pelo Centro de Educação Paulo Freire. Este foi um momento histórico que ficou registrado nesta placa. Hoje guardamos este material com muito carinho no Cepafre. O Sr. Valdivino Ferreira mostrará a vocês a placa que marcou este dia histórico. (Pausa.)

SR. VALDIVINO FERREIRA - Boa noite a todos! Esta é uma placa de comemoração feita em 1996 para que Paulo Freire deixasse as suas mãos marcadas. Não pensávamos que ele iria embora tão rápido. Nesta placa está registrado este dia por vários anos, porque esta placa foi feita de cimento com ferro.

Foi um prazer estar aqui apresentando esta placa a todos os senhores. (Palmas.)

Agradeço o convite da população de Ceilândia para trazer esta placa. Eu gostaria de dizer que também formei-me no Cepafre e aprendi algumas coisas, mas ainda estou estudando, é devagar que a gente chega lá. Vontade nós temos, mas a oportunidade é devagar, vocês não desistam! Confiando em Deus a gente atinge nosso objetivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. OSMAR DE OLIVEIRA AGUIAR - Então, esta é a história do GTPA. Agradecemos este espaço e esta oportunidade de mostrar o nosso trabalho. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Obrigado, Sr. Vice-Presidente do Centro de Educação Paulo Freire, Educador Popular Osmar de Oliveira Aguiar.

Concedo a palavra à Sra. Coordenadora Pedagógica do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, Prof. Maria Luíza Angelim.

SRA. MARIA LUÍZA ANGELIM - Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui, porque, mais do que palavras, o que estamos vendo é o resultado de nossas ações. Quero dizer as últimas palavras de Paulo Freire em Brasília, no ano de 1996: "O que coube a mim, talvez mais do que a outras pessoas, foi ter visto, foi ter imaginado, foi ter sonhado claramente com algumas coisas que nem todos sonhavam e nem todos estavam vendo." Se não tivesse havido a solidariedade de uma quantidade enorme e crescente de gente que confia em si mesma, de gente que quer assumir um papel sério na história da vida política deste país, se não houvesse gente assim como vocês nesta cidade, evidentemente Paulo Freire estaria esquecido ou seria convertido a um verbete de enciclopédia. Sinto-me mais do que um verbete de enciclopédia. Sinto-me gente como vocês, cheia de esperança e convencida de que posso até não ver este país mudado, mas não tenho dúvida nenhuma de que terei contribuído, com o mínimo, para a mudança deste país.

As palavras de Paulo Freire estão vivas aqui, hoje. Acredito que estamos fazendo um grande compromisso de retomar em Brasília um grande projeto que não é de "A", de "B" ou de "C", não é propriedade de ninguém e, sim, um projeto da cidadania brasileira, que provará a este país que é possível erradicar o analfabetismo, porque estamos aqui para isso.

Quando esta Casa do povo homenageia Paulo Freire, pela iniciativa do Deputado Rodrigo Rollemberg, do Partido Socialista Brasileiro, e da companheira Deputada Maninha, do Partido dos Trabalhadores, estamos diante de uma grande frente que levantará o projeto de sociedade socialista. Estamos aqui para isso.

Acredito que as minhas palavras são apenas o eco de todos nós, que acreditamos que mudaremos o País. A consulta popular não é apenas para ouvir e, sim, para fazer. Também estamos querendo nos somar a este Brasil novo, que está nascendo nas crianças silenciosas e atentas que aqui estão e nos jovens que estão aqui assumindo os seus compromissos, a exemplo da Helen, que poderia estar, neste momento, em outros afazeres, mas, no entanto, está aqui cumprindo o seu dever de estudante de uma universidade pública, exatamente com o compromisso de alfabetizar.

Cada um de vocês demonstrou aqui que trabalhar é algo que não precisamos fazer com sofrimento, mas, sim, com muito prazer, quando fazemos um trabalho consciente que liberte. É para isso que estamos aqui.

Agradeço muito porque este momento é, de fato, histórico, pois acabamos de ver aqui um pedreiro que construiu Brasília mostrar as mãos de Paulo Freire gravadas na massa por ele trabalhada e que é um aspecto físico, mas simbólico, das mãos que constroem este Brasil.

Eu queria agradecer por estar aqui com vocês e por poder confiar no Deputado Rodrigo Rollemberg e no companheiro Deputado Wasny de Roure. Estamos aqui para continuar aquilo que Paulo Freire e sua geração apenas começaram. Ele não viu o resultado, talvez eu também não o veja, mas o importante é continuarmos sempre acreditando que este país é o nosso Brasil e que vale a pena lutar por ele.

Quero também agradecer a presença do Diretor da Faculdade de Educação, onde Anísio Teixeira iniciou também esse mutirão num momento em que, no Brasil, não se acreditava que a educação podia também ter uma dimensão socialista. Anísio Teixeira faria, neste ano, 100 anos. Quero somar ao nome de Paulo Freire o nome de Anísio Teixeira, a quem muito devemos a educação deste país.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Diretor da Faculdade de Educação da UnB, Prof. Genuíno Bordignon.

SR. GENUÍNO BORDIGNON - Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Rodrigo Rollemberg; demais componentes da Mesa; Líderes comunitários e cidadãos aqui presentes, ao falar em nome da UnB, farei três destaques: o primeiro deles diz respeito ao significado da homenagem que se presta, hoje, nesta Casa a Paulo Freire.

Esta é a Casa que sintetiza as nossas angústias, os nossos anseios e os nossos desejos, que são convertidos, pela deliberação dos Deputados que nos representam, em políticas públicas.

No momento em que esta Casa, na liderança do Deputado Rodrigo Rollemberg e da Deputada Maninha, presta esta homenagem a Paulo Freire, ela sinaliza, claramente, que a educação é importante na dimensão política. Não é muito comum o meio político homenagear educadores. Parabenizo a nossa Câmara Legislativa por este ato tão importante e tão significativo para a educação brasileira e brasileira.

Em segundo lugar, quero destacar que a Universidade de Brasília, como Universidade Pública, pertence à sociedade brasileira e brasileira, pertence à cidadania de todos nós. A UnB, desde a sua origem, sob a liderança de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira e de tantos outros educadores, destacou-se pelo compromisso com a educação popular. Desde 1963, ela tem compromisso com a alfabetização. Hoje, a Faculdade de Educação, sob

a liderança da Prof. Maria Luíza Angelim, tem compromisso com a alfabetização no DF e Entorno. O Prof. Renato desenvolve um trabalho no Paranoá que, agora, está um pouco parado em função do doutorado que ele está fazendo, mas que será retomado logo. A Prof. Leila desenvolve um trabalho em São João da Aliança, e há outros professores que trabalham nos assentamentos dos sem-terra e em outras ações. Com isso, a UnB procura cumprir o seu compromisso com a educação popular.

Eu gostaria por último, e por ser mais importante, destacar a presença de todos vocês, das lideranças comunitárias que aqui estão, dos alunos dos nossos cursos de alfabetização. Vocês constroem a verdadeira cidadania deste País. A cidadania não é dada, mas conquistada. Cidadania significa emancipação e só é possível emancipar-se, ser dono do próprio nariz, quando dominamos os meios de comunicação. Na aula que a nossa aluna e uma ótima professora deu a vocês, ficou muito claro aquilo que se diz às vezes. O povo sabe, apenas tem dificuldade de comunicar o que sabe porque ele não domina as letras, a escrita e a leitura. A alfabetização é o instrumento que vocês têm para independentes, por intermédio da sabedoria de vocês. Vocês, na verdade, são os construtores da verdadeira cidadania que todos queremos, uma cidadania que não tenha excluídos, num país em que queremos que seja sempre mais justo e humano.

Fico emocionado ao ver as Lideranças e vocês todos fazendo um trabalho educativo tão importante e fundamental. Há muito a ser ensinado às universidades. Espero que Paulo Freire, que ilumina nosso trabalho pedagógico na Faculdade de Educação, continue onde está, iluminando a todos nós na construção dessa cidadania.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Ao encerrar essa sessão solene de homenagem ao aniversário de nascimento do educador e Cidadão Honorário de Brasília *pos mortem*, Prof. Paulo Freire, eu gostaria de cumprimentar o Líder do PSB e um dos autores do requerimento que propiciou a realização desta sessão, Deputado Rodrigo Rollemberg; o Sr. Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Prof. Genuíno Bordignon; a Sra. Coordenadora Pedagógica do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos do Distrito Federal e Entorno da Faculdade de Educação da UnB, Prof. Maria Luíza Angelim; a Coordenadora do GTPA/DF - Paranoá, Sra. Maria Creuza Evangelista de Aquino; e o companheiro e Vice-Presidente do Centro de Educação Paulo Freire, Sr. Osmar de Oliveira Aguiar.

Senhoras e senhores presentes a esta sessão, sinto-me bastante à vontade para dizer algumas palavras, neste instante em que a Câmara Legislativa do Distrito Federal rende mais uma homenagem à memória deste educador que orgulha a todos nós brasileiros: Paulo Freire.

O Deputado Rodrigo Rollemberg e a Deputada Maninha foram bastante felizes pela iniciativa de promover esta sessão solene voltada para a lembrança desse emérito educador, no transcurso dos 78 anos de seu nascimento, ontem, dia 19 de setembro.

Paulo Freire, sem dúvida, pertence ao Brasil como agente do acontecer histórico, tal a contribuição que deu ao País, principalmente no campo da educação, desenvolvendo um trabalho que se tornou conhecido e aplaudido no mundo inteiro.

Quero destacar, também, dois momentos da vida de Paulo Freire que têm especial vinculação com o Distrito Federal. O primeiro é que ele foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, agremiação política de forte expressão na Capital do País; o outro destaque reside no fato de esta Casa haver concedido a ele o título de Cidadão Honorário de Brasília, *acatando* proposta de nossa autoria.

Falar sobre Paulo Freire - sua vida e sua obra - nos obrigaria a ocupar um espaço de tempo por demais longo, se quiséssemos guardar fidelidade à sua edificante e invejável produção em favor não apenas do Brasil e do povo brasileiro, mas em benefício de vários outros povos e países que tiveram a felicidade e o privilégio de conhecer sua obra genial.

Assim, contento-me em registrar, sob o testemunho honroso de todos os presentes, que este evento encarna a verdade do provérbio bíblico que diz: "a memória do justo é abençoada". Como também é uma consideração indubitável ao pronunciamento há pouco feito pelo nobre colega Deputado Rodrigo Rollemberg, e pelos três companheiros que estão coordenando este trabalho: Prof. Genuino Bordignon, Profª Maria Angelim e companheiro Osmar de Oliveira Aguiar, como também cada um dos companheiros coordenadores dos centros de alfabetização.

É a lição de merecimento e de justiça que esta Casa promove, nesta oportunidade, aos nos fazer recordar, com saudade, a vida e a obra do grande educador Paulo Freire, Cidadão Honorário de Brasília e, por que não dizer Cidadão do Mundo.

Ao encerrar esta solenidade, anunciamos a presença do Sr. Ambrósio, Diretor de Divulgação de Imprensa do Cepas.

Convido a todos para, juntos, entoarmos o Hino a Brasília.

(Hino a Brasília.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 22h01min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 93ª
(NONAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 21 DE SETEMBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Edimar Pireneus.

SECRETARIA: Deputados Renato Rainha e Wasny de Roure.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 11 horas e 40 minutos.

TÉRMINO: 12 horas e 24 minutos.

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|----------------------------|-----------------------|
| • Agrício Braga (PL) | • Lucia Carvalho (PT) |
| • Aguinaldo de Jesus (PFL) | • Maninha (PT) |
| • Alirio Neto (PPS) | • Paulo Tadeu (PT) |
| • Anilcéia Machado (PSDB) | • Rajão (PSDB) |
| • Benício Tavares (PTB) | • Renato Rainha (PL) |

- | | |
|-------------------------|----------------------------|
| • César Lacerda (PTB) | • Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| • Chico Floresta (PT) | • Silvio Linhares (PMDB) |
| • Daniel Marques (PMDB) | • Tático (PSC) |
| • Gim (PFL) | • Wasny de Roure (PT) |
| • João de Deus (PDT) | • Wilson Lima (PSD) |
| • Jorge Cauhy (PMDB) | • Xavier (PPB) |
| • José Edmar (PMDB) | • Edimar Pireneus (PMDB) |

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Apreciação da redação final Projeto de Lei nº 2.405, de 1996, de autoria dos Deputados Luiz Estevão e Edimar Pireneus, que "Destina área para uso misto, residência e comércio na Vila São José, em Brasília - RA IV". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(2º) Discussão, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 2: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei Complementar nº 324, de 1997, de autoria do Deputado José Edmar, que "Dispõe sobre a construção de calçadão no Conjunto Habitacional Lúcio Costa - RA X".

ITEM 3: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.427, de 1996, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Ressocialização de Presidiário, através da exibição de vídeos em circuito fechado de televisão, denominado 'Circuito Educativo', no âmbito do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, e dá outras providências".

ITEM 4: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.082, de 1996, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Autoriza o Poder Executivo a construir uma torre de transmissão de sinais de TV para a área da Fercal - RA V".

ITEM 5: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 3.953, de 1998, de autoria da Deputada Maninha, que "Institui no Distrito Federal o Dia do Adolescente e dá outras providências".

ITEM 6: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 731, de 1995, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Dispõe sobre o Programa Integrado de Controle do Uso dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (PRÓ-ÁGUA), sobre a produção e os padrões de qualidade da água para abastecimento público e comercialização".

ITEM 7: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.671, de 1996, de autoria do Deputado Daniel Marques, que "Dispõe sobre a criação do espaço cultural Morro da Capelinha, na fazenda Mestre D'Armas, destinado à encenação da Via Sacra ao vivo, de Planaltina-DF, e dá outras providências".

ITEM 8: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Diocesano Dom Luiz Fernando Castillo Méndez".

ITEM 9: Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao iatista Lars Graef".

DISCUTIDOS.

(3º) Discussão, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 10: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 2.657, de 1997**, de autoria do Deputado Xavier, que "Dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos e dá outras providências".

ITEM 11: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei Complementar nº 540, de 1998**, de autoria do Deputado Odilon Aires, que "Dispõe sobre a destinação de lote de terreno urbano em Ceilândia - RA IX para o ministério da Assistência Social Unidas a Cristo (MINASUC) e dá outras providências".

ITEM 12: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 3.134, de 1997**, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Institui programa de incentivo profissional dos servidores da área de segurança pública e dá outras providências".

ITEM 13: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 3.203, de 1997**, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Institui a data oficial de criação da Região Administrativa do Lago Sul".

ITEM 14: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 1998**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Gregori".

ITEM 15: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 1998**, de autoria dos Deputados Peniel Pacheco e João de Deus, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília a Wagner Ulisses Costa Netto de Souza".

DISCUTIDOS.

(4º) **ITEM 17:** Discussão e votação das **Moções**:

Nº 1.226, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Parabeniza a atleta Rebeca Gusmão pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg - Canadá".

Nº 1.227, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Parabeniza a atleta Flávia Faria pela conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg - Canadá".

Nº 1.228, de 1999, de autoria do Deputado José Edmar, que "Reivindica ao Poder Executivo a imediata regulamentação de dispositivos da Lei nº 1.713/97 sobre administração das superquadras por prefeituras".

Nº 1.229, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Reivindica da Secretária de Habitação e do Desenvolvimento Urbano e do Presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (IDHAB) providências no sentido de solucionar problemas na legalização de lotes na Quadra 300 do Recanto das Emas - RA XV".

Nº 1.230, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Reivindica do Administrador Regional do Recanto das Emas - RA XV providências no sentido de determinar a destinação de área pública para instalação de hortas comunitárias naquela comunidade, conforme previsto na Lei nº 288, de 3 de julho de 1992".

Nº 1.231, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Reivindica da Secretária de Educação do Governo do Distrito Federal providências no sentido de construir uma Escola na Quadra 300 do Recanto das Emas - RA XV".

Nº 1.232, de 1999, de autoria do Deputado José Edmar, que "Reivindica ao Conselho de Administração do SEBRAE/DF o funcionamento dos *Balcões SEBRAE* em horário integral de atendimento".

Nº 1.233, de 1999, de autoria do Deputado João de Deus, que "Reivindica providências à Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal no sentido de as próximas *micarecandangas* serem realizadas no Autódromo Nelson Piquet".

Nº 1.234, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a revitalização do Conselho de Segurança do Gama, de Santa Maria e do Recanto das Emas".

Nº 1.235, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a revitalização do Conselho de Educação do Gama, de Santa Maria e do Recanto das Emas".

Nº 1.236, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a revitalização do Conselho de Saúde do Gama, de Santa Maria e do Recanto das Emas".

Nº 1.237, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica horário específico na rede hospitalar do Distrito Federal para o exame preventivo de pessoas com idade superior a cinquenta anos".

Nº 1.238, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica o aumento do número de médicos no Hospital Regional do Gama para corrigir distorções no atendimento à população".

Nº 1.239, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica horários mais adequados para os exames de ecografia no Hospital do Gama".

Nº 1.240, de 1999, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "Reivindica ao Administrador Regional do Lago Norte - RA XVIII providências no sentido de construir um estacionamento público defronte à Igreja Batista situada na QI 13, bem como promover o calçamento da área contígua ao estacionamento".

Nº 1.241, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à instalação de redutores de velocidade na BR-020, nas proximidades do Condomínio Império dos Nobres, Região Administrativa de Sobradinho - RA V".

Nº 1.242, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal para que a representação administrativa do Pólo de Cinema tenha o seu funcionamento transferido para a sede localizada em Sobradinho - RA V".

Nº 1.243, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à elaboração e efetivação de projeto viário ao longo da rodovia BR-020, compreendendo o trecho entre o Balão do Colorado e a Quadra 18 da Região Administrativa de Sobradinho - RA-V".

Nº 1.244, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica providências à Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal para que adote as medidas necessárias com a maior urgência, para conter a onda de assaltos e violência que os moradores do Setor QNA em Taguatinga vêm sofrendo regularmente".

Nº 1.245, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEMATEC) a implantação do serviço de coleta de lixo na Vila Estrutural, às margens da DF - 095 EPCL".

Nº 1.246, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Saúde do Distrito Federal providências para a criação e construção de um posto de atendimento ao portador de epilepsia, nas regiões administrativas do Distrito Federal".

Nº 1.247, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao diretor-presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) a interligação de rede de águas pluviais a partir da QNG 2 a 27 em Taguatinga".

Nº 1.248, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Reivindica providências ao Governo do Distrito Federal para a urbanização do Setor Terminal Norte".

Nº 1.249, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Reivindica providências ao Governo do Distrito Federal para a implantação de iluminação nas áreas externas e internas do Hospital Regional de Taguatinga".

Nº 1.250, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Reivindica providências ao Governo do Distrito Federal para o asfaltamento das ruas do Conjunto 10 da AR 19, em Sobradinho II, na Região Administrativa de Sobradinho".

Nº 1.251, de 1999, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Parabeniza o atleta Felipe Reis pela conquista da medalha de bronze na maratona promovida pelo Correio Braziliense".

Nº 1.252, de 1999, de autoria da Deputada Maninha, que "Solicita ao Ministério da Previdência providências para melhoria do atendimento no Posto do Instituto Nacional de Seguro Social em Taguatinga - DF".

Nº 1.253, de 1999, de autoria da Deputada Maninha, que "Protesta junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, em face das arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais sem terra, acampados na fazenda Santa Rita, em São Bento do Una".

Nº 1.254, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Reivindica à Secretaria de Segurança Pública um ostensivo policiamento no Setor de Abastecimento e Armazenagem Norte (SAAN) na Região Administrativa de Brasília - RAI".

Nº 1.255, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Reivindica à Secretaria de Segurança Pública um ostensivo policiamento nas Quadras 801/802 do Recanto das Emas - RA IX".

Nº 1.256, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Reivindica à Secretaria de Saúde a adoção de providências alternativas que viabilizem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal às pessoas que dele necessitarem".

Nº 1.257, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a revitalização e reforma do Parque Ecológico do Gama".

Nº 1.258, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a implantação imediata da Escola Classe e da Escola de 2º Grau da Quadra QC-06, do Riacho Fundo II".

Nº 1.259, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Sugere à Secretaria de Obras o uso da estrutura metálica da Rodoviária Provisória do Plano Piloto na cobertura da Feira do Setor 10 do Metrô".

Nº 1.260, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a construção de um estacionamento asfaltado na Escola Classe 18, da Q. 5, Conj. D".

Nº 1.261, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a construção de um posto para o CIRETRAN, próximo à SLU/CEB, no Gama".

Nº 1.262, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a ampliação e melhoria da malha asfáltica da cidade do Gama".

Nº 1.263, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Reivindica a pavimentação da DF-475, que liga o Gama à Ponte Alta Norte".

Nº 1.264, de 1999, de autoria do Deputado Xavier, que "Reivindica ao Secretário de Transportes a implantação de uma linha de transporte coletivo entre as Quadras 100 e 300 da Região Administrativa de Samambaia - RA XII".

Nº 1.265, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Reivindica à Companhia Energética de Brasília (CEB) a implantação da rede de energia elétrica nos Conjuntos F1, P, Q, R e S da QE 42 e Conjuntos D1 e X da QE 44, no Guarã II".

Nº 1.266, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Reivindica à Companhia de Água e Esgoto de Brasília (CAESB) a implantação da rede de fornecimento de água e da rede de captação de esgotos nos Conjuntos F1, P, Q, R e S da QE 42 e Conjuntos D1 e X da QE 44, no Guarã II".

Nº 1.267, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Reivindica à Secretaria de Obras do Distrito Federal a pavimentação asfáltica dos Conjuntos F1, P, Q, R e S da QE 42 e Conjuntos D1 e X da QE 44, no Guarã II".

Nº 1.268, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Obras do Distrito Federal a criação de áreas de lazer em diversos setores da cidade de Santa Maria".

Nº 1.269, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Obras do Distrito Federal a criação e implantação de uma quadra polivalente de esportes no Setor QNN 40 em Ceilândia".

Nº 1.270, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Cultura do Distrito Federal a criação de um Quadro de Cadastramento de Artistas do Distrito Federal".

Nº 1.271, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal providências no sentido de que seja intensificado o policiamento da Região Administrativa da cidade de Candangolândia".

Nº 1.272, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal a implantação de um posto policial no Setor QNR na cidade de Ceilândia".

Nº 1.273, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Saúde do Distrito Federal a implantação de posto de saúde no setor QNR na cidade de Ceilândia".

Nº 1.274, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica à Secretária de Educação do Distrito Federal providências no sentido de que seja reformado o auditório do Centro de Ensino nº 1 da cidade do Cruzeiro".

Nº 1.275, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Obras do Distrito Federal a criação de áreas de lazer em diversos setores da cidade de Santa Maria".

Nº 1.276, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal a regularização dos imóveis dos mutuários residentes nos Conjuntos L, M, N e O e os lotes de 25 a 52 do conjunto K da QE 38 - Guarã II, Região Administrativa do Guarã".

Nº 1.277, de 1999, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras do Distrito Federal no sentido de proceder à pavimentação asfáltica do trecho de ligação do núcleo Rural Almecegas até a ligação com a rodovia DF-205, Região Administrativa de Brazlândia – RA IV".

Nº 1.278, de 1999, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "Reivindica ao Governador Joaquim Domingos Roriz providências urgentes quanto à superlotação carcerária do Núcleo de Custódia de Brasília (NCB) e do Centro de Internamento e Reeducação (CIR), que está pondo em risco a integridade física e psíquica dos agentes penitenciários, policiais militares e detentos".

Nº 1.280, de 1999, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "Reivindica providências ao Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER/DF) quanto à colocação de abrigos de ônibus no trecho compreendido entre a Rodovia DF-170 e a DF 205 – Núcleo Rural Almecegas e Núcleo Rural Veredinha - Região Administrativa de Brazlândia – RA IV".

Nº 1.281, de 1999, de autoria do Deputado Anilcéia Machado, que "Elogia os prefeitos de quadra pelos relevantes serviços prestados à comunidade como intermediários e coordenadores das reivindicações dos moradores ao Poder Público".

Nº 1.282, de 1999, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Reivindica providências ao Governador do Estado de Goiás quanto à promoção de melhorias no serviço de segurança pública prestado à comunidade do Município do Novo Gama".

Nº 1.283, de 1999, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Reivindica providências ao Prefeito Municipal do Novo Gama quanto à promoção de melhorias no serviço de segurança pública prestado à comunidade do Município".

Nº 1.284, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para a conclusão asfáltica e colocação de meios-fios em todos os conjuntos da quadra QNN 10 da Guararoba, na Região Administrativa de Ceilândia".

Nº 1.285, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Reivindica providências ao DETRAN/DF para a implantação de faixa para travessia de pedestres na Avenida Hélio Prates, em frente à Igreja Assembléia de Deus - QNJ, na Região Administrativa de Taguatinga".

Nº 1.286, de 1999, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Formula cumprimentos à Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Brasília, congregação da Asa Norte, pela comemoração do 20º aniversário do Círculo de Oração".

Nº 1.287, de 1999, de autoria do Deputado Xavier, que "Reivindica à Secretaria de Obras do Distrito Federal a construção de calçadas ao longo da Avenida Via Leste em Ceilândia Norte, na Região Administrativa de Ceilândia - RA IX".

Nº 1.288, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à realização de reformas no Estádio Augustinho Lima, localizado na Região Administrativa do Sobradinho - RA V".

Nº 1.289, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à colocação de placas de sinalização e endereçamento na área rural da Região Administrativa de Sobradinho - RA V".

Nº 1.290, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Reivindica providências ao Poder Executivo do Distrito Federal para a reativação do posto de atendimento da Agência Pública de Emprego e Cidadania (APEC), na Região Administrativa do Sobradinho - RA V".

Nº 1.291, de 1999, de autoria do Deputado João de Deus, que "Sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal no sentido de que os alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal assistam a julgamento de detentos no Tribunal do Júri".

Nº 1.292, de 1999, de autoria de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Administração Regional de Taguatinga para construir a Praça de Esportes nas entrequadras QNB 15-16".

Nº 1.293, de 1999, de autoria de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências ao Departamento de Estradas de Rodagens do Distrito Federal (DER) para a construção de uma passarela para pedestres na rodovia DF-085, na altura do acesso entre o Setor Sudoeste e o Parque da Cidade".

Nº 1.294, de 1999, de autoria de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para recapear a manta asfáltica da rodovia DF-003, no trecho compreendido entre o balão do Torto e o Núcleo Bandeirante".

Nº 1.295, de 1999, de autoria de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-085 e o acesso ao Setor Lúcio Costa, no Guarã I".

Nº 1.296, de 1999, de autoria de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-085 e a saída do Parque da Cidade, em frente ao acesso ao Setor Sudoeste".

Nº 1.297, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-003 e a rua de acesso ao Setor Octogonal, no Cruzeiro".

Nº 1.298, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre as rodovias DF-051 e a rua de acesso à L2 Sul, em frente ao acampamento da Telebrasil".

Nº 1.299, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre as rodovias BR-040 e DF-290, entrada para o Gama e Santa Maria".

Nº 1.300, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia DF-003, na altura do acesso à UNIPAZ, no setor Park Way".

Nº 1.301, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia DF-003, no acesso ao setor central de Candangolândia".

Nº 1.302, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-025 e a rua de acesso à QI 15 do Lago Sul, próximo ao Instituto Dom Orione".

Nº 1.303, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia BR-060, no acesso ao setor central de Samambaia".

Nº 1.304, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto na Estrada Parque Taguatinga (rodovia DF-085), no acesso ao Setor de Mansões Park Way".

Nº 1.305, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto na Estrada Parque Ceilândia (rodovia DF-095), na altura do posto da polícia militar rodoviária".

Nº 1.306, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia DF-003, no cruzamento com o eixo monumental, em frente à Rodoferroviária".

Nº 1.307, de 1999, de autoria da bancada do PT, que "Reivindica providências à Secretaria de Segurança Pública do DF para construir e manter um posto policial na praça das entrequadras QNB 15-16, em Taguatinga".

Nº 1.308, de 1999, de autoria da Deputada Maninha, que "Protesta junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará contra o resultado do julgamento dos envolvidos no massacre dos Carajás".

Nº 1.309, de 1999, de autoria da Deputada Maninha, que "Reivindica ao Poder Executivo providências para melhoria do acesso ao Parancá para veículos que transitam pela DF-015".

Nº 1.310, de 1999, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Formula voto de pesar pelo falecimento do jornalista Esau Afonso de Carvalho, no dia 23 de agosto de 1999".

Nº 1.311, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Sugere ao Sr. Secretário de Segurança Pública a urgente ampliação do complexo penitenciário do CIR E NCB / SSP / DF".

Nº 1.312, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Obras do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, a urgente colocação da rede de água e esgoto nas Quadras 45, 46, 47 e 48 da vila São José, Brazlândia – RA IV".

Nº 1.313, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Obras do Distrito Federal o urgente asfaltamento da expansão do Setor Residencial Leste, Planaltina - RA VI".

Nº 1.314, de 1999, de autoria do Deputado Alirio Neto, que "Reivindica ao Secretário de Transportes do Distrito Federal a implantação de linhas para circulação de transportes coletivos que façam ligação entre o setor P-Sul da cidade de Ceilândia e a cidade do Guará".

Nº 1.315, de 1999, de autoria da Deputada Maninha, que "Reivindica ao Poder Executivo o recapeamento asfáltico da DF-005, Estrada Parque Paranoá, no trecho entre o Varjão e o balão de acesso ao Paranoá".

Nº 1.411, de 1999, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Reivindica ao Governador do Distrito Federal o envio à Câmara Legislativa do Distrito Federal de projeto de lei que 'Cria a Gratificação de Risco e Dedicação devida aos agentes e inspetores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN)'".

Obs.: Em tramitação conjunta com a **Moção nº 1.439, de 1999**, de autoria do Deputado Xavier, que "Reivindica ao Poder Executivo que encaminhe a esta Casa Legislativa projeto de lei que 'Cria a Gratificação de Risco e Dedicação Exclusiva para os agentes e inspetores de trânsito da carreira de atividade de trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal'".

Nº 1.438, de 1999, de autoria da Deputada Maninha, que "Reivindica ao Congresso Nacional urgência na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 169-B, de 1993, que prevê recursos para manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS)".

APROVADAS com 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos

Convido o Deputado Renato Rainha a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de quorum.

(Procede-se à verificação de quorum)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☒ Ordinária
☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data 21/10/99
Horário 11:45

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRICIO BRAGA - PL	X		
AGUINALDO DE JESUS - PFL		X	
ALÍRIO NETO - PPS	X		
ANILCEIA MACHADO - PSDB	X		
BENÍCIO TAVARES - PTB		X	
CÉSAR LACERDA - PTB		X	
CHICO FLORESTA - PT	X		
DANIEL MARQUES - PMDB	X		
JORGE CAUHY - PMDB	X		
JOÃO DE DEUS - PDT		X	
GIM ARGELLO - PFL		X	
JOSÉ EDMAR - PMDB	X		
JOSÉ RAJÃO - PSDB		X	
JOSE TATICO - PSC	X		
LUCIA CARVALHO - PT		X	
MANINHA - PT	X		
PAULO TADEU - PT		X	
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB		X	
RENATO RAINHA - PL	X		
SILVIO LINHARES - PMDB		X	
XAVIER - PPB	X		
WASNY DE ROURE - PT		X	
WILSON LIMA - PSD	X		
EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X		
TOTAL	13	1	

Secretário

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista o adiantado da hora e em respeito aos servidores do Detran que estão presentes, solicito a V.Exa. que inclua a Moção nº 1.411 na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) – Acalo a solicitação de V.Exa.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

"Apreciação da redação final do Projeto de Lei nº 2.405, de 1996, que 'destina área para uso misto, residência e comércio na Vila São José em Brazlândia - RA IV'.

Autores: Deputados Luiz Estevão e Edimar Pireneus.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento, estou protocolando uma moção que diz respeito à aprovação da Emenda Constitucional nº 169, que prevê recursos para manutenção do Sistema Único de Saúde em nosso país.

Amanhã, haverá a Marcha Nacional pela Saúde. O porquê dessa marcha é que estamos presenciando, neste momento, dentro do orçamento da União, um corte violento das verbas destinadas à manutenção da saúde. Hoje, o Brasil é conhecido como o país da doença, dos desdentados e da desnutrição. Por isso, lideranças nacionais, deputados, senadores, presidentes de entidades, sindicatos, confederações e a Central Única dos Trabalhadores estão se dirigindo a Brasília para participar da grande Marcha Nacional em defesa da saúde que acontecerá amanhã, a partir das 10h da manhã.

Eu gostaria de estender esse convite a todos os Deputados desta Casa e protocolar essa moção, reivindicando o apoio desta Casa para uma questão tão importante, que é a saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) – Discussão, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM Nº 2

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei Complementar nº 324, de 1997, que 'dispõe sobre a construção de calçadão no Conjunto Habitacional Lúcio Costa - RA X'.

Autor: Deputado José Edmar

Relatores: Deputado Manoelzinho - CCJ

Deputado César Lacerda - CAS*

ITEM Nº 3

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.427, de 1996, que 'dispõe sobre a criação do Programa de Ressocialização de Presidiário, através de exibição de vídeos, em circuito fechado de televisão, denominado *Circuito Educativo*, no âmbito do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, e dá outras providências'.

Autor: Deputado César Lacerda

Relatores: Deputado João de Deus - CCJ

Deputado Benício Tavares - CAS*

ITEM Nº 4

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.082, de 1996, que 'autoriza o Poder Executivo a construir uma torre de transmissão de sinais de TV para a área da Fercal - RA V'.

Autor: Deputado Benício Tavares

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ

Deputado Odilon Aires - CEOF

Deputado César Lacerda - CAS*

ITEM Nº 5

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 3.953, de 1998, que 'institui no Distrito Federal o Dia do Adolescente, e dá outras providências'.

Autora: Deputada Maninha

Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ

Deputado Jorge Cauhy - CAS*

ITEM Nº 6

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 731, de 1995, que 'dispõe sobre o Programa Integrado de Controle do Uso dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - PRÓ-ÁGUA sobre a produção e os padrões de qualidade da água para abastecimento público e comercialização'.

Autor: Deputado Edimar Pireneus

Relator: Deputado Xavier - CCJ

Deputado Manoelzinho - CAS*

ITEM Nº 7

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.671, de 1996, que 'dispõe sobre a criação do espaço cultural - Morro da Capelinha na fazenda Mestre D'Armas, destinado a encenação da Via Sacra ao vivo, de Planaltina - DF e dá outras providências'.

Autor: Deputado Daniel Marques

Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ

Deputado Odilon Aires - CEOF

Deputado César Lacerda - CAS*

ITEM Nº 8

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1999, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Diocesano Dom Luiz Fernando Castillo Méndez'.

Autor: Deputado Gim Argello

Relator: Deputado Wilson Lima - CCJ*

ITEM Nº 9

"Discussão, em 2º turno, 1º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1999, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao iatista Lars Graef'.

Autor: Deputado Wilson Lima

Relatora: Deputada Anilcéia Machado - CCJ*

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os projetos seguem a tramitação regimental.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM Nº 10

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.657, de 1997, que 'dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos e dá outras providências'.

Autor: Deputado Xavier

Relatores: Deputado Geraldo Magela - CCJ

Deputado Benício Tavares - CAS*

ITEM Nº 11

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei Complementar nº 540, de 1998, que 'dispõe sobre a destinação de lote de terreno urbano em Ceilândia, RA IX, para o Ministério da Assistência Social Unidas a Cristo - MINASUC, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Odilon Aires
Relatores: Deputado Geraldo Magela - CCJ
Deputado Tatico - CAS"

ITEM Nº 12

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 3.134, de 1997, que 'institui programa de incentivo profissional dos servidores da área de segurança pública e dá outras providências'.

Autor: Deputado Edimar Pireneus
Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado César Lacerda - CAS"

ITEM Nº 13

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 3.203, de 1997, que 'institui a data oficial de criação da Região Administrativa do Lago Sul'.

Autor: Deputado César Lacerda
Relatores: Deputado Manoelzinho - CCJ
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 14

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 1998, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Gregori'.

Autor: Deputado José Edmar
Relator: Deputado Wilson Lima - CCJ"

ITEM Nº 15

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 1998, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Wagner Ulisses Costa Netto de Souza'.

Autores: Deputado Peniel Pacheco e
Deputado João de Deus
Relator: Deputado Wilson Lima - CCJ"

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os projetos seguem a tramitação regimental.

Item nº 17:

"Discussão e votação das Moções nos. 1.226, 1.227, 1.228, 1.229, 1.230, 1.231, 1.232, 1.233, 1.234, 1.235, 1.236, 1.237, 1.238, 1.239, 1.240, 1.241, 1.242, 1.243, 1.244, 1.245, 1.246, 1.247, 1.248, 1.249, 1.250, 1.251, 1.252, 1.253, 1.254, 1.255, 1.256, 1.257, 1.258, 1.259, 1.260, 1.261, 1.262, 1.263, 1.264, 1.265, 1.266, 1.267, 1.268, 1.269, 1.270, 1.271, 1.272, 1.273, 1.274, 1.275, 1.276, 1.277, 1.278, 1.279, 1.280, 1.281, 1.282, 1.283, 1.284, 1.285, 1.286, 1.287, 1.288, 1.289, 1.290, 1.291, 1.292, 1.293, 1.294, 1.295, 1.296, 1.297, 1.298, 1.299, 1.300, 1.301, 1.302, 1.303, 1.304, 1.305, 1.306, 1.307, 1.308, 1.309, 1.310, 1.311, 1.312, 1.313, 1.314, 1.315, 1.411 e 1.438, de 1999.

Mo. nº 1.226, de 1999 - 'parabeniza a atleta Rebeca Gusmão pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg - Canadá.'

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg

Mo. nº 1.227, de 1999 - 'parabeniza a atleta Flávia Faria pela conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg - Canadá.'

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg

Mo. nº 1.228, de 1999 - 'reivindica ao Poder Executivo a imediata regulamentação de dispositivos da Lei nº 1.713/97, sobre administração das superquadras por prefeituras.'

Autor: Deputado José Edmar

Mo. nº 1.229, de 1999 - 'reivindica à Excelentíssima Senhora Secretária de Habitação e do Desenvolvimento Urbano e ao Presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB, providências no sentido de solucionar problemas na legalização de lotes na Quadra 300 do Recanto das Emas - RA XV.'

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg

Mo. nº 1.230, de 1999 - 'reivindica ao Senhor Administrador Regional do Recanto das Emas - RA XV, providências no sentido de determinar a destinação de área pública para instalação de hortas comunitárias naquela comunidade, conforme previsto na Lei nº 288, de 3 de julho de 1992.'

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg

Mo. nº 1.231, de 1999 - 'reivindica à Excelentíssima Senhora Secretária de Educação do Governo do Distrito Federal providências no sentido de construir uma Escola na Quadra 300 do Recanto das Emas - RA XV.'

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg

Mo. nº 1.232, de 1999 - 'reivindica ao Conselho de Administração do SEBRAE/DF o funcionamento dos Balcões SEBRAE em horário integral de atendimento.'

Autor: Deputado José Edmar

Mo. nº 1.233, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal, no sentido das próximas micarecandangas serem realizadas no Autódromo Nelson Piquet.'

Autor: Deputado João de Deus

Mo. nº 1.234, de 1999 - 'reivindica a revitalização do Conselho de Segurança do Gama, de Santa Maria e do Recanto das Emas.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.235, de 1999 - 'reivindica a revitalização do Conselho de Educação do Gama, de Santa Maria e do Recanto das Emas.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.236, de 1999 - 'reivindica a revitalização do Conselho de Saúde do Gama, de Santa Maria e do Recanto das Emas.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.237, de 1999 - 'reivindica horário específico na rede hospitalar do Distrito Federal para o exame preventivo de pessoas com idade superior a 50 anos.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.238, de 1999 - 'reivindica o aumento do número de médicos no Hospital Regional do Gama para corrigir distorções no atendimento à população.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.239, de 1999 - 'reivindica horários mais adequados para os exames de ecografia no Hospital do Gama.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.240, de 1999 - 'reivindica ao Senhor Administrador Regional do Lago Norte - RA XVIII, providências no sentido de construir um estacionamento público defronte à Igreja Batista situada na QI 13, bem como promover o calçamento da área contígua ao estacionamento.'

Autor: Deputado Agrício Braga

Mo. nº 1.241, de 1999 – 'reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à instalação de redutores de velocidade na BR-020, nas proximidades do Condomínio Império dos Nobres, Região Administrativa de Sobradinho – RA V.'

Autora: Deputada Anilcéia Machado

Mo. nº 1.242, de 1999 – 'reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal para que a representação administrativa do Pólo de Cinema tenha o seu funcionamento transferido para a sede localizada em Sobradinho – RA V.'

Autora: Deputada Anilcéia Machado

Mo. nº 1.243, de 1999 – 'reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à elaboração e efetivação de projeto viário ao longo da rodovia BR-020, compreendendo o trecho entre o Balão do Colorado e a Quadra 18 da Região Administrativa de Sobradinho – RA V.'

Autor: Deputado Gim Argello

Mo. nº 1.244, de 1999 – 'reivindica providências junto à Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal para que adote as medidas necessárias com a maior urgência, para conter a onda de assaltos e violência que os moradores do Setor QNA em Taguatinga vêm sofrendo regularmente.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.245, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SEMATEC, a implantação do serviço de coleta de lixo na Vila Estrutural, às margens da DF – 095 EPCL.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.246, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal providências para a criação e construção de um Posto de Atendimento ao portador de epilepsia nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.247, de 1999 – 'reivindica ao Sr. Diretor –Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, a interligação de rede de águas pluviais a partir da QNG 2 a 27 em Taguatinga.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.248, de 1999 – 'reivindica providências junto ao Governo do Distrito Federal para a urbanização do Setor Terminal Norte.'

Autor: Deputado Gim Argello

Mo. nº 1.249, de 1999 – 'reivindica providências junto ao Governo do Distrito Federal para a implantação de iluminação nas áreas externas e internas do Hospital Regional de Taguatinga.'

Autor: Deputado Gim Argello

Mo. nº 1.250, de 1999 – 'reivindica providências junto ao Governo do Distrito Federal para o asfaltamento das ruas do Conjunto 10 da AR 19, em Sobradinho II, na Região Administrativa de Sobradinho.'

Autor: Deputado Gim Argello

Mo. nº 1.251, de 1999 – 'parabeniza o atleta Felipe Reis pela conquista da medalha de bronze, na maratona promovida pelo *Correio Brasileiro*.'

Autor: Deputado Wasny de Roure

Mo. nº 1.252, de 1999 – 'solicita ao Ministério da Previdência providências para melhoria do atendimento no Posto do Instituto Nacional de Seguro Social em Taguatinga - DF.'

Autora: Deputada Maninha

Mo. nº 1.253, de 1999 – 'protesta ao Tribunal de Justiça de

Pernambuco em face das arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais sem-terra acampados na fazenda Santa Rita, em São Bento do Una.'

Autora: Deputada Maninha

Mo. nº 1.254, de 1999 – 'reivindica à Secretaria de Segurança Pública um ostensivo policiamento no Setor de Abastecimento e Armazenagem Norte - SAAN, na Região Administrativa de Brasília - RA I.'

Autor: Deputado Jorge Cauhy

Mo. nº 1.255, de 1999 – 'reivindica à Secretaria de Segurança Pública um ostensivo policiamento nas Quadras 801/802 do Recanto das Emas – RA IX.'

Autor: Deputado Jorge Cauhy

Mo. nº 1.256, de 1999 – 'reivindica à Secretaria de Saúde a adoção de providências alternativas que viabilizem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal às pessoas que dele necessitarem.'

Autor: Deputado Chico Floresta

Mo. nº 1.257, de 1999 – 'reivindica a revitalização e reforma do Parque Ecológico do Gama.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.258, de 1999 – 'reivindica a implantação imediata da Escola Classe e da Escola de 2º Grau da Quadra QC-06, do Riacho Fundo II.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.259, de 1999 – 'sugere à Secretaria de Obras o uso da estrutura metálica da Rodoviária Provisória do Plano Piloto na cobertura da Feira do Setor 10 do Metrô.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.260, de 1999 – 'reivindica a construção de um estacionamento asfaltado na Escola Classe 18, da Q. 05, Conj. D.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.261, de 1999 – 'reivindica a construção de um posto para o CIRETRAN próximo à SLU/CEB no Gama.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.262, de 1999 – 'reivindica a ampliação e melhoria da malha asfáltica da cidade do Gama.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.263, de 1999 – 'reivindica a pavimentação da DF-475, que liga o Gama à Ponte Alta Norte.'

Autor: Deputado Wilson Lima

Mo. nº 1.264, de 1999 – 'reivindica ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes a implantação de uma linha de transporte coletivo entre as Quadras 100 e 300 da Região Administrativa de Samambaia – RA XII.'

Autor: Deputado Xavier

Mo. nº 1.265, de 1999 – 'reivindica à Companhia Energética de Brasília – CEB a implantação da rede de energia elétrica nos Conjuntos F1, P, Q, R e S da QE 42 e Conjuntos D1 e X da QE 44, no Guarã II.'

Autor: Deputado Jorge Cauhy

Mo. nº 1.266, de 1999 – 'reivindica à Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB a implantação da rede de fornecimento de água e da rede de captação de esgotos nos Conjuntos F1, P, Q, R e S da QE 42 e Conjuntos D1 e X da QE 44, no Guarã II.'

Autor: Deputado Jorge Cauhy

Mo. nº 1.267, de 1999 – 'reivindica à Secretaria de Obras do Distrito Federal a pavimentação asfáltica dos Conjuntos F1, P, Q, R e S da QE 42 e Conjuntos D1 e X da QE 44, no Guarã II.'

Autor: Deputado Jorge Cauhy

Mo. n° 1.268, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Obras do Distrito Federal a criação de áreas de lazer em diversos setores da cidade de Santa Maria.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.269, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Obras do Distrito Federal a criação e implantação de uma quadra polivalente de esportes no Setor QNN 40 em Ceilândia.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.270, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Cultura do Distrito Federal a criação de um Quadro de Cadastramento de Artistas do Distrito Federal.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.271, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal providências no sentido de que seja intensificado o policiamento da Região Administrativa da Cidade da Candangolândia.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.272, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal a implantação de um Posto Policial no Setor QNR na cidade de Ceilândia.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.273, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal a implantação de Posto de Saúde no setor QNR na Cidade de Ceilândia.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.274, de 1999 – 'reivindica junto a Sra. Secretária de Educação do Distrito Federal providências no sentido de que seja reformado o auditório do Centro de Ensino n° 1 da cidade do Cruzeiro.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.275, de 1999 – 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Obras do Distrito Federal a criação de áreas de lazer em diversos setores da cidade de Santa Maria.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.276, de 1999 – 'reivindica à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal a regularização dos imóveis dos mutuários residentes nos conjuntos L, M, N e O e os lotes de 25 a 52 do conjunto K da QE 38 - Guarã II, Região Administrativa do Guarã.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.277, de 1999 – 'reivindica providências à Secretaria de Obras do Distrito Federal no sentido de proceder à pavimentação asfáltica do trecho de ligação do Núcleo Rural Almécegas até a ligação com a rodovia DF-205 – Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.'

Autor: Deputado Agrício Braga

Mo. n° 1.278, de 1999 – 'reivindica ao Senhor Governador Joaquim Domingos Roriz providências urgentes quanto à superlotação carcerária do Núcleo de Custódia de Brasília, NCB, e do Centro de Internamento e Reeducação - CIR, que está pondo em risco a integridade física e psíquica dos Agentes Penitenciários, Policiais Militares e detentos.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. n° 1.279, de 1999 – 'congratula-se com o Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, pela acertada escolha do Dr. Fábio Simão para presidir a Comissão Provisória da 1ª Zonal do Lago Sul e Asa Sul da Primeira Zona Eleitoral.'

Autor: Deputado Silvio Linhares

Mo. n° 1.280, de 1999 – 'reivindica providências ao Departamento de Estradas de Rodagem do DF – DER/DF, quanto à colocação de abrigos de ônibus no trecho compreendido entre a Rodovia DF-170 e a DF 205 – Núcleo Rural Almécegas e Núcleo Rural Veredinha - Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.'

Autor: Deputado Agrício Braga

Mo. n° 1.281, de 1999 – 'elogia os prefeitos de Quadra pelos relevantes serviços prestados à comunidade como intermediários e coordenadores das reivindicações dos moradores ao Poder Público.'

Autora: Deputada Anilcéia Machado

Mo. n° 1.282, de 1999 – 'reivindica providências ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás quanto à promoção de melhorias no serviço de segurança pública prestado à comunidade do Município do Novo Gama.'

Autor: Deputado César Lacerda

Mo. n° 1.283, de 1999 – 'reivindica providências ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal do Novo Gama quanto à promoção de melhorias no serviço de segurança pública prestado à comunidade do Município.'

Autor: Deputado César Lacerda

Mo. n° 1.284, de 1999 – 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para a conclusão asfáltica e colocação de meios-fios em todos os conjuntos da quadra QNN 10 da Guariroba, na Região Administrativa de Ceilândia.'

Autor: Deputado Gim Argello

Mo. n° 1.285, de 1999 – 'reivindica providências junto ao Detran/DF para implantação de faixa para travessia de pedestre na Avenida Hélio Prates, em frente à Igreja Assembleia de Deus - QNJ, na Região Administrativa de Taguatinga.'

Autor: Deputado Gim Argello

Mo. n° 1.286, de 1999 – 'formula cumprimentos à Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Brasília - congregação da Asa Norte, pela comemoração do 20º aniversário do Círculo de Oração.'

Autor: Deputado Wasny de Roure

Mo. n° 1.287, de 1999 – 'reivindica junto à Secretária de Obras do Distrito Federal a construção de calçadas ao longo da Avenida Via Leste em Ceilândia Norte, na Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.'

Autor: Deputado Xavier

Mo. n° 1.288, de 1999 – 'reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal, quanto à realização de reformas no Estádio Augustinho Lima, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.'

Autora: Deputada Anilcéia Machado

Mo. n° 1.289, de 1999 – 'reivindica providências urgentes ao Poder Executivo do Distrito Federal quanto à colocação de placas de sinalização e endereçamento na área rural da Região Administrativa de Sobradinho - RA V.'

Autora: Deputada Anilcéia Machado

Mo. n° 1.290, de 1999 – 'reivindica providências junto ao Poder Executivo do Distrito Federal, para a reativação do posto de atendimento da Agência Pública de Emprego e Cidadania – APEC, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.'

Autora: Deputada Anilcéia Machado

Mo. n° 1.291, de 1999 – 'sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal no sentido de que os alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal assistam a julgamento de detentos no Tribunal do Júri.'

Autor: Deputado João de Deus

Mo. nº 1.292, de 1999 - 'reivindica providências junto à Administração Regional de Taguatinga, para construir a Praça de Esportes nas entrequadras QNB 15 -16.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.293, de 1999 - 'reivindica providências junto ao Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal - DER, para a construção de uma passarela para pedestres na rodovia DF-085, na altura do acesso entre o Setor Sudoeste e o Parque da Cidade.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.294, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para recapear a manta asfáltica da rodovia DF-003 no trecho compreendido entre o balão do Torto e o Núcleo Bandeirante.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.295, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-085 e

o acesso ao Setor Lúcio Costa, no Guará I.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.296, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-085 e a saída do Parque da Cidade, em frente ao acesso ao Setor Sudoeste.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.297, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-003 e a rua de acesso ao Setor Octogonal, no Cruzeiro.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.298, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre as rodovias DF-051 e a rua de acesso à L-2 Sul, em frente ao acampamento da Telebrasilíia.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.299, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre as rodovias BR-040 e DF-290, entrada para o Gama e Santa Maria.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.300, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia DF-003, na altura do acesso à Unipaz, no setor Parkway.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.301, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia DF-003, no acesso ao Setor Central de Candangolândia.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.302, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto no cruzamento entre a rodovia DF-025 e a rua de acesso à QI 15 do Lago Sul, próximo ao Instituto Dom Orione.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.303, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia BR-060, no acesso ao Setor Central de Samambaia.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.304, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto na Estrada Parque Taguatinga (rodovia DF-085), no acesso ao Setor de Mansões Parkway.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.305, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria

de Obras para construção de viaduto na Estrada Parque Ceilândia (rodovia DF-095), na altura do posto da polícia militar rodoviária.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.306, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Obras para construção de viaduto na rodovia DF-003, no cruzamento com o Eixo Monumental, em frente à Rodoferroviária.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.307, de 1999 - 'reivindica providências junto à Secretaria de Segurança Pública do DF para construir e manter um posto policial na praça das entrequadras QNB 15-16, em Taguatinga.'

Autora: bancada do PT

Mo. nº 1.308, de 1999 - 'protesta ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará contra o resultado do julgamento dos envolvidos no massacre dos carajás.'

Autora: Deputada Maninha

Mo. nº 1.309 de 1999 - 'reivindica ao Poder Executivo providências para melhoria do acesso ao Paranoá para veículos que transitam pela DF-015.'

Autora: Deputada Maninha

Mo. nº 1.310, de 1999 - 'formula voto de pesar pelo falecimento do jornalista Esau Afonso de Carvalho, no dia 23 de agosto de 1999.'

Autor: Wasny de Roure

Mo. nº 1.311, de 1999 - 'sugere ao Sr. Secretário de Segurança Pública a urgente ampliação do complexo penitenciário do CIR e NCB / SSP / DF.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.312, de 1999 - 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Obras do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, a urgente colocação da rede de água e esgoto nas quadras 45, 46, 47 e 48 da Vila São José - Brazlândia - RA IV.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.313, de 1999 - 'reivindica ao Sr. secretário de Obras do Distrito Federal o urgente asfaltamento da expansão do Setor Residencial Leste - Planaltina, RA VI.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.314, de 1999 - 'reivindica junto ao Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal a implantação de linhas para circulação de transportes coletivos que façam ligação entre o Setor P-Sul da cidade de Ceilândia e a cidade do Guará.'

Autor: Deputado Alirio Neto

Mo. nº 1.315, de 1999 - 'reivindica ao Poder Executivo o recapeamento asfáltico da DF-005/Estrada Parque Paranoá, no trecho entre Varjão e o balão de acesso ao Paranoá.'

Autora: Deputada Maninha

Mo. nº 1.411, de 1999 - 'reivindica ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal o envio à Câmara Legislativa do Distrito Federal de projeto de lei que cria a Gratificação de Risco e Dedicção devida aos agentes e inspetores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN - DF.'

Autor: Deputado Renato Rainha

Mo. nº 1.438, de 1999 - 'reivindica ao Congresso Nacional urgência na aprovação da Proposta da Emenda Constitucional nº 169-b, de 1993, que prevê recurso para a manutenção do Sistema Único de Saúde - SUS.'

Autora: Deputada Maninha

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço destaque à Moção nº 1.279/99.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acatada a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito que seja votada primeiramente a moção do Deputado Renato Rainha, já que há um grande público aguardando a votação na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência já havia acatado a solicitação feita pelo Deputado Renato Rainha e colocaremos em votação essa moção imediatamente.

DEPUTADO XAVIER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma moção de minha autoria com o mesmo teor da moção do Deputado Renato Rainha. Solicito que sejam votadas conjuntamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputado Xavier, qual é a moção?

MOÇÃO Nº (Do Sr. Deputado XAVIER)

MOÇ 1439 /99

Reivindica ao Poder Executivo que encaminhe a essa Casa Legislativa Projeto de Lei que Cria a Gratificação de Risco e Dedicção Exclusiva para os Agentes e Inspetores de Trânsito da Carreira de Atividade de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Nos termos do artigo 109 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres Deputados reivindicar junto ao Poder Executivo que encaminhe a essa Casa Legislativa, **Projeto de Lei que cria a Gratificação de Risco e Dedicção Exclusiva para os Agentes e Inspetores de Trânsito da Carreira de Atividade de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.**

JUSTIFICAÇÃO

Os Agentes e Inspetores de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal desempenham atividade de risco. Esta circunstância foi reconhecida através da Lei nº 7.455/86, que estendeu a esses profissionais a Gratificação por Operações Especiais - GOE. Esta gratificação é típica e demonstrativa do risco inerente ao exercício da atividade de Trânsito, e deverá ser substituída pela Gratificação de Risco e Dedicção que se quer criar.

A história prova o risco a que estão submetidos os Agentes e Inspetores de Trânsito. Durante a existência da categoria, diversos são os casos registrados de agressão física, abordagem a assaltantes e marginais e até a morte de Agentes de Trânsito. Tudo demonstra ser justo o pagamento da Gratificação a ser criada.

A minuta do Projeto de Lei criando a Gratificação de Risco e Dedicção consta do **Processo nº 055.001449-98 - DETRAN-DF**, peça 06, cujo Processo obteve parecer favorável do Diretor - Geral daquele Departamento. Convém ressaltar que todas as despesas decorrentes do pagamento da Gratificação correrão por conta da dotação orçamentária do DETRAN, que possui arrecadação financeira sobejamente suficiente a cobrir esse ônus.

Pelo exposto, esperamos ver a presente proposta aprovada pelos nobres pares desta Casa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO XAVIER
LÍDER DO PPB

DEPUTADO XAVIER - A moção também diz respeito aos funcionários do Detran.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acatada sua solicitação.

Item extrapauta:

"Discussão e votação da Moção nº 1.439, de 1999, que reivindica ao Poder Executivo que encaminhe a esta Casa Legislativa o projeto de lei que cria a Gratificação de Risco e Dedicção Exclusiva para os agentes e inspetores de trânsito da carreira de atividade de trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF."

Autor: Deputado Xavier"

Em discussão todas as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as moções; os que votarem "não" estarão rejeitando-as.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

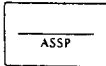
☒ Ordinária
☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO

Data 21/10/99

VOTAÇÃO das Moções nºs 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2690, 2691, 2692, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697, 2698, 2699, 2700, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707, 2708, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2720, 2721, 2722, 2723, 2724, 2725, 2726, 2727, 2728, 2729, 2730, 2731, 2732, 2733, 2734, 2735, 2736, 2737, 2738, 2739, 2740, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 2746, 2747, 2748, 2749, 2750, 2751, 2752, 2753, 2754, 2755, 2756, 2757, 2758, 2759, 2760, 2761, 2762, 2763, 2764, 2765, 2766, 2767, 2768, 2769, 2770, 2771, 2772, 2773, 2774, 2775, 2776, 2777, 2778, 2779, 2780, 2781, 2782, 2783, 2784, 2785, 2786, 2787, 2788, 2789, 2790, 2791, 2792, 2793, 2794, 2795, 2796, 2797, 2798, 2799, 2800, 2801, 2802, 2803, 2804, 2805, 2806, 2807, 2808, 2809, 2810, 2811, 2812, 2813, 2814, 2815, 2816, 2817, 2818, 2819, 2820, 2821, 2822, 2823, 2824, 2825, 2826, 2827, 2828, 2829, 2830, 2831, 2832, 2833, 2834, 2835, 2836, 2837, 2838, 2839, 2840, 2841, 2842, 2843, 2844, 2845, 2846, 2847, 2848, 2849, 2850, 2851, 2852, 2853, 2854, 2855, 2856, 2857, 2858, 2859, 2860, 2861, 2862, 2863, 2864, 2865, 2866, 2867, 28

DEPUTADO PAULO TADEU - PT				X	-
DEPUTADO RAJÃO - PSDB				X	-
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X	-			X
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X	-			
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB				X	-
DEPUTADO XAVIER - PPB	X	-			X
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X	-			X
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X	-			
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X	-			
TOTAL	15			9	4



Edimar Pireneus
SECRETARIO

ASSP
L12 Nº 1138/99
Fls
Nº 03

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência

vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Estão aprovadas.

As moções aprovadas vão à Mesa Diretora para as providências necessárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra a Deputada Lucia Carvalho para declaração de voto.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parabeno a presença dos servidores do Detran e também os Deputados Renato Rainha e Xavier por abordarem novamente o problema. Nós, Deputados, há muito tempo, estamos lutando para que vocês sejam valorizados pelo que fazem. No ano passado e no ano anterior, trabalhamos para a alteração de alguma coisa dentro do plano de carreira. Estive no auditório do Detran e me comprometi com vocês. Neste ano, podem contar com o nosso voto, com o nosso apoio e com a nossa pressão no sentido de vir para esta Casa um plano que possa contemplar a gratificação que vocês pleiteiam, o que foi proposto nas duas moções.

Destaco, entre os presentes, o Gilson, representante da categoria, e, em seu nome, parabeno todos vocês que compareceram e os Deputados que aprovaram a moção, que tem um significado de luta. Vocês vão alcançar, com certeza, a vitória.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi em meu gabinete uma comissão dos trabalhadores do Detran apresentando essa reivindicação que, diga-se de passagem, é histórica. Recordei-me do período do Governo Cristovam, quando vários projetos dessa natureza tramitaram nesta Casa e um deles acabou sendo bem-sucedido, após ter sido aprovado nesta Casa e o veto a esse projeto ter sido derrubado. Então, o próprio Governo negociou uma proposta alternativa com os servidores da Secretaria da Fazenda: Gratificação de Apoio Fazendário, naquela secretaria, aos servidores da Administração Direta. Neste momento, estamos apreciando as moções de iniciativa dos Deputados Renato Rainha e Xavier, os quais cumprimento por esse esforço.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fosse o autor dessa missiva ao Sr. Governador, e se quiser nos convidar para acompanhá-lo para ajudar nessa reivindicação, coloco-me à disposição de V.Exa.. Acredito que isso ajudaria muito a sensibilizar esse órgão que tem a condição técnica e política de melhorar o desempenho e a arrecadação e, conseqüentemente, ajudaria

no sentido de que esta gratificação fosse incorporada no plano de carreira destes servidores.

Portanto, coloco-me à disposição de V.Exa., juntamente com os Deputados Xavier e Renato Rainha, no encaminhamento dessa missiva ao Sr. Governador para que essa conquista seja, de fato, consolidada e encaminhada a esta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Xavier para declaração de voto.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agentes de trânsito aqui presentes, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar e agradecer V.Exa. pela sensibilidade em colocar esta moção em votação. Entendemos que é justa a reivindicação dos agentes de trânsito, até porque a Polícia Militar e a Polícia Civil já têm sua gratificação, e por que não o Agente de Trânsito? São apenas 120 agentes, se não me engano, que pleiteiam essa gratificação que é de R\$ 600,00 (oitocentos reais). O Detran já tem um estudo que aprova e tem como arcar com a folha de pagamento, que perfaz um total de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) mensais.

O Governador tem um compromisso com essa categoria. É bom que se diga que esta moção não é mais de minha autoria e nem do Deputado Renato Rainha, mas, antes de tudo, trata-se de um compromisso do Governador com vocês. Sr. Presidente, essa categoria tem uma carta assinada pelo Governador, ainda em campanha, em que se comprometia a dar o total apoio e atenção a essa categoria. E agora o que queremos? Simplesmente que o Governador coloque em prática o compromisso que S.Exa. já tem com vocês. Esta moção é para lembrar o Governador disso, porque muitas vezes, quando ocupamos um cargo de tamanha relevância, esquecemos dos compromissos, e o Governador, como um ser humano comum, poderá ter esquecido desse compromisso. Por isso, estamos lembrando S.Exa.. Assim que S.Exa. chegar de viagem, solicitaremos uma audiência para que vocês sejam ouvidos e suas reivindicações atendidas.

Portanto, Sr. Presidente, parabeno todos os Deputados que votaram "sim", aprovando a moção dos agentes de trânsito do Detran. Temos a certeza de que essa luta continua e sua vitória trará alegria para todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Renato Rainha para declaração de voto.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, amigos do Detran do Distrito Federal aqui presentes, primeiramente, quero ressaltar que esta Casa, durante o mandato passado, aprovou uma emenda à Lei Orgânica, da qual tive a honra de ser o autor. Essa emenda incluiu o Detran no capítulo da Segurança Pública, reconhecendo a entidade como uma autarquia. Além disso, reconheceu ser do agente de trânsito, do inspetor de trânsito, com exclusividade, a função de policiamento e fiscalização do trânsito e, pela nossa Lei Maior, ser essa atividade perigosa e penosa para todos os efeitos funcionais.

Agradeço aos nobres amigos do Detran que desde a semana passada estão aqui, no Poder Legislativo, conversando com Parlamentares, apresentando fundamentos da Gratificação de Risco e de Dedicção Exclusiva, que é justa e pela qual continuaremos lutando até que o projeto de lei chegue a esta Casa.

A gratificação de Dedicção Exclusiva e de Risco, Sr. Presidente, visa reparar um dano e uma injustiça feita aos agentes e inspetores de

trânsito que tinham, até um tempo atrás, a percepção da GOE - Gratificação de Operações Especiais e que foi retirada abruptamente de suas remunerações, inclusive de forma ilegal e inconstitucional. Existem aqui vários estudos feitos por todos os órgãos do Poder Executivo, tanto pela assessoria do Detran, como pela consultoria jurídica do Governo do Distrito Federal, como pela Secretaria de Orçamento, informando que é viável, do ponto de vista orçamentário, que o próprio Detran, como uma autarquia, custeie essa gratificação, não havendo necessidade de mexer no Orçamento do Distrito Federal.

Além do mais, no próprio processo do Governo consta uma carta do Sr. Governador do Distrito Federal, assinada por S.Exa., datada de 2 de setembro de 1998, na qual S.Exa. se compromete a encaminhar imediatamente a esta Casa o projeto de lei que está anexo.

Sr. Presidente, estou vendo uma companheira do Detran com o contra-cheque na mão. Se nos dermos ao trabalho de, ao final desta sessão, examinarmos aquele documento, perceberemos que o salário por ela percebido é muito inferior ao valor de muitas multas aplicadas pelos próprios agentes de trânsito que têm a responsabilidade de proteger toda a nossa família e os moradores do Distrito Federal.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para deixar registrado que todos esses servidores que se encontram aqui são chamados, a todo momento, para ir a outros estados, ministrar cursos, porque o nosso Detran é considerado o melhor do Brasil.

Muito obrigado a todos pela presença.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não me inscrevi para fazer declaração de voto, mas eu gostaria de parabenizar o pessoal do Detran que está presente na galeria, assim como parabenizar o Deputado Renato Rainha pela iniciativa.

Eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, que, quando tivéssemos a visita de nossos pais a esta Casa, pudéssemos deliberar sobre a permanência deles aqui em plenário. Digo isso porque, neste momento, há na galeria um casal bastante simpático e alegre, de minha convivência em Taguatinga; falo da Sra. Margarida e do Sr. Rainha, pais do nobre Deputado Renato Rainha, os quais estão esperando o término da sessão.

Essa é uma ocorrência muito rara e, por isso, eu gostaria que V.Exa. atendesse ao meu pedido.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acolhe o pedido simpático do Deputado José Edmar e pede ao Deputado Renato Rainha que conduza seus pais ao plenário.

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os companheiros do Detran, profissionais anônimos, cuja eficácia no desempenho de suas funções é reconhecida por todo o Brasil. O homem precisa ser valorizado.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o nobre Deputado Renato Rainha e externar ao grupo de funcionários do Detran que nós, como Parlamentares, temos pensado em vocês.

Aprovamos uma lei que estende aos filhos dos funcionários do Detran o acesso ao Colégio Militar de Brasília. Também estendemos aos

funcionários do Detran que, mais do que nunca, precisam de moradia, o acesso à Vila Militar.

Estamos aqui para brigar por vocês. Vocês que vão para as ruas trabalhar, dando suas vidas e se arriscando, podem ter certeza de que, neste Parlamento, existem companheiros a favor de vocês.

Parabéns a vocês, funcionários, e parabéns ao Deputado Renato Rainha pela nobre iniciativa.

DEPUTADO JORGE CAUHY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que seja retirada de pauta a Moção nº 1.279, de autoria do Deputado Silvio Linhares, uma vez que S.Exa. não está presente a esta sessão.

Parabenizo o pessoal do Detran e externo a minha satisfação ao votar uma moção concernente àqueles funcionários.

Espero que vocês continuem sendo essas criaturas brilhantes que têm prestado um serviço excelente para a nossa cidade e, especialmente, para o Detran.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar os funcionários do Detran e dizer a todos que devemos ficar atentos para cobrar do Sr. Governador o resultado desta moção, ou seja, o envio do projeto à Câmara Legislativa, permitindo assim que os servidores do Detran obtenham esse benefício a que fazem jus.

Sr. Presidente, quero também aproveitar a oportunidade para solicitar a V.Exa. o registro, nos Anais desta Casa, do artigo publicado no *Correio Braziliense*, "Fabricantes de Violência", de autoria do Prof. Cristovam Buarque. Há um trecho aqui em que o Professor diz que "nunca houve tantos fabricantes de violência ocupando cargos públicos, e alguns destes, sim, são culpados de induzir à violência". É fundamental que todos o leiam, para poder refletir sobre o que vem acontecendo no Distrito Federal: sobre esse aumento terrível da violência que tem deixado a população do Distrito Federal assustada. É preciso avaliar quais são as verdadeiras causas dessa violência, a fim de que esta Câmara Legislativa possa cumprir o seu papel, a sua responsabilidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais generosa e menos violenta.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG.)

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que não pude estar presente no momento da votação da moção referente aos companheiros trabalhadores

agentes do Detran apresentada pelos nobres Deputados Renato Rainha e Xavier, mas, efetivamente, quero dizer que, na semana passada, fui procurado por companheiros do Detran que, naquela oportunidade, me falaram sobre a situação que vivem hoje. Eu dei todo o meu apoio a eles e à luta deles.

Esta moção é um passo importante, mas não é um passo definitivo. Acredito que a mobilização dos trabalhadores do Detran, juntamente com a Câmara Legislativa, será capaz de pressionar o Governo do Distrito Federal a garantir o cumprimento da promessa de campanha feita a esses trabalhadores.

É importante também salientar que, no início deste ano, apresentei um projeto de lei que institui a todos os servidores do Detran uma gratificação muito semelhante a esta hoje apresentada pelo Deputado Renato Rainha.

Portanto, desejo prestar minha solidariedade a todos os trabalhadores do Detran, em especial aos agentes, e, também, prestar meu apoio à luta deles. Podem contar com o meu apoio, com meu Gabinete e com minha luta em defesa dos seus direitos e conquistas.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a deferência do meu pedido de inclusão nas notas taquigráficas desta Casa de cópia de uma carta que o Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB encaminhou ao Sr. Governador sobre a avaliação que eles têm da Lei nº 230. Eles enviaram uma correspondência desta para cada um dos Deputados, acompanhada da correspondência que havia sido enviada ao Sr. Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência defere o pedido de V.Exa.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO WASNY DE ROURE.)



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DF
SGAS 603 Lote 21 - CEP. 70200-630 Brasília/DF
Tel. (061) 223-5903 Fax. (061) 225-3459
Home-Page: www.dfiab.org.br E-mail: iabdf@iab.org.br

Ofício IAB/DF nº 290/98.99

Brasília, 05 de agosto de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador,

O Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal (IAB/DF) tomou conhecimento da Lei Complementar nº 230, de 08 de julho de 1999, de iniciativa de Vossa Excelência, pela qual são transferidas competências à Secretaria de Assuntos Fundiários para proceder à regularização de parcelamentos com características ou utilização urbanas, implantados ou apenas com pedido de regularização formalizado junto ao Governo do Distrito Federal.

Após ouvir a análise da Comissão de Política Urbana do IAB/DF, observados os aspectos técnico - urbanísticos de que se reveste o assunto, assim como o Conselho Diretor do Instituto de Arquitetos, concluímos por encaminhar a Vossa Excelência nossa posição a respeito, desde já contando com o entendimento e acatamento de nossas considerações, que prendem-se estritamente ao objetivo de salvaguardar o interesse público.

O IAB/DF compartilha, com a população e o Governo, do anseio pela aceleração das regularizações dos parcelamentos e condomínios. No entanto, os efeitos da Lei nº 230 serão perversos na medida em que não é obedecida a legislação federal pertinente. O processo de regularização e titulação conduzido nesses termos, portanto, será frágil e sujeito a futuras contestações.

Entendemos haver equívoco inicial naquela Lei Complementar quando, por Portaria de uma Secretaria de Estado, pretende a edição de matéria que a própria Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, determina seja objeto de Lei.

Identifica-se, na Lei Complementar nº 230, outro equívoco, ao transferir a competência de fixar usos do solo, densidades de ocupação e índices urbanísticos a uma Secretaria de Estado - isoladamente e à revelia do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano vigente -, Secretaria essa sem recursos humanos especializados em matéria urbanística, como se o assunto se restringisse a soluções de problemas fundiários, objetivo para o qual a mesma foi instituída.

Preocupa-nos, também, o fato de se estar pretendendo regularizar os parcelamentos na situação em que se encontram - o que significa implantados ou não, com espaços suficientes ou não, para a implantação de equipamentos públicos comunitários. Tal procedimento trará sérios prejuízos ao meio ambiente e comprometerá a qualidade de vida da população.

Vale ressaltar que a regularização de parcelamentos, objeto da Lei em tela, onde o loteador executou e implantou os parcelamentos à revelia das normas, das leis e do Estado, exigirá conhecimentos especializados para identificar a solução condizente com a necessidade da população, a quem o Estado tem o dever de proteger, o que nem sempre coincide com a vontade do loteador, que visa, naturalmente, ao maior lucro e não ao bem estar dos cidadãos.

Diante do exposto, sugerimos a reconsideração da Lei Complementar editada, para resgatar a fixação de normas urbanísticas por Lei, como define a legislação federal, e que sejam cumpridos os procedimentos vigentes para o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano, com a audiência do órgão máximo do Sistema, o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF - CONPLAN, criado pela Lei Orgânica do Distrito Federal e constituído por Lei específica.

A postura do IAB/DF, por obrigação e tradição, será a de buscar, por todos os meios, resguardar a qualidade da ocupação territorial e urbana do Distrito Federal e salvaguardar as atribuições profissionais específicas dos arquitetos e urbanistas.

Com os nossos protestos de alta consideração, e certos do entendimento de que nosso interesse é comum, pelo bem estar da população desta Capital, permanecemos à disposição de Vossa Excelência e subscrevemo-nos,

Respeitosamente,

Arquiteto Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz,
Vice Presidente Nacional do IAB,
Presidente do IAB/DF.

A Sua Excelência o Senhor
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal
Palácio do Buriti, Praça do Buriti
Nesta.



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DF
SGAS 603 Lote 21 - CEP. 70200-630 Brasília/DF
Tel. (061) 223-5903 Fax. (061) 225-3459
Home-Page: www.dfiab.org.br E-mail: iabdf@iab.org.br

Of. Circ. IAB/DF nº 297/98.99

Brasília, 27 de agosto de 1999

Excelentíssimo Senhor Deputado,

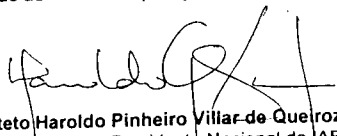
O Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), atento aos assuntos de interesse público em sua área de atuação, discutiu no âmbito de seu Conselho da Cidade, em reuniões abertas aos arquitetos locais, a Lei Complementar nº 230, de 08 de julho de 1999.

Entendemos que a matéria conflita com preceitos Constitucionais e com a legislação local e restringe decisões de relevância urbanística à deliberação isolada da nova Secretaria de Assuntos Fundiários, à revelia do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal instituído pela Lei Orgânica do DF.

O Conselho Diretor do Instituto de Arquitetos do Brasil encaminhou o Ofício IAB/DF nº 290/98.99, de 05 de agosto passado, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, no qual solicitamos a revisão do texto da Lei Complementar nº 230 e cujo teor trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência.

Salientamos que as soluções que permitam agilizar o processo de regularização dos condomínios no Distrito Federal receberão integral apoio do IAB/DF, desde que dentro dos parâmetros legais e técnicos previstos — circunstância não observada na Lei Complementar em tela e que nos obriga a recorrer às instâncias que viabilizem sua reconsideração, face aos prejuízos à sociedade e ao meio ambiente que poderão advir de sua aplicação.

Respeitosamente,


Arquiteto Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz,
Vice Presidente Nacional do IAB,
Presidente do IAB/DF.

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Primeiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Câmara Legislativa do Distrito Federal, gabinete n° 18.
Nesta.

C/c: Excelentíssimos Senhores Deputados Distritais.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a transcrição, nos Anais desta Casa, da página principal e da terceira, quarta e quinta páginas do *Jornal da Comunidade* desta semana, cuja manchete é a seguinte: "Roriz desafia Correio".

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência defere o pedido de V.Exa.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO JOSÉ EDMAR.)

Brasília, DF, 19 de setembro de 1999

Correio x Roriz

Governador enfrenta jornal

Jornal cria falsa propaganda de distribuição de lotes em Santa Maria. Notícia contradita orientação do GDF na área habitacional e o governador conclama a população a não comprar o *Correio*, que segundo ele, não publica a verdade sobre o que acontece na sua administração.

Diz-se que a paciência tem limites. A de alguns integrantes da redação do *Correio Brasileiro* chegou ao limite. No dia 25 de outubro, no período da tarde, os jornalistas não engajados na campanha de um candidato, não apoiados pelo projeto político de um professor umidista, e o deputado para um político, considerado por eles, ultrapassado, toco, fisiológico e populista, era demais.

Não surpreendeu a reação canhesta que circulou pelos bares da cidade: Cristovam foi derrotado por eles, ultrapassado, toco, fisiológico e populista. E não parou até agora.

Como diz o grande Mino Carta não há como desmentir uma verdade factual. Por mais que se invoque a razão e o bom senso. A população de Brasília, em sua maioria, por vontade expressa na urna eleitoral, rejeitou o governador Cristovam Buarque, negou-lhe um segundo mandato e reconduziu Joaquim Roriz ao Palácio do Buri.

Essa paixão pelo professor Cristovam Buarque, entretanto, começou a ser melhor entendida a partir de uma entrevista do publicitário Dimas Tomás, que o *Jornal da Comunidade* publicou em parte, em 10 de

Não surpreende, portanto, que o próprio Ricardo Noblat, durante a condução de um programa televisivo no momento da apuração dos votos, tenha sido acometido de constipação cívica ao constatar que seu candidato do peito havia sido derrotado.

Sem paciência para acompanhar o governo de Joaquim Roriz, ele não deu importância, por exemplo, ao fato de que o Banco Regional de Brasília anulou a administração de Cristovam um prejuízo de R\$55 milhões. Nem tampouco às denúncias de integri-

sito. Afinal, os indicadores de acidentes e de impudência dos notáveis chegaram a níveis alarmantes. Faz noticiário! Nada a ver com a renovação do contrato de prestação de serviços da empresa que instalou os parafusos na cidade. Mas, a paciência foi saturada. Onde já se viu? Desastres em Brasília, em Goiás, em Minas, na Bahia. Tudo culpa do governador dos pobres, que só pensa em distribuir lotes.

Evidência por violência. Os crimes na cidade são mesmo um absurdo. Assaltos, furtos! E o Gama, ameaçado de voltar para a segunda divisão. E a seca, segundo o próprio *Correio*, mais inclemente quando Roriz ocupa o Buri. E a negociação da dívida do GDF com a União, que Cristovam não fez. Que ousadia!

Ninguém se duvida! Não é uma questão política. É tudo uma questão de paciência.

Como, por exemplo, a questão das invasões em Santa Maria. Ficou claro que o governador não havia prometido lotes indiscriminadamente. Mas, afinal, estes miseráveis da periferia, que sacol lotes para todos. O jornal diz em editorial que é contra a

política habitacional do governador, mas curiosamente acaba por concluir uma verdadeira convida para Brasília em busca de lotes.

fevereiro. Nela, o Dimas conta que entre o primeiro e o segundo turnos, ele, que era considerado do staff pessoal do ex-governador, foi defenestrado da campanha. Em seu lugar assumiram o professor Elmar Nascimento e a publicitária Rebecca Scautru, não por acaso esposa do diretor de redação do *Correio Brasileiro*, Ricardo Noblat. Mãe de seus filhos, como ele costuma dizer, quando é obrigado a defendê-la.

Independência. Imprensa independente sem dúvida. Afinal, em hora sua esposa tivesse interesses claros ("Estava em tudo e ganhou muito dinheiro", segundo Dimas Tomás), seus negócios jamais influiriam na impoluta linha editorial do jornal dirigido por seu marido. "O *Correio Brasileiro* tentou destruir a equipe que estava formada para fazer o primeiro turno desde o primeiro momento. Era vergonhosa a utilização dos espaços do Paulo Pestana para atingir os objetivos da Rebecca", ainda segundo Dimas Tomás.

Em tempo: pacientemente, o *Jornal da Comunidade* espera até hoje qualquer desmentido à entrevista de Dimas Tomás.

são foi tanta que o Ministério Público decidiu avocar para si os fatos e deve, nos próximos dias, divulgar um relatório com denúncias de malversação, lavagem de recursos e favorecimento em empréstimos. A maior parte ocorreu durante a campanha. No ápice da discussão sobre a federalização não do BRB, uma jornalista do *Correio* sintetizou o pensamento da redação: "O Cristovam quer entregar o banco para o Banco Central, para não entregar para o Roriz". Que impaciência!

Ainda em tempos de popularidade, os jornalistas do *Correio Brasileiro* imaginaram que Cristovam Buarque poderia desfrutar de um ministério de Fernando Henri que Cardoso. Esperaram bastante. Deram destaque a um encontro dos dois, maior até que a posse do novo governador. Mas, perdurava a paciência também com o presidente da República, que não continuou viu seus ideais adotar de popularidade de mergulhar no abismo. Também, como ele ousou deixar de ouvir o *Correio*.

Depois da posse de Roriz foi a vez de se atacar a questão do tráfego.

Finalmente, como ele mesmo diz, depois de dois anos no confronto com a impaciência dos jornalistas do *Correio Brasileiro*, o governador Joaquim Roriz reagiu. Nos diretos do jornal: Roriz declara guerra ao *Correio*. Ou terá sido o contrário? Que diferença faz. Na sua luta em defesa dos interesses da cidade, da cidade mesmo, marcada pela impudência dos Diários Associados, o jornal não pode ser amedrontado: "Como a máscara de democracia de Roriz". Na ansia de sua reação, em editorial, o diretor de redação do *Correio* ainda condenou o governador: "O Sr. Roriz imagina que esquecendo o jornal e agredindo apenas o jornalista, pode vir no futuro a ficar bem com a direção do jornal, deixando mal o jornalista. Não ocorrerá nem uma coisa, nem outra". Quer dizer, o governador está condenado ao confronto com a direção da empresa para sempre.

Tudo isso, porque o governador disse que o jornal não diz a verdade do seu governo. E reconheceu às pessoas que não acreditam em suas reportagens e não compreendem seus exemplares. Era pouquinho impaciente!

As manchetes contam a história

"Roriz declara guerra ao *Correio*" - gritou o *Correio Brasileiro* em manchete de capa na edição de 16 de setembro.

Era apenas o ápice de um processo iniciado ainda no período eleitoral do ano passado, quando o diretor de redação do *Correio* engajou-se na campanha do então governador Cristovam Buarque pela reeleição. E teria sido, segundo o publicitário Dimas Tomás, amigo e aliado de Cristovam, o cérebro, o formulador político da tentativa do ex-governador de permanecer no Palácio do Buri.

A guerra declarada pelo pequeno grupo que dirige a redação do mais antigo jornal de Brasília contra o atual governador do DF pode ser acompanhada pelas notícias publicadas desde a campanha e, sobretudo, pelas manchetes, inclusive das capas de muitas das edições desde então.

Tudo começou com uma grande foto de Cristovam Buarque, na qual o ex-governador aparece com uma mordada, que ilustra a principal matéria da capa do *Correio Brasileiro*. Era referência ao fato de que a Justiça Eleitoral proibira os então ocupantes do Buri de fazerem propaganda de seu governo. Os juizes visavam, com a medida, evitar que publicidade de governo fosse convertida em propaganda eleitoral, pavimentando o caminho de Cristovam para a reeleição.

O interessante é que a mesma foto aparece, no mesmo dia, estampada em cartazes fartamente espalhados pela cidade e produzidos por uma das agências de propaganda que serviam ao então governador. Quer dizer, o jornal reproduziu, na realidade, a peça de publicidade

que já estava pronta. A campanha ainda nem havia começado, e o diretor de redação do *Correio* já colocava o veículo a serviço da reeleição do amigo e aliado.

Em várias ocasiões, na mesma campanha, o jornal evidenciava sua opção. As ações do governador candidato tinham ampla repercussão em suas páginas, enquanto os movimentos de seu principal oponente recebiam apenas um simulacro de cobertura, para não contrariar frontalmente as determinações da Justiça Eleitoral. Material reproduzido no jornal era muitas vezes aproveitado em peças de campanha, e vice-versa.

O clima dessa parte do processo viria, como seria de esperar-se, no dia seguinte ao do segundo turno da eleição. Na véspera tudo fora preparado para a festa da vitória, logo após o encerramento de um programa da Tv Brasília comandado pelo diretor de redação do *Correio*. A derrota acabou com a festa. Mas no dia seguinte a edição do jornal revelava toda a frustração da equipe dirigente. Em vez de informar corretamente a população sobre o vencedor de Joaquim Roriz e fornecendo detalhes da eleição, a contagem dos votos, o comportamento dos candidatos e seus aliados - enfim, tudo aquilo que os demais jornais do país publicaram sobre o pleito em seus respectivos estados - o *Correio* preferiu cobrar de Roriz uma promessa de campanha, a concessão dos 28% de reajuste aos funcionários do GDF. Cobrança, aliás, inoportuna, pois obviamente o recém-eleito não poderia fazer antes de assumir o governo.

Mas, no período eleitoral, o conflito ainda não assumira as proporções que viria a ter depois. Era como...

se os jornalistas que ocupavam (ocupam) a cúpula da redação do *Correio*, e seus aliados no jogo político, ciosos de suas importantes posições na elite intelectual, tratassem com menosprezo, até uma certa condescendência, seus adversários. Principalmente Joaquim Roriz, cujo jeito de homem simples jamais ameaçaria, numa campanha aguerida, o projeto de Cristovam e sua turma - mais quatro anos de Águas Claras e Buri e depois... por que não o Alvorada e o Planalto?

Assim, foi só quando a inesperada derrota pôs abaixo os devaneios de poder que o diretor de redação do *Correio* percebeu que cometera o pior dos erros políticos: o de subestimar o adversário. A derrota pesou-lhe como as bobinas de papel de imprensa que gastara, no afã de reeleger o amigo. E a vendeta, ensaiada caninamente um dia depois do segundo turno, começaria de fato no dia 2 de janeiro, logo após a posse do novo governador.

Como no momento em que conheceu a derrota, foi insustentável ao jornalista chefe de campanha a chegada de Roriz à sede do governo do DF. A exemplo do dia seguinte ao segundo turno, em 1º de janeiro o *Correio Brasileiro* apareceu nas bancas em evidente contramão em relação a todos os demais veículos de comunicação de massa. Não noticiou a posse do vencedor, mas a despedida do derrotado. E ainda urdiu um complicado movimento de Cristovam em direção ao presidente Fernando Henrique, mero cumprimento de fim de ano e agradecimento pelo apoio recebido de seu governo. Tudo para construir um pretexto, com um mínimo de verossimilhança, para colocar o ex-gover-

nador em primeiro plano.

Foi a primeira agressão sofrida por Roriz. Outras viriam, em cada vez mais rápida sucessão.

Por exemplo, o governador derrotado intencionalmente, no final de outubro, a fiscalização que impedia a ocupação de novas áreas pelas sem-teto. E seus aliados incentivaram as cooperativas organizadas durante seu governo - muitas das quais no mínimo suspeitas - a promoverem ocupações de terras públicas e privadas. Claro que os barracos multiplicaram-se em praticamente todas as cidades do DF.

Roriz assumiu com um grande problema a resolver, verdadeira bomba de retardar armada pelo antecessor. E o Correo, claro, deu todo destaque às invasões, somente para atribuir-las a supostas promessas de campanha do então candidato. Que, na realidade, fora até enfático ao afirmar que não distribuiu lotes, pois quando assumisse seria hora de completar as cidades, prover infraestrutura, melhorar a qualidade de vida - jamais de promover novos assentamentos.

Em muitos momentos as iniciativas do diretor de redação do Correo agrediam não apenas o governador, mas sobretudo a ética jornalística, a inteligência do leitor e até o Código de Ética que adotou, com estardalhaço, supostamente para orientar seus repórteres e redatores.

Um bom exemplo foi a manchete de página na qual o jornal relatava suposta insatisfação com o pro-

grama de distribuição de pão e leite às crianças pobres. Lendo o título - e muita gente só tem tempo ou paciência para ler títulos - qualquer um acreditaria que a própria comunidade beneficiada estava contra a iniciativa de Roriz. Já a matéria, corretamente composta pela repórter, não dizia nada disso. Resultava, ao contrário, favorável ao programa. A família, insatisfeita estava somente o proprietário de um supermercado, que se julgava prejudicado porque não fora incluído entre os fornecedores de pão e leite - a própria reportagem explicava que o governo dava preferência às pequenas empresas localizadas nas próprias comunidades assistidas.

Quer dizer: a manchete brigava com o texto. Está na seção "Deveres" do Código de Ética do Correo Brasileiro: "Expressar o conteúdo de uma matéria não é uma obrigação do jornalista".

São muitos os exemplos. Quando as empresas concessionárias de transportes coletivos declararam se próximas da insolvência ameaçaram parar os ônibus e tiveram, para isso, apoio de seus empregados, interessados em recuperar vantagens e ganhos perdidos, foi preciso atribuir um ajuste nos preços das passagens. No dia seguinte, o Correo abriu manchete de primeira página associando a majoração ao aumento do desemprego (problema nacional matreiramente atribuído ao DF e seu governo). E adivinhem quem foi considerado culpado de um e ou-

tro fato...

Houve um momento em que o tiro saiu pela culatra. Foi quando um proeminente membro da equipe dirigente da redação do Correo publicou (e assinou) areia crítica à renegociação da dívida do DF com a União, obediência pelo governador. O texto era tão cheio de equívocos, mentiras e subjetivismos que o jornal foi obrigado a publicar penosa (para seu diretor) retratação, substanciada em detalhada resposta do secretário de Comunicação do GDF. E o infeliz editor acabou perdendo o cargo.

Assim a campanha desencadeada pelo diretor de Redação do Correo contra o governador de Brasília ia num crescendo até desembocar na guerra aberta revelada pelas três manchetes estampadas nas capas das edições de domingo, terça e quarta-feira da semana passada. Em todos os casos a mesma intenção, finalmente clara: desestabilizar o governo do DF e desmoralizar-lhe o chefe. Tudo em proveito do adversário que teve a ousadia de derrotar nas últimas eleições, fato impensável aos olhos de seus aliados na imprensa.

Insistentemente no que foi dito na manchete do Correo Brasileiro de sábado, última quinta 16, não é (Roriz quem declarou guerra ao Correo). O jornal, sim, é quem vem, há um ano, guerreando contra Roriz. Que, convenhamos, foi até muito paciente e demorou a reagir.

"Vou pagar este preço"

O governador Joaquim Roriz estava inspirado na noite de quinta 16, quando esteve no Sankhya DF para uma homenagem promovida por empresários da construção civil à política de desenvolvimento do atual governo. Com a voz rouca e pausada, fez promessas, emocionou os espectadores e apontou inimigos.

"Será que podemos assistir impávidos nossos irmãos passarem fome?" A referência era às críticas que recebe da oposição ao programa de distribuição de pães e leite que beneficia cerca de seis mil crianças no Distrito Federal. "Estamos buscando o desenvolvimento para gerar empregos, mas enquanto isso, não podemos deixar meninos sem comida.

Como será o rendimento escolar dessas crianças desnutridas que serão os adultos no futuro de Brasília?"

Voz embargada, olhos marecados, dedeado em riste, continuou de improvisos: "Se for necessário para todas as obras, mas não vou deixar nenhum brasileiro que escolheu Brasília passar fome".

A solidariedade foi também um ajuste de contas com empresários que não apoiaram a sua candidatura, mas que agora faziam as pazes com o governo. Para o governador, mesmo à revelia de alguns, as urnas fizeram a sua escolha e agora não haveria distinção entre aliados e opositores. "Não me importa em quem os senhores votaram. Não sou gover-

nador por acaso. Encontrei o poder econômico organizado, toda a mídia, todos os institutos de pesquisa e resisti com determinação. Se os senhores não votaram em mim, vão se arrepender, porque vou fazer muito por Brasília".

Em tom de desafio e ironia, Roriz apontou diversos exemplos que mostram uma cobertura direcionada do Correo Brasileiro contra o seu governo. "Vou a cada canto dessa cidade dizer a verdade. Mesmo que isso irrita qualquer projeto político meu. Estou disposto a pagar este preço, se esse for o preço para que eu continue a favor dos pobres e dos mais humildes". Foi aplaudido de pé. Estes são os principais trechos do discurso.

As invasões na guerra contra Roriz

"Não existe bobagem maior como essa de dizer que os assentamentos realizados em Brasília atraíram migrantes para a capital". Quem afirma é um antigo observador da evolução do Distrito Federal e de sua região geoeconômica, desenvolvendo um raciocínio que desmente a antiga alegação dos adversários do governador Joaquim Roriz, que desde seu primeiro mandato tem sido acusado de estimular os fluxos migratórios, ao implantar assentamentos para dar moradia aos fazelados que ocupavam quilhas inteiras do Plano Piloto e demais cidades do DF.

Na verdade, segundo esse e outros estudiosos do tema, os migrantes, que têm chegado em grandes fluxos desde os tempos da construção de Brasília, não vêm em busca de casa. Até porque um lugar para morar não é o maior problema nas pequenas cidades e no campo, de onde se origina a grande maioria deles. Lá os terrenos são baratos, e muitas vezes não custam nada. As habitações

são precárias, mas construídas por eles próprios, com os materiais disponíveis na região.

São muitos os exemplos. Quando as empresas concessionárias de transportes coletivos declararam se próximas da insolvência ameaçaram parar os ônibus e tiveram, para isso, apoio de seus empregados, interessados em recuperar vantagens e ganhos perdidos, foi preciso atribuir um ajuste nos preços das passagens. No dia seguinte, o Correo abriu manchete de primeira página associando a majoração ao aumento do desemprego (problema nacional matreiramente atribuído ao DF e seu governo). E adivinhem quem foi considerado culpado de um e ou-

tro fato... Houve um momento em que o tiro saiu pela culatra. Foi quando um proeminente membro da equipe dirigente da redação do Correo publicou (e assinou) areia crítica à renegociação da dívida do DF com a União, obediência pelo governador. O texto era tão cheio de equívocos, mentiras e subjetivismos que o jornal foi obrigado a publicar penosa (para seu diretor) retratação, substanciada em detalhada resposta do secretário de Comunicação do GDF. E o infeliz editor acabou perdendo o cargo.

Assim a campanha desencadeada pelo diretor de Redação do Correo contra o governador de Brasília ia num crescendo até desembocar na guerra aberta revelada pelas três manchetes estampadas nas capas das edições de domingo, terça e quarta-feira da semana passada. Em todos os casos a mesma intenção, finalmente clara: desestabilizar o governo do DF e desmoralizar-lhe o chefe. Tudo em proveito do adversário que teve a ousadia de derrotar nas últimas eleições, fato impensável aos olhos de seus aliados na imprensa.

Insistentemente no que foi dito na manchete do Correo Brasileiro de sábado, última quinta 16, não é (Roriz quem declarou guerra ao Correo). O jornal, sim, é quem vem, há um ano, guerreando contra Roriz. Que, convenhamos, foi até muito paciente e demorou a reagir.

A política habitacional do GDF

Em sucessivas edições o Correo Brasileiro divulgou informações que o GDF considera inexatas a respeito das invasões de terrenos urbanos. A secretária Evelise Longhi, da Habitação esclarece os pontos básicos da política do governador Joaquim Roriz:

1. Absolutamente não é verdade que o governador tenha afirmado aos invasores de área pública em Santa Maria que lhes seriam doados lotes, em 60 dias, caso simplesmente concordassem em remover os barracos lá plantados. O que lhes foi dito, e finalmente o próprio Correo reconheceu em sua primeira página no dia 15 de setembro, é que somente os que atenderem aos pré-requisitos fixados pela política habitacional do GDF poderiam ser contemplados.

2. Portanto, não procedem as três manchetes de primeira página estampadas pelo jornal no domingo, terça e quarta 15. O governador Roriz não prometeu indiscriminadamente terrenos de graça a invasores, não estimulou corrida por lotes nem voltou atrás de supostas intenções nesse sentido.

3. O que, efetivamente, gerou falsas expectativas e ocasionou a ameaça de nova corrida por terrenos, como as que se registraram ao final do governo anterior - sob a visão benevolente do Correo -, foi essa sucessão de distorções, em flagrante abuso da boa fé dos que se enfiaram em conseguir lugar para morar.

4. Finalmente, cumpre reiterar que a política habitacional do GDF não é uma política de distribuição de terrenos, mas de distribuição de oportunidades.

Assim, ninguém se abala de sua terra, numa incerta aventura, apenas em busca de casa. O que as pessoas precisam, e vêm procurar nas grandes e médias cidades, é sobretudo emprego, além de serviços sociais básicos, sobre tudo saúde e educação - ou seja, o que realmente lhes falta em seu lugar de origem. Segundo os mesmos observadores, as estatísticas mostram que não existe correlação entre os assentamentos e o crescimento dos fluxos migratórios. Os anos em que chegaram mais migrantes ao DF não coincidiram com os períodos de governo de Joaquim Roriz, como dizem seus inimigos. Se for preciso relacioná-los com algum governante, eles correspondem ao período em que a capital foi governada por José Aparecido, que jamais foi acusado de exacerbar o fenômeno. E durante o governo Cristóvam não houve redução dos fluxos migratórios. A conclusão a que se chega é de que as tentativas da equipe dirigente da Redação do Correo Brasileiro de, de distribuir a Roriz a responsabilidade pelo inchaço de Brasília, são, na realidade, mais uma peça de propaganda na campanha eleitoral de uma eleição que, para eles, ainda não terminou.

"Não posso deixar de prestar aos senhores um esclarecimento. É a respeito do fato que gerou a principal manchete do Correo Brasileiro de hoje: 'Roriz declara guerra ao Correo'. Os senhores não vão acreditar no que vou dizer. O jornal, senhores, não deu nunca a notícia de que nós ganhávamos as eleições. Parece impossível, mas é isso mesmo. Eles conseguiram essa façanha. Não deram nem uma só linha sobre a minha vitória. E mais: no dia da minha posse, o Correo não deu nada sobre o governador que chegava. Deu, sim, uma página inteira sobre o governador que saía. Um jornal que age assim - penso eu - não cumpre com o dever elementar de um órgão de imprensa: que é o de informar os fatos.

Estou denunciando a orientação política que o sr. Ricardo Noblat - o redator-chefe - vem imprimindo ao Correo. A orientação de atacar constantemente o nosso governo, de omitir conscientemente as nossas realizações positivas e de abrigar e dar ressonância às agressões do PT.

A forma como este senhor tem tratado esta cidade e as pessoas que a fizeram, foi o paiante, dois dias depois que ele assumiu a redação do jornal. Os senhores devem se lembrar deste acontecimento, que abalou a todos nós. Não apenas pelo fato, em si chocante - mas principalmente pela forma desrespeitosa e vulgar com que o Correo Brasileiro, estreando sob o comando deste senhor, tratou o assunto.

Refiro-me à pérfida, de forma dramática, do nosso querido Francisco Carneiro, pioneiro, empresário da construção civil, como um dos senhores. Este senhor divulgou e explorou o caso de forma cruel, vulgar, sem o menor respeito por aquela ilustre figura de nossa terra, vítima de uma tragédia.

O jornal deu cobertura à ameaça de greve dos ônibus, lembrando se? Mas nós respondemos com uma ação efetiva, criando alternativas de transporte para que a população não fosse prejudicada. E denunciando o acordo, o conluio, entre esse grupo de todolários com as empresas de ônibus, que queriam 37% de aumento nas passagens. A greve fracassou.

E o jornal deste senhor virou a artilharia contra o quê, dessa vez? Contra o crime. Mas o fogo cruzado desse homem esbarrou em nosso programa Segurança Sem Tolerância, com a contratação de mais de quatro mil novos policiais, a volta da Rocan e da dupla Cosme e Damiano; e com uma cidade claramente mais segura.

Desmontado, este senhor voltou a carga contra o trânsito, com uma campanha intensa, dando notícia de acidente após acidente. Quando falava acidente, ele mandava buscar em qualquer estrada de Goiás, ou desenterrava algum fato acontecido há meses, e jogava na primeira página. A campanha orquestrada por este senhor esbarrou na contratação, por nós, do maior especialista em trânsito no país, o sr. Roberto Scaringella.

Como o filho do trânsito estava esgotado, este senhor se agarrou à velha questão das invasões em nossa terra. Primeiro, embelesaram e glamorizaram um senhor chamado Pedro Baidudo, que estaria liderando invasões. E, em seguida, estamparam em manchete: "Correu: Os lotes vêm aí". Uma manchete desse tipo, com essas palavras, tem algum teor de informação? Ou é clara e cabalmente uma convocação? Uma chamada para as invasões?

uma manchete enorme sobre um crime: "Assaltantes roubam banco". E lá, dois dias depois, uma notícia, de sete, oito linhas, na coluna Cuntas: "Tresos assaltantes de banco".

O crime é exagerado, para espalhar uma sensação de violência. E o combate ao crime, a promoção da polícia, é esboçada, em notícia de poucas linhas, sem repercussão alguma.

Vejam o caso da Micareandanga. Pela primeira vez foi feita uma festa sem violência, sem ameaças, sem crimes de morte. Tudo por causa de um policiamento eficiente. Parece piada, mas sabem qual foi a manchete do Correo? "Micareandanga sem violência. Mas com muita sujeira". Não tinha o que sobrar para nós, sobrou o lixo.

Outra: nós fizemos uma festa fantástica para homenagear o presidente no dia 7 de setembro, uma forma de manifestar publicamente nosso apoio ao seu governo. Levamos 70 mil pessoas para as ruas, com os 40 mil da marcha da oposição. O Correo não tinha o poder, escreveu que o presidente tinha dado mais atenção ao próprio neto que ao governador do Distrito Federal.

Nós começamos a distribuir, todo mês, uma cesta com 28kg de alimentos, para 46 mil famílias. O Correo deu a notícia em 12 linhas, na seção Cuntas, com o título "Cesta entregue com capadua".

Quero que as pessoas comecem, a partir de agora, que o têm a respeito do nosso governo no Correo Brasileiro não traduz a verdade dos fatos e sim uma verdade filtrada e desvirtuada pela lente de uma partidária manobra.

Partidário imposto por inimigos inimigos e que, tenho convicção, não traduz a realidade dos fatos ali dentro. Eu tenho, senhores, encontrar uma forma de convivência amistosa com o jornal. Disse claramente a seus diretores que não queria que o jornal falasse bem do meu governo, queria apenas que ele não fosse os fatos de forma verdadeira.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Estão presentes 11 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* regimental para deliberação.

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Damos início aos

Comunicados de Líderes.

A Presidência pergunta se algum Líder quer fazer uso da palavra.

(Pausa.)

Não havendo manifestação do plenário, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

A Presidência pergunta se algum Deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo manifestação do plenário, esta Presidência vai encerrar a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h24min.)

Decreto Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO N° 415, DE 1999
(Autor do Projeto: Deputado Wilson Lima)

Concede o título de
Cidadão Honorário de
Brasília ao iatista Lars
Grael.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao iatista Lars Grael.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de outubro de 1999

Deputado  **EDIMAR PIRENEUS**
Presidente

Redações Finais

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 445, DE 1998

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei Complementar
219, de 8 de junho de 1999,
que "cria o Parque
Ecológico Dom Bosco."

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° A Lei Complementar n° 219, de 8 de junho de 1999, passa a vigorar com as alterações seguintes, renumerando-se os arts. 4° e 5° para 7° e 8°, respectivamente:

"Art. 1° O Parque Ecológico Dom Bosco, situado na Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI, localiza-se dentro dos seguintes limites e confrontações: "começa no vértice de coordenadas N = 8.251.626,600 e E = 200.304,510, cravado no início da cerca de divisa do lote do Instituto Israel Pinheiro, às margens do Lago Paranoá; daí segue pelo limite desse lote, com o azimute de 173°14'38,8" e distância de 708,220 metros, dividindo com as terras de propriedade de Paulo Eduardo Gresta "em comum" com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e outros, até o vértice de coordenadas N = 8.250.922,920 e E = 200.387,870; daí, defletindo à direita, segue limitando com o lote do Instituto Israel Pinheiro, com o azimute de 263°09'41,8" e distância de 375,209 metros, até o vértice de coordenadas N = 8.250.878,220 e E = 200.015,130, no limite do lote do

Mosteiro. São Bento; daí segue com o azimute de 352°54'37,1" e distância de 14,7 metros até o vértice de coordenadas N = 8.250.863,624 e E = 200.016,945; daí segue com o azimute de 268°30'55,8" e distância de 220,087 metros, até o vértice de coordenadas N = 8.250.857,919 e E = 199.796,814; daí segue com o azimute de 267°06'22,6" e distância de 182,321 metros, atravessando a estrada da Ermida Dom Bosco até o vértice de coordenadas N = 8.250.848,710 e E = 199.614,627; daí segue pelo limite da faixa de domínio da Estrada da Ermida Dom Bosco, com o azimute de 321°50'18,2" e distância de 475,961 metros, até o vértice de coordenadas N = 8.251.223.146 e E = 199.320.382; daí defletindo à esquerda, segue com os azimutes e distâncias seguintes: 284°22'43,3" e 345,288 metros, 244°34'24,6" e 39,051 metros; 274°27'07,6" e 30,456 metros; 280°48'05,4" e 20,039 metros; 300°43'38,6" e 31,264 metros; 305°21'48,2" e 31,275 metros; 314°01'52,7" e 23,244 metros e 284°22'43,3" e 229,627 metros, até o vértice, na margem do Lago Paranoá, daí defletindo à direita, segue margeando o Lago Paranoá até o vértice de coordenadas N = 8.251.626,600 e E = 200.304,510, ponto de partida desses limites.

Art. 2°
IV - consolidação da Área de Proteção Ambiental do Paranoá - APA do Paranoá;
V - eliminação dos fatores relacionados à degradação da qualidade ambiental;
VI - disponibilização de espaço e meios necessários à promoção da educação ambiental, particularmente daquela relacionada ao ecossistema do cerrado.

Art. 3° O acesso de pessoas ao Parque Ecológico Dom Bosco sujeita-se ao exercício do poder de polícia por parte do Poder Público do Distrito Federal, nos termos das normas previstas em regulamento.

Art. 4° A manutenção e o funcionamento do Parque Ecológico Dom Bosco serão custeados mediante a consignação de dotações orçamentárias no orçamento público do Distrito Federal.

Art. 5º O Parque Ecológico Dom Bosco tem por objetivo resguardar a área que o delimita, de rara beleza paisagística, bem como assegurar a proteção integral da flora e da fauna nele existentes, conciliando essa destinação com sua utilização para fins educacionais e científicos.

Art. 6º É atribuída à Administração do Lago Sul - RA-XVI, a quem caberá a administração do Parque, sob supervisão do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEMA, a incumbência de elaborar e encaminhar ao Governador do Distrito Federal, no prazo de trinta dias, proposta sugerindo as providências a serem adotadas objetivando a implantação, fiscalização e regular funcionamento do Parque de que trata a Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1999.

PROJETO DE LEI Nº 2.433, DE 1996

REDAÇÃO FINAL

Concede remissão de débitos relativos ao IPVA a partir do exercício de 1994, para os proprietários de veículos sinistrados, roubados, furtados ou objeto de outros crimes contra o patrimônio no âmbito do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica concedida remissão dos débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a partir do exercício de 1994, para os veículos sinistrados, roubados, furtados ou objeto de outro crime contra o patrimônio, enquanto perdurar o delito.

§ 1º A remissão de que trata o caput fica estendida aos débitos que estejam em fase de cobrança administrativa ou judicial.

§ 2º A remissão de que trata este artigo abrange o período compreendido entre a data da ocorrência policial e a data da recuperação do veículo, condicionada ao recolhimento do imposto proporcional aos meses restantes do exercício em que ocorreu a recuperação.

§ 3º No caso de recolhimento do IPVA relativo ao período de remissão, fica o proprietário do veículo com crédito junto à Secretaria de Fazenda, podendo compensá-lo em futuro recolhimento do referido imposto.

Art. 2º A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF comunicará, mensalmente, o sinistro - tenha ele vítima ou não, o roubo, o

furto ou outro crime contra o patrimônio que envolva veículos automotores, assim como a sua localização, à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, a qual adotará as providências necessárias visando o cumprimento desta Lei.

Art. 3º A concessão da remissão de que trata esta Lei condiciona-se à apresentação do registro da ocorrência policial à época do fato que lhe deu causa.

Art. 4º A Secretaria de Fazenda não emitirá a guia do IPVA referente aos veículos que estiverem cadastrados como produto de crime contra o patrimônio enquanto perdurar o delito.

Art. 5º Ficam isentos do pagamento do IPVA e dos valores relativos aos preços públicos inerentes aos serviços prestados pelo DETRAN-DF, os órgãos que compõem a estrutura da segurança pública do Distrito Federal - Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e DETRAN-DF, bem como a Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os órgãos mencionados no caput ficam remidos de todos os débitos relativos aos preços públicos referentes aos serviços prestados pelo DETRAN-DF.

Art. 6º A remissão de que trata esta Lei fica condicionada a requerimento do proprietário do veículo no prazo de cento e vinte dias contados da data da regulamentação da mesma.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1999.

Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Obs: De acordo com o Art. 65, do RECLDF, as Sessões Ordinárias serão realizadas as segundas, terças, quartas e quintas-feiras.

ERRATA DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS,
publicado no DCL em 28/10/99.

A) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Onde se lê:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 197/99, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCEIA MACHADO, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Administrador de Empresas CARLOS ALBERTO DE SA.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 28/10/99
Último Dia: 10/11/99

Leia-se:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 197/99, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RODRIGO ROLLEMBERG, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Administrador de Empresas CARLOS ALBERTO DE SA.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 28/10/99
Último Dia: 10/11/99

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA ORÇAMENTO E FINANÇAS - CEOF**

**MANUAL DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE EMENDAS
AO PROJETO DE LEI Nº 756/99
(PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2000)**

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO

II- INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEÚDO DAS EMENDAS

A- EMENDAS À DESPESA

1. FORMA DE APRESENTAÇÃO E PROTOCOLO
2. NORMAS A SEREM OBSERVADAS QUANDO DA ELABORAÇÃO DE EMENDAS À DESPESA
3. EMENDAS QUE REQUEREM TRATAMENTO ESPECIAL
 - 3.1. CONVÊNIOS
 - 3.2. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
 - 3.3. "EMENDAS CASADAS"
 - 3.4. EMENDAS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

B- EMENDAS AO TEXTO

III- PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS

IV- INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO EM MEIO MAGNÉTICO DE EMENDAS À DESPESA AO PLOA/00

V- ANEXOS

- V.1. ANEXO I - "FORMULÁRIO" REPRESENTATIVO DO CONTEÚDO DAS TELAS DO PROGRAMA
- V.2. ANEXO II - EXEMPLO DE ESPELHO DE EMENDA À DESPESA CORRETAMENTE ELABORADA
- V.3. ANEXO III - EXEMPLO DE EMENDA DE TEXTO.
- V.4. ANEXO IV - MODELO DE "DECLARAÇÃO/RECIBO"
- V.5. ANEXO V - QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

I- INTRODUÇÃO

O presente Manual de Elaboração de Emendas, que ora é colocado à disposição de seus usuários, objetiva facilitar e agilizar a tarefa de todos aqueles que, direta ou indiretamente, se encontrem envolvidos com a elaboração e a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2000 - PLOA/00.

Este manual teve como referência documento de mesma natureza elaborado para subsidiar a apresentação de emendas ao PLOA para 1999, havendo-se procedido alterações para adaptá-lo à Lei nº 2.428/99, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2000" - LDO/00, e para incorporar dispositivos da Resolução nº 138/97, que "disciplina a tramitação do projeto de lei orçamentária anual".

Assim, contém instruções relativas a forma, restrições legais, prazos etc a serem observados no processo de elaboração e apresentação de emendas ao PLOA/00.

Dadas as disposições da LDO/00 no que tange às prioridades constantes no seu Anexo, aos projetos em andamento e às atividades de manutenção, conservação e recuperação de bens públicos (arts.3º, § 2º; 23, V e 22), este manual estabeleceu regras referentes aos dispositivos legais mencionados.

Demonstra, assim, o Legislativo o seu compromisso e o respeito para com as normas legais por ele mesmo aprovadas. A CEOF está, portanto, exercendo seu papel de assessoramento técnico - legislativo que lhe foi atribuído pelo Regimento Interno desta Casa.

II- INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEÚDO DAS EMENDAS

A - EMENDAS À DESPESA

1. FORMA DE APRESENTAÇÃO E PROTOCOLO

As emendas à despesa devem ser apresentadas à CEOF em meio magnético, fazendo-se acompanhar dos respectivos espelhos assinados pelos seus autores (original e 3 cópias), devendo as emendas coletivas apresentadas pela Mesa Diretora, por Comissão, por Partido Político ou Bloco Parlamentar serem subscritas pela maioria de seus respectivos membros.

Solicita-se aos Gabinetes de parlamentares e às demais instâncias que gozam da prerrogativa de apresentar emendas ao PLOA, certificarem-se da não-existência de vírus nos disquetes a serem encaminhados à CEOF.

Por ocasião de sua apresentação à CEOF, as emendas serão protocoladas e numeradas de acordo com a ordem de chegada. Havendo divergência entre o conteúdo do espelho objeto de protocolo e o conteúdo da emenda registrado em meio magnético, a emenda será tida como inexistente.

Em até 24 horas após o protocolo da emenda na CEOF, esta Comissão informará ao seu autor quanto à eventual ocorrência dessa situação, o que lhe permitirá a substituição da emenda tida como inexistente, desde que o faça dentro do prazo previsto para apresentação de emendas.

A entrega das emendas à CEOF deverá ser acompanhada de duas vias da "Declaração/Recibo" - Anexo IV. A declaração deverá ser assinada pelo(s) autor(es). Por sua vez, o servidor da CEOF que receber a documentação assinará as duas vias do recibo, entregando uma delas ao seu portador.

2. NORMAS A SEREM OBSERVADAS QUANDO DA ELABORAÇÃO DE EMENDAS À DESPESA

Na sistemática adotada pela CEOF estão previstas duas etapas para exame das emendas à despesa. Uma, automática, realizada por intermédio do programa responsável pela entrada e registro dos dados relativos às emendas, e a outra realizada durante a análise a cargo dos relatores parciais e geral.

Quando verificada inadmissibilidade no exame efetuado automaticamente, o programa não permite a totalização da emenda.

A elaboração de emendas à despesa deve observar as restrições abaixo relacionadas.

2.1. não serão admitidas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA que:

a. sejam incompatíveis com o Plano Plurianual e com a LDO/00.

Fundamento: art. 29, I, da LDO/00;

b. fixem despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Fundamento: art. 23, I, da LDO/00;

c. incluam despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial (código 45.90.99), ressalvados os casos de calamidade pública e comoção interna. Fundamento: art. 23, II da LDO/00;

d. remanejem - com o intuito de financiar ações em outras unidades orçamentárias - recursos que tiverem como origem as seguintes fontes:

- . transferências da União (códigos 130, 133 e 330),
- . convênios (códigos 121, 122, 131, 132, 221, 231, 232, 331 e 332),
- . operações de crédito (códigos 135, 136, 235 e 236),
- . receitas diretamente arrecadadas, ou seja, recursos gerados na própria unidade orçamentária (códigos 112, 120, 220 320 e 420),
- . limpeza pública (código 114),
- . programa nacional de alimentação escolar (código 140),
- . programa dinheiro direto na escola (código 140),
- . recursos do Sistema Único de Saúde (códigos 138 e 338).

Fundamento: art. 29, II da LDO/00;

e. omitam a(s) fonte(s) de recursos, admitidos apenas os recursos que sejam provenientes de anulação de despesas. Fundamento: art. 29, II, LDO/00;

f. dêem destinação diversa da prevista em legislação extra-orçamentária às seguintes fontes de recursos:

f.1. transferência para o desporto não profissional (fonte 125)- as disposições dos arts. 44, I, e 63 da Lei nº 8.672/93 restringem o uso desta fonte ao financiamento das seguintes ações:

- . 1786 - Projeto Criança fora da Rua - Amigo da Gente no DF
- . 2571 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude
- . 2572 - Apoio ao Desporto Amador do Distrito Federal

f.2. salário-educação (fonte 103)- de acordo com as disposições do art. 212, § 5º, da Constituição Federal, o uso desta fonte de recursos restringe-se ao financiamento de ações relacionadas ao ensino fundamental público.

f.3. alienação de imóveis (fonte 107) - por força do que dispõe o art. 3º da Lei nº 81/89, os recursos desta fonte só podem financiar ações que digam respeito a:

- . construção ou recuperação de escolas e hospitais,
- . expansão do sistema de abastecimento de água,
- . implantação, recuperação ou ampliação da infra-estrutura de assentamentos populacionais;

f.4. Fundo de Manutenção do Ensino e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEVAM - nos termos da Lei (federal) nº 9.424/96 e da Lei Complementar nº 51/97, os recursos alocados nesta unidade orçamentária podem financiar somente ações de manutenção e desenvolvimento:

- . da educação pública infantil,
- . dos ensinos públicos fundamental e médio,
- . dos programas de aperfeiçoamento do corpo docente,
- . de valorização do magistério;

g. financiem despesas novas ou já constantes da proposta

orçamentária deduzindo recursos destinados à cobertura de gastos com os seguintes grupos de despesa (fundamento: art. 29, II da LDO/00):

- . dotação para pessoal e seus encargos (código 31);
- . juros e encargos de dívida (códigos 32 e 33) e
- . amortização de dívida (códigos 47 e 48).

h. Não poderão ser incluídos projetos e subtítulos de projetos novos, cujo valor seja superior a oitocentos mil reais, em detrimento de outros relativos a obras não concluídas em exercícios anteriores cabendo ao Poder Executivo identificar no projeto de lei orçamentária, os projetos ou subtítulos de projetos em andamento. Serão considerados prioritários, para fins de programação e alocação de recursos na lei orçamentária, os projetos e respectivos subtítulos relativos a obras não concluídas em exercícios anteriores. Fundamento: arts. 3º, § 2º; 23, V da LDO/00.

i. que representem o cancelamento total de recursos de projetos, atividades e operações especiais que se enquadrem nas prioridades definidas na LDO/00, a menos que os recursos cancelados sejam destinados a projetos, atividades e operações especiais enquadrados na mesma prioridade da ação cancelada. Fundamento: art. 3º, *caput* da LDO/00.

j. cancelem recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais. Fundamento: art. 19, § 1º da LDO/00;

k. deduzam recursos de atividades de manutenção, conservação e recuperação de bens públicos, para transferi-los a projetos de expansão e implantação de novas obras. Admite-se o cancelamento total da dotação originariamente prevista apenas nos casos em que os recursos cancelados sejam destinados a atividades igualmente de manutenção, conservação, e recuperação de bens públicos. Fundamento: art. 22 da LDO/00.

As vedações notadas em negrito constituem situações detectadas automaticamente pelo programa responsável pela entrada e registro de dados referentes às emendas à despesa. **Dessa forma, emendas que incorram nas situações negritadas não serão totalizadas pelo programa.**

2.2. não poderão ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, devendo cada um daqueles possuir, além de descrição e codificação próprias e distintas, objeto singular. Fundamento: art. 23, III, da LDO/00.

Ao elaborar as emendas, deverá ser consultada previamente relação de projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos constantes do QDD, anexo a este manual. Diferentes projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos somente deverão ser criados caso não encontrem correspondência na referida relação.

2.3. não poderão ser classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo. Fundamento: art. 23, IV, da LDO/00.

2.4. conforme determina os arts. 24 e 27 da LDO/00, não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

a. início de construção, ampliação, reforma, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais de representação;

b. aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

c. aquisição de veículos de representação, ressalvadas as aquisições que visem à substituição de veículos com mais de cinco anos de uso para o atendimento das autoridades especificadas no art. 24, III, da Lei nº 2.428/99 (LDO/00);

d. aquisição de aeronaves, salvo para atendimento das necessidades dos órgãos de segurança pública;

e. celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal, salvo como opção à aquisição realizável nos termos do inciso III do art. 24, da Lei nº 2.428/99 (LDO/00);

f. pagamento, a qualquer título, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

g. dotações para clubes e associações de servidores ou outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas de atendimento pré-escolar;

h. subvenções sociais e auxílio a entidades privadas, exceto aquelas subvenções sociais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que tendam aos requisitos estabelecidos no art. 27, da Lei 2.428/99 (LDO/00).

2.5. observadas as restrições constitucionais e da LDO/00 acima especificadas, admitem-se cancelamentos parcial ou total dos projetos, atividades e operações especiais constantes do PLOA/00.

3- EMENDAS QUE REQUEREM TRATAMENTO ESPECIAL

3.1. Transferências Intragovernamentais:

a. **recursos diretamente arrecadados (fontes 120, 220, 320 e 420)** - a emenda deve ser feita somente no âmbito da unidade orçamentária beneficiária da transferência (fontes 320 e 420), observado o disposto no item 2.1, d, deste manual;

b. **demais recursos do Tesouro** - quando estes recursos forem objeto de transferência, a emenda deve ser feita apenas na unidade orçamentária beneficiária da transferência, respeitadas as demais restrições dispostas neste manual. Encontram-se nessa situação apenas duas unidades orçamentárias "transferidoras de recursos":

b.1. **23.901 - Fundo de Saúde do Distrito Federal**, cujas unidades orçamentárias beneficiárias da transferência são a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a Fundação Hemocentro de Brasília;

b.2. **18.901 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do DF**, cuja unidade beneficiária da transferência é a Fundação Educacional do Distrito Federal.

3.2. "Emendas Casadas":

a. Transferências feitas à unidade orçamentária **16.901 - Fundo de Apoio à Arte e à Cultura - FAAC** pela unidade orçamentária **19.901 - FUNDEFÉ**. Neste caso, devem sempre ser feitas **duas emendas**, seja para incluir seja para deduzir recursos transferidos entre aquelas unidades, independentemente da unidade que venha a ser suplementada ou que tenha seus recursos reduzidos;

b. Alterações em projetos que têm por objetivo capitalizar empresas do GDF (natureza de despesa códigos 46.90.65 e 45.90.65) e que constam do orçamento fiscal devem repercutir no orçamento de investimento relativo à empresa objeto da capitalização. Para este caso são válidas as observações feitas acima, embora não se trate de uma transferência e sim de uma aplicação direta.

3.3. Emendas ao Orçamento de Investimento das Estatais:

a. na apresentação de emendas à despesa no Orçamento de Investimento das Estatais, serão admitidas apenas emendas que remanejem recursos na mesma Unidade Orçamentária, quando se tratar das **Fontes de Financiamento 1, 3, 4 e 6**;

b. em relação às **Fontes de Financiamento 2 - Participação Acionária do Distrito Federal e 5-Transferências dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**, as emendas deverão ser também casadas e, portanto, feitas nas unidades subscritoras e nas unidades receptoras de capital.

B - EMENDAS AO TEXTO

Será recebida para exame qualquer emenda que se relacione com os dispositivos do texto do Projeto de Lei e dos seus Anexos e Demonstrativos. Este tipo de emenda permite que sejam propostas alterações no articulado (título, capítulo, seção, artigo, parágrafo, inciso e alínea) e na descrição e no descritor de projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos.

A exemplo das emendas à despesa, as emendas ao texto serão protocoladas e numeradas por ocasião de sua apresentação à CEOF.

III- PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Nos termos do art. 1º, I, da Resolução nº 157/99, o prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, será encerrado no dia 10 de novembro de 1999.

IV - INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO EM MEIO MAGNÉTICO DE EMENDAS À DESPESA AO PLOA/00

O programa para registro/crítica de emendas à despesa ao PLOA/00 apresenta telas cujos formatos são os constantes do Anexo nº I ("Formulário").

Para a redução da possibilidade de erro na elaboração da emenda, sugere-se como procedimento ideal o preenchimento prévio do "Formulário". Observa-se que no computador não aparecem os números dos campos, no entanto estes são facilmente identificáveis pela sua descrição.

A entrada dos dados obedecerá à seguinte sequência:

Campos: 1 e 2: já estão preenchidos;

Campo 3: não preencher;

Campo 4 - Autor da Emenda: indicar o código (conforme relação anexa) e o nome do Deputado, Mesa Diretora, Comissão, Partido ou Bloco Parlamentar, autor da emenda;

Campo 5 - Esfera do Orçamento: indicar o Orçamento onde deve ocorrer a suplementação ou inclusão de ações usando o código "1" para o Orçamento Fiscal, o código "2" para o Orçamento da Seguridade Social e o código "3" para o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais;

Campo 6 - Situação do Projeto, Atividade ou Operação Especial: lançar o código "C" quando o projeto, atividade ou operação especial já constar do PLOA e, o código "I" quando a emenda objetivar a criação de um(a) NOVO(A);

O MTO/00 assim define projeto, atividade e operações especiais:

"PROJETO: um instrumento de programação o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

ATIVIDADE: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo, cabendo as seguintes definições: a) Atividades-meio – são aquelas voltadas a prover os meios necessários à manutenção da estrutura física e ao funcionamento das Unidades Orçamentárias, permitindo a consecução dos objetivos para as quais foram criadas; e b) Atividades-fim – são aquelas correspondentes aos objetivos para as quais as Unidades Orçamentárias foram criadas;

OPERAÇÕES ESPECIAIS: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; agregam-se, basicamente, à função "encargos especiais", exemplos: amortizações e encargos, aquisição de títulos, pagamento de sentenças judiciais, transferências a qualquer título (não se trata de descentralização), fundos de participação, operações de financiamento (concessão de empréstimos), ressarcimentos de toda a ordem, indenizações, participações acionárias, contribuição a organismos nacionais e internacionais, compensações financeiras, pagamento de inativos (representa uma exceção: agrega-se à função "09 – Previdência Social")."

Campo 7 - Situação do subtítulo: idem ao campo 6, no que se refere à situação do subtítulo.

Campo 8 - Identificação da despesa a ser acrescida ou incluída:

Unidade Orçamentária – lançar o código e a descrição da unidade orçamentária cuja programação se pretenda suplementar ou incluir;

Projeto, atividade ou operação especial - transcrever o seu respectivo código e título, se este já constar do PLOA/00. Quando se tratar de projeto, atividade ou operação especial NOVO, indicar o título escolhido, deixando em branco o campo destinado ao código.

Quando o projeto, atividade ou operação especial constar do PLOA/00, o seu código corresponderá aos quatro últimos dígitos da Classificação Orçamentária, observado este nível de programação. Exemplo: 08.243.0600.XXXX, sendo:

03 - código da FUNÇÃO
243 - código da SUBFUNÇÃO
0600 - código do PROGRAMA
XXXX - código da ATIVIDADE (se o primeiro dígito for par), PROJETO (se o primeiro dígito for ímpar, exceto o nº 9) ou OPERAÇÃO ESPECIAL (se o primeiro dígito for 9);

subtítulos: transcrever o código e a denominação, se o subtítulo já constar do PLOA/00. Quando se tratar de subtítulo NOVO indicar a denominação escolhida, deixando em branco o campo destinado ao código.

Quando o subtítulo constar do PLOA/00, o seu código corresponderá aos quatro últimos dígitos da Classificação Orçamentária, que é o último nível de programação admitido por essa classificação. Exemplo: 08.243.0600.XXXX.0001 - sendo:

03 - código da FUNÇÃO
243 - código da SUBFUNÇÃO
0600 - código do PROGRAMA
XXXX - código da ATIVIDADE (se o primeiro dígito for par), PROJETO (se o primeiro dígito for ímpar, exceto o nº 9) ou OPERAÇÃO ESPECIAL (se o primeiro dígito for 9);
0001 - código do SUBTÍTULO (vinculado ao código do nível de classificação anterior;

região administrativa: indicar o código e a denominação da Região onde se realizará a ação (ver Tabela VIII-MTO/00 - Codificação da Regionalização).

Se a ação abranger mais de uma Região Administrativa, usar o código "99" - denominação: "Distrito Federal";

• **natureza da despesa:** indicar sempre o código da natureza da despesa referente ao subtítulo a ser alterado ou criado. Utilizar a codificação constante da Tabela IV-MTO/00. Nos casos de subtítulo NOVO e quando se tratar de inclusão de um novo elemento de despesa em subtítulo já existente. Em caso de alteração em nível da natureza da despesa, a codificação já consta do projeto de lei, no demonstrativo intitulado QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa.

fonte: indicar o código da fonte de recurso que irá financiar a ação pretendida considerando a mesma codificação da fonte referente à despesa deduzida para este fim. Em caso de dúvida, consulte a Tabela VII do MTO/00 - Codificação das Fontes de Recursos;

valor inicial (Em R\$ 1,00): quando se tratar de subtítulo já existente, os valores desta coluna figurarão no detalhamento constante do projeto de lei e servirão de referencial para os acréscimos desejados. Quando se tratar de subtítulo NOVO, esta coluna será automaticamente preenchida com zero;

acréscimo (Em R\$ 1,00): coluna destinada à indicação dos valores a serem incluídos em nível da natureza da despesa, em função da emenda;

valor final (Em R\$ 1,00): campo preenchido automaticamente pelo programa.

Descritor: preencher somente quando se tratar de projeto, atividade ou operação especial NOVO. A descrição deverá ser sucinta, mas suficientemente clara, de forma a caracterizar fielmente as ações a serem executadas.

Campo 9 - IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA A SER DEDUZIDA:

unidade orçamentária: lançar o código e a denominação da Unidade Orçamentária da qual estão sendo deduzidos os recursos que irão financiar a emenda;

projeto, atividade ou operação especial: indicar o respectivo código e nome do(a) qual os recursos estão sendo deduzidos;

subtítulo: indicar o código e o nome do subtítulo do qual os recursos estão sendo deduzidos;

região administrativa: indicar o código e a denominação da Região Administrativa que teve os recursos deduzidos;

natureza da despesa: indicar o código da natureza da despesa relativa ao subtítulo cujos recursos estão sendo deduzidos e que pode ser encontrado no QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa, que acompanha o projeto de lei orçamentária. A dedução de recursos associados a subtítulos deve ser feita em nível de cada um dos elementos que compõem a despesa;

fonte: indicar o código da fonte de recursos que financia o elemento da despesa que se pretende deduzir. Lembre-se de que é esta a fonte que deve constar no Campo 8;

- 01) Cumprimento da determinação da Mesa Diretora sobre a presença obrigatória do servidor no órgão de exercício.

Deliberação: O Gabinete da Mesa Diretora expedirá um memorando circular, reiterando o cumprimento ao determinado na Ata da 1ª reunião da Mesa Diretora de 1999. As chefias das unidades informarão em 30 dias os casos existentes em sua área e a solução adotada para a correção.

02) Processo nº 2017/99 – Requisição do Deputado Chico Floresta para a concessão de mais uma diária por ocasião de sua viagem a Miami/EUA, no período de 12 a 17 de julho do corrente ano, conforme memorando 083/99-CF.

Deliberação: Aprovada a solicitação. Encaminhar a DAF para providências.

03) Bug do Milênio

Deliberação: Por solicitação do Assessor Especial da Vice-Presidência, o assunto será encaminhado a Mesa Diretora. Os Assessores Especiais não puderam opinar por não disporem de cópia do Processo.

04) Projeto de Resolução nº 97/97 – Autor: Deputada Lucia Carvalho e Outros – Dá nova redação ao artigo 103 do Regimento Interno da CLDF, estabelecendo critérios para a concessão de títulos de cidadão benemérito e cidadão honorário, e dá outras providências.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora com a proposta de deliberação de aprovar e encaminhar a Assessoria de Plenário e Distribuição.

05) Projeto de Resolução nº 107/97 – Autor: Deputado José Edmar – Altera o parágrafo 2º do art. 134 do Regimento Interno da CLDF.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora com a proposta de deliberação de aprovar e encaminhar a Assessoria de Plenário e Distribuição.

06) Memorando nº 049/99-CEDPA/CLDF – Criação de Grupo de Trabalho para revisão do Regimento Interno da CLDF.

Deliberação: O Gabinete da Mesa Diretora deverá encaminhar expediente a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, informando que já existe um grupo de trabalho conforme a Ata da 2ª reunião da Mesa Diretora de 1999, que trata do assunto.

07) Memorando nº 101/99-GAB 06 – Solicitação do Deputado Rodrigo Rollemberg para participar do Fórum Anual de Lideranças Estaduais, a realizar-se em Quebec-Canadá no período de 03 a 07/12/99.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora, por tratar-se de viagem de Parlamentar.

08) Memorando nº 090/99-GAB 023 – Solicitação do Deputado Adão Xavier para participar do Fórum Anual de Lideranças Estaduais, a realizar-se em Quebec-Canadá no período de 03 a 07/12/99.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora, por tratar-se de viagem de Parlamentar.

09) Solicitação do Deputado Silvío Linhares para participar do XXX Encontro BRASILIA/MIAMI a ser realizado em Miami/EUA no período de 13 a 17/12/99.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora, por tratar-se de viagem de Parlamentar.

10) Carta da UNALE, convidando a Deputada Maninha para participar do Fórum Anual de Lideranças Estaduais a realizar-se em Quebec-Canadá, no período de 03 a 07/12/99.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora, por tratar-se de viagem de Parlamentar.

11) Memorando nº 116/99-GAB 02 – Solicitação da Deputada Maninha para a liberação de recursos financeiros e infra-estrutura para a realização do 1º Encontro Quebec-Brasília – Saúde Pública: Descentralização e Gestão, a realizar-se nos dias 17 e 18/11/99 no auditório desta Casa.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora com a proposta de deliberação de aprovar a solicitação.

12) Sessões Especiais nos finais de semana.

Deliberação: Por solicitação do Assessor Especial da 1ª Secretaria, o assunto será encaminhado a Mesa Diretora. Os Assessores Especiais não puderam opinar por desconhecer o assunto.

13) Programação de trabalho de final de ano.

Deliberação: Por solicitação do Assessor Especial da 1ª Secretaria, o assunto será encaminhado a Mesa Diretora. Os Assessores Especiais não puderam opinar por desconhecer o assunto.

14) Criação da Comissão de visita ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Deliberação: Por solicitação do Assessor Especial da 1ª Secretaria, o assunto será encaminhado a Mesa Diretora. Os Assessores Especiais não puderam opinar por desconhecer o assunto.

15) Ofício GP – nº 2048/99, Memorando nº 094/99 – ASFICO e Ofício nº 149/99 – CDDHC – Representação formulada em relação a UCE/ASFICO.

Deliberação: Solicitada e concedida vistas ao Assessor Especial da 1ª Secretaria, que relata o assunto na próxima reunião dos Assessores Especiais.

16) Processo nº 1387/99 – Averbação de tempo de serviço.

Deliberação: Encaminhar a 1ª Secretaria preparar a minuta do Ato correspondente, visando a abertura do Processo Administrativo.

17) Processo nº 1435/99 – Regularização dos espaços públicos da CLDF ocupados por terceiros.

Deliberação: Aprovada a manutenção de uma banca de revistas, com abertura de um novo Processo Licitatório para concessão do espaço físico, dentro das normas legais, com 04 votos a favor e 01 voto contrário do Assessor Especial da Presidência.

A solicitação do uso dos espaços externos foi rejeitada pela unanimidade dos Assessores Especiais.

18) Processo nº 2062/99 – Comissão de Sindicância referente Processo nº 1745/99 – Regularização funcional e pagamento de débito.

Deliberação: Aprovar os Pareceres da Comissão de Sindicância e da Procuradoria Geral (Parecer nº 200/99-PG). Encaminhar o Processo a DRH para acompanhamento e arquivamento após a quitação dos débitos.

19) Memorando nº 155/99 – Gabinete da 2ª Secretaria – Solicita alteração no item 4.2.1 do Ato da Mesa Diretora nº 43/92.

Deliberação: Aprovado. A DAF deverá elaborar o Ato correspondente.

20) Memorando nº 156/99 – Gabinete da 2ª Secretaria – Solicita a lotação provisória, na Procuradoria Geral da CLDF, de dois cargos de advogado existentes na DAF.

Deliberação: Aprovado. A DRH deverá preparar a Portaria correspondente.

21) Memorando nº 643/99-CSEG – Solicita a concessão do espaço físico usado anteriormente pela ASCAL.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora, por tratar-se de concessão de espaço físico.

22) Ofício nº 296/99-Federação Nacional dos Urbanitários – Converte aos Parlamentares da CLDF para participar do ato público em "defesa das águas e contra a privatização do setor elétrico", a realizar-se no dia 25/10/99 em São Paulo.

Deliberação: O Assessor Especial da 1ª Secretaria informou que o Sr. Deputado Paulo Tadeu não fará a viagem.

23) Ofício LC nº 126/99-I – Solicitação da Deputada Lucia Carvalho para participar do Fórum Anual de Lideranças Estaduais a realizar-se em Quebec-Canadá, no período de 03 a 07/12/99.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora, por tratar-se de viagem de Parlamentar.

24) Carta da UNALE, convidando o Deputado Edimar Pireneus para participar do debate sobre a "Lei de Responsabilidade Fiscal", a realizar-se em Curitiba no dia 22/10/99 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Deliberação: Assunto ultrapassado.

25) Ofício-Presi-1999/291-BRB – Solicitação do BRB para a dispensa da taxa de aluguel do espaço físico destinado a agência, no prédio da CLDF.

Deliberação: Encaminhar a Mesa Diretora com proposta de deliberação dos Assessores Especiais no sentido de negar a solicitação do BRB.

26) Justificativas de ausências dos Deputados Paulo Tadeu (Memo 094/99), Rodrigo Rollemberg (Memo 103/99-GAB 06), Maria Jose Maninha (Memos 110/99-GAB 02 e 112/99-GAB 02), Silvío Linhares (Memo 107/99-GAB 20 e Memo 109/99-GAB 20), Anilceia Machado (Memo 109/99-GAB 13) e Lucia Carvalho (Memo 117/99-LC).

Deliberação: Aprovadas.

Extra-Pauta.

27) Atualização cadastral dos servidores da CLDF.

Deliberação: Aprovado a minuta do Ato da Mesa Diretora com as sugestões apresentadas.

28) Revisão da Cota de Xerox dos Gabinetes Parlamentares e Estrutura Administrativa.

Deliberação: O Assessor Especial da Mesa Diretora/2ª Secretaria fará um estudo de revisão e atualização das referidas cotas e apresentará para discussão no Gabinete da Mesa Diretora.

Nada mais havendo a tratar, eu, Arlecio Alexandre Gazal, Assessor Especial da Mesa Diretora – Presidência, lavro a presente Ata, que vai assinada pelos Assessores Especiais da Mesa Diretora presentes a reunião.

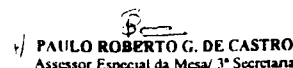
Brasília, 26 de outubro de 1999.


ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência


IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência


EDGAR DA SILVA F. FILHO
Assessor Especial da Mesa/1ª Secretaria


ARISTON ROCHA D. ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/2ª Secretaria


PAULO ROBERTO G. DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/3ª Secretaria

ATA DA 10ª REUNIÃO DOS ASSESSORES ESPECIAIS DA MESA DIRETORA, DE 1999.

Data: 26/10/99.

Hora: 09:30 Hs.

Local: Sala de Reuniões da Presidência.

Assuntos da Pauta:

01) Processo nº 26/99 – Requisição de servidor do Ministério da Justiça.

Deliberação: O Gabinete da Mesa Diretora, com 04 votos a favor e 01 contra do Assessor da 1ª Secretaria, aprovou o Parecer nº 191/99-PG e o Parecer da Diretoria de Recursos Humanos. Encaminhar o Processo a Diretoria de Recursos Humanos para regularizar a situação do servidor, enfatizando a normatização de procedimentos sobre o assunto.

02) Processo 2425/99 – Bug do milênio.

Deliberação: Encaminhar a Procuradoria Geral para análise com relação a possibilidade de dispensa de licitação, salientando as colocações do ordenador de despesas da 2ª Secretaria (verso da folha nº 42), com relação ao pronunciamento da CMI e disponibilidade de recursos financeiros.

03) Processo nº 2866/99 - Requerimento do advogado Irineu de Oliveira Filho.

Deliberação: Encaminhar a Diretoria de Recursos Humanos para as providências inerentes a aplicação do Parecer nº 212/99-PG.

Nada mais havendo a tratar, eu, Arlécio Alexandre Gazal, Assessor Especial da Mesa Diretora - Presidência, lavro a presente Ata, que vai assinada pelos Assessores Especiais da Mesa Diretora presentes à reunião.

Brasília, 26 de outubro de 1999.

Arlécio Alexandre Gazal
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

Ivo Borges Lima
IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

Edgar da Silva F. Filho
EDGAR DA SILVA F. FILHO
Assessor Especial da Mesa/1ª Secretária

Ariston Rocha Drumon Albuquerque
ARISTON ROCHA D. ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/2ª Secretária

Paulo Roberto G. de Castro
PAULO ROBERTO G. DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/3ª Secretária

PORTARIA Nº 136 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999.

Os Assessores Especiais do Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhes foi delegada pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e tendo em vista o Memorando nº 007/99 da Assessoria Especial da Mesa Diretora - Presidência, de 28.10.99,

RESOLVEM:

I - Aprovar, na forma dos anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 001 do Gabinete da Mesa Diretora, de 11 de janeiro de 1999.

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Arlécio Alexandre Gazal
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

Ivo Borges Lima
IVO BORGES DE LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

Edgar da Silva Fagundes Filho
EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/1ª Secretária

Ariston Rocha Drumon Albuquerque
ARISTON ROCHA DRUMON ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/2ª Secretária

Paulo Roberto Guimarães de Castro
PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/3ª Secretária

ANEXO II - REDUÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL

ANEXO À PORTARIA DO GABINETE DA MESA DIRETORA Nº 136 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999		RECURSOS DO TESOURO			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DETALHADO	TOTAL	
01000 - CÂMARA LEGISLATIVA				3 500 000	
01101 - CÂMARA LEGISLATIVA				3 500 000	
01 007 0021 8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31 90 11	100	3 500 000	3 500 000
01 007 0021 8502 0002	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	31 90 11	100	3 500 000	3 500 000
TOTAL				3 500 000	

PORTARIA Nº 137 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo art. 1º do Ato da Mesa Diretora nº 016/97, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 114/96 e no Ato da Mesa Diretora nº 021/99 e tendo em vista o que consta no PROCESSO nº 002500/97-CLDF,

RESOLVEM:

Art. 1º AUTORIZAR o retorno do servidor ROGÉRIO SALES RODRIGUES, matrícula 11.954-29, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração, categoria profissional Auxiliar de Administração, à sua unidade de lotação original, Setor de Legislação de Pessoal, da qual estava afastado para exercício em caráter transitório no Gabinete da 1ª Secretária.

Art. 2º AUTORIZAR O EXERCÍCIO dos servidores no quadro abaixo relacionado, em caráter transitório.

NOME	CARGO/CATEGORIA PROFISSIONAL	MATR.	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE REQUISITANTE	A PARTIR DE
Inaldo José de Oliveira	Assessor Técnico/Estatístico	11.108-68	Divisão. Desenv. de Recursos Humanos	Diretoria de Recursos Humanos	29/09/99
Francisco de Souza Xavier	Aux. de Administração /Aux. de Administração	11.229-56	Setor de Assistência à Saúde	FASCAL	01/10/99
Rogério Sales Rodrigues	Aux. de Administração /Aux. de Administração	11.954-29	Setor de Legislação de Pessoal	Setor de Assistência à Saúde	05/10/99

Arlécio Alexandre Gazal
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

Ivo Borges Lima
IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

Edgar da Silva Fagundes Filho
EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/1ª Secretária

Ariston Rocha Drumon Albuquerque
ARISTON ROCHA DRUMON ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/2ª Secretária

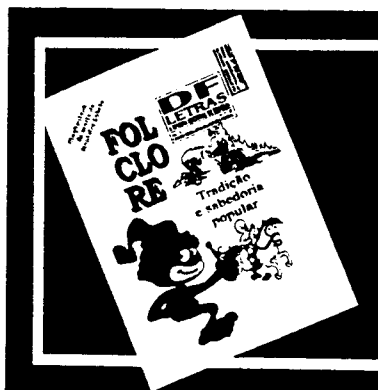
Paulo Roberto Guimarães de Castro
PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/3ª Secretária

Extrato de Contrato

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 001909/99, Contrato nº 024/99. Do contrato firmado entre a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF (CONTRATANTE) e a empresa CASA DOS LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA (CONTRATADA). Objeto: Prestação de serviços de LAVAGEM, E POLIMENTO DOS VEÍCULOS DA CLDF. Nota de Empenho nº 99NE00475, no valor de R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais). Valor do Contrato: R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais). Vigência: até 31 de dezembro de 1999. Legislação: Lei nº 8.666/93 e alterações: Partes: Pela CLDF: EDIMAR PIRENEUS, pela CASA DOS LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA: DAVID LIMA DOS SANTOS JÚNIOR; Testemunhas: Rozendo Ferreira Pinto e Paulo Eloi Nappo.



DF LETRAS

A revista literária de Brasília

ANEXO I - ACRÉSCIMO

ORÇAMENTO FISCAL

ANEXO À PORTARIA DO GABINETE DA MESA DIRETORA Nº 136 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999		RECURSOS DO TESOURO			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DETALHADO	TOTAL	
01000 - CÂMARA LEGISLATIVA				3 500 000	
01101 - CÂMARA LEGISLATIVA				3 500 000	
01 007 0021 8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31 90 92	100	3 500 000	3 500 000
01 007 0021 8502 0002	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	31 90 92	100	3 500 000	3 500 000
TOTAL				3 500 000	

SAIU O NOVO NÚMERO DA

DF-Letras

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA



NÃO DEIXE DE LER!

Servidor (a),

**O Setor de Assistência à Saúde
(DSS/DRH/1ª Secretaria) está
iniciando a realização de exames
médicos periódicos, com caráter
preventivo.**

**Compareça,
quando convocado (a),
à unidade de Medicina do
Trabalho.**

**Prevenção,
a sua melhor opção!**